



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

NAIARA CARDOSO DOS SANTOS MASCARENHAS

**A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE CLÓVIS MOURA PARA COMPREENSÃO DA
QUESTÃO RACIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA**

Miracema do Tocantins, TO

2022

Naiara Cardoso Dos Santos Mascarenhas

A contribuição teórica de Clóvis Moura para compreensão da questão racial na particularidade brasileira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema do Tocantins, como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. João Nunes da Silva

Miracema do Tocantins, TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M395c Mascarenhas, Naiara Cardoso dos Santos .

A contribuição teórica de Clóvis Moura para compreensão da questão racial na particularidade brasileira. / Naiara Cardoso dos Santos Mascarenhas. – Miracema, TO, 2022.

141 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2022.

Orientador: João Nunes da Silva

1. Clóvis Moura. 2. Escravidão Pleno Escravidão Tardio. 3. Quilombagem. 4. Mito da Democracia Racial. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NAIARA CARDOSO DOS SANTOS MASCARENHAS

A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DE CLÓVIS MOURA PARA COMPREENSÃO DA
QUESTÃO RACIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Dissertação apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, foi avaliada para a obtenção do título de Mestre (a) e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 26/04/2022

Banca examinadora:

Prof. (a) Dr. (a) João Nunes da Silva, Orientador, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Rosemeire Santos, Examinadora, UFT

Prof. (a) Dr. (a) Maria Helena Elpídio, Examinadora, UFES

A vovó, dona Izaltina, (in memória) mulher negra, semianalfabeta e comerciante que confrontou, de diversas formas, as imposições do patriarcado.

Ao Euroffran Silva, amigo e parceiro (in memória) aquele que sempre me surpreendia com sua fome de viver, conhecer e amar a vida, o mundo e as pessoas.

Aos meus familiares, esses que acompanham minha trajetória desde a infância e que me nutrem de amor, admiração e ternura.

AGRADECIMENTOS

A luta do povo brasileiro, em especial ao movimento negro, que com muita organização, coletividade e resistência construíram tensionamentos capazes de promover a abertura da universidade e da ciência à população negra e demais segmentos marginalizados e invisibilizados da sociedade brasileira.

A minha mãe, Maria Aparecida, essa mulher que nunca mediu esforços para que eu estudasse e realizasse meus sonhos, que também são os dela. Meu maior exemplo de resiliência, força e coragem.

Ao meu pai, Salmon, que desde minha infância me estimulou a acreditar nas explicações científicas dos fenômenos da vida. Meu maior exemplo de honestidade, humildade e de gente “sabida”.

Aos meus guias, divindades, anjos da guarda, deusas, Orixás e demais energias que me ajudam a percorrer os caminhos que escolho.

A minha amiga Andréia (Deia), pelo tempo disponibilizado em fazer a leitura em voz alta desse trabalho, e que sempre é categórica em responder minhas falas de inseguranças com a seguinte frase: “que nada, você é f*d* sim”.

Ao companheiro Cristian Ribas, que ao me expressar da remota possibilidade de me inscrever no mestrado foi incisivo em dizer “Você tem que fazer!!!”

As minhas companheiras da vida e do feminismo negro, em especial à Karine (Káká) que sempre me mandou palavras de incentivo e luz com sua voz doce, me fazendo sentir mais confiante para enfrentar os desafios que se apresentam na minha vida profissional e política.

Ao meu quilombo urbano, Coletivo Nacional de Juventude negra (Enegrecer), espaço do qual dedico minha juventude e minhas energias para combater o racismo e demais opressões, e que me possibilitou conhecer e compartilhar a luta e sonhos com pessoas incríveis como Diego, Ítria, Karen, Atemisa, Matheus, Bia, Daiane, Iã, Afonso etc.

Às/aos militantes do partido dos trabalhadores do Tocantins, em especial à companheirada da democracia socialista, que influenciaram profundamente no alargamento da minha práxis política.

Ao meu colega de turma, Marcos, que sempre compartilhou diálogos importantes comigo sobre os desafios de ser pessoa negra e estar no mestrado, me ajudando dessa forma a não me sentir sozinha nesse espaço.

Ao Hiago Lino, pessoa importante na revisão desse trabalho e que com sua forma particular, buscou me fazer sentir mais confiante para a conclusão desse passo.

A companheirada do movimento estudantil–Kizomba/TO, que sempre significou uma escola para mim, me proporcionando grandes momentos de aprendizagem ao lado de pessoas valorosas como Guilherme (Gui), Vithor e Luiz Felipe (Didi).

As todas minhas amizadas, que vibraram comigo a vitória do meu ingresso ao mestrado, como a Lóide, Lidiane, Luciana, Neilma e Aline.

Ao meu orientador, João Nunes, pelo empenho e contribuição no desenvolvimento desse trabalho.

A todas/os as/os trabalhadoras/es da UFT- campus Miracema, que contribuem, direta e indiretamente, para a formação de centenas de discentes.

*[...] Meu papel e caneta será para escrever outra história aos
meus descendentes
Porque todas as mulheres de minha família foram serviçais
de teus desejos
Empregadas e diaristas
E se depender de mim não deixarei mais rastro
[...] Tu me querias empregada
E hoje é dos livros que me armo
Tu me querias submissa
E hoje rezo a missa da morte de teus privilégios
(FREITAS, Jô)*

[...]

*O insano genocida, carrasco, afanador de vidas Vai levar meus filhos inocentes Por esses
mares em tristes correntes
Castigo, sangue, porões, pelourinho, chibata, grilhões
Filho do ódio parasita, hospedeiro Filho do mal, chacal, condutor do pesadelo
Lá vem ele! Lá vem ele! Lá vem ele! Lá vem ele!
E ainda, sem compreender, novamente perguntei:
Mas ele quem? Ele quem? Ele quem? Ele quem?*

*A mãe África arduamente, incansavelmente respondia:
O chacal carniceiro, abutre, bandido do estrangeiro
Destruindo nossos filhos, simplesmente por dinheiro
Ele é: O Navio Negreiro*

[...]

*E pra você me ouvir, eu vou lhe repetir
Eu quero a parte que me cabe Eu quero a parte que me cabe
Eu quero a parte que me cabe E o reparo dos massacres*

*Eles querem guerra eu quero é paz
Mas se quer eu quero é mais Defender meus ancestrais
E por isso corro atrás, Gato preto é sagaz Bola plano eficaz destruindo os capataz
Porque?*

*Criaram novos termos, camuflando o preconceito
Fingindo, encobrindo, o desastre que causou
Pretinho, moreninho, mulato homem de cor
Não aceito, eu sou negro, eu sou afro-brasileiro
Herdeiro de Zumbi, eu também sou guerreiro*

*Cartola, Mandela, Portela, Marcos Garvey, Marighela
A Revolta da Chibata e A Revolta dos Malês
Desmond Tutu, minha nação Jeje
O meu black, as minhas tranças, referencia pras crianças
Minhas tranças, o meu black, referencia pros moleques*

[...]

(Poeta-Guerreiro Gato Preto)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a contribuição teórica do autor Clóvis Moura para a compreensão da questão racial na particularidade brasileira. Para entender o percurso teórico e político de Moura, foi necessário traçar o itinerário de vida do autor que desvelasse questões sobre sua origem regional e familiar, bem como a sua aproximação com o marxismo e com o debate antirracista. Por meio de pesquisa bibliográfica foram analisadas três obras relevantes do autor: “Rebeliões da Senzala” (1959), “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (1977) e “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994). A partir do exame dessas obras foi possível constatar que as categorias trabalhadas pelo autor como o escravismo pleno e tardio, quilombagem e o mito da democracia racial formam os elementos centrais capazes de desvelar a dinâmica própria das relações raciais no Brasil, fenômeno esse marcado pela formação e desenvolvimento do escravismo colonial e do capitalismo dependente, pela reação auto-organizada do povo negro e pela tentativa do setor dominante em repelir essa reação.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Escravismo Pleno. Escravismo Tardio. Quilombagem. Mito da Democracia Racial.

ABSTRACT

The main objective of the present work is to analyze the theoretical contribution of the author Clóvis Moura to the understanding of the racial issue in the Brazilian particularity. In order to understand Moura's theoretical and political path, it was necessary to trace the author's life itinerary that revealed questions about his regional and family origin, as well as his approach to Marxism and the anti-racist debate. Through bibliographic research, three relevant works of the author were analyzed: “Rebeliões da Senzala” (1959), “The Negro: from a good slave to a bad citizen?” (1977) and “Radical Dialectics of Black Brazil” (1994). From the examination of these works, it was possible to verify that the categories worked by the author such as full and late slavery, quilombagem and the myth of racial democracy form the central elements capable of revealing the dynamics of racial relations in Brazil, a phenomenon marked by the formation and development of colonial slavery and dependent capitalism, by the self-organized reaction of blacks and also by the attempt of the dominant sector to repel this reaction.

Keywords: Clóvis Moura. Full Slavery. Late Slavery. Quilombagem. Myth of Racial Democracy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participação negra nas insurreições e revoluções no Brasil escravista.....	62
Quadro 1 – Leis/medidas de transição conservadora do escravismo ao capitalismo.....	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDE	Associação Brasileira de Escritores
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEDEM/UNESP	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas
MNU	Movimento Negro Unificado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
UNEGRO	União de Negras e Negros Pela Igualdade
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CLÓVIS MOURA:CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS DE SEU PENSAMENTO.....	17
2.1 Trajetória de vida pessoal, política e acadêmica.....	17
2.2 Clóvis Moura e sua aproximação ao marxismo.....	28
3 LEITURA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL PELO PENSAMENTO MOURIANO.....	35
3.1 Escravismo, racismo e lutas abolicionistas.....	35
3.1.1 Escravismo pleno: a plenitude da degradação humana sob o viés do racismo.....	38
3.1.2 O quilombo e a resistência negra contra a escravidão.....	48
3.1.3 A participação negra em movimentos políticos pela independência.....	60
3.1.4 Escravismo tardio, abolição da escravidão e manutenção do racismo.....	68
3.2 Capitalismo sobre bases racistas.....	78
3.2.1 A população negra na sociedade competitiva: o trânsito do bom escravo ao mau cidadão.....	82
4 A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E POLÍTICA DE CLÓVIS MOURA PARA A LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL.....	97
4.1 Superação do mito da democracia racial.....	97
4.2 A cultura negra como arma de resistência.....	112
4.3 O antirracismo revolucionário de Clóvis Moura.....	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo central o de analisar a contribuição teórica das obras de Clóvis Moura para compreensão da questão racial na particularidade brasileira. Para tanto, foi necessário traçar um itinerário intelectual e político do autor e trazer a luz as principais categorias discutidas em seus estudos, como *escravismo pleno e tardio, quilombagem e mito da democracia racial*.

Moura é um autor importante do século XX que ajudou a construir uma visão própria sobre o racismo brasileiro, levando em consideração os aspectos objetivos e subjetivos que dão forma a esse fenômeno social. Por isso, política, cultura, economia são dimensões da vida social que não são concebidas de forma fragmentadas por Clóvis Moura, pois todas elas convergiram dialeticamente para dar concretude a desigualdade racial no Brasil.

A contribuição do pensamento mouriano foi, e ainda é, muito importante para o acúmulo teórico do conjunto das ciências sociais, do movimento negro e do marxismo brasileiro. Considerando isso, pode-se afirmar que o Serviço Social, como campo das ciências sociais aplicadas e como área de conhecimento profundamente influenciada pelo marxismo, se enriquece bastante ao se aproximar das análises de autores como Clóvis Moura, que nos ajudam a desnudar os múltiplos elementos que formam nossa realidade social, nos possibilitando assim avançar uma práxis que siga em direção ao alcance de uma sociedade sem qualquer tipo de desigualdade e exploração.

O intelectual Clóvis Moura tem sido retomado pela academia por aqueles/las que buscam abordar a formação social do Brasil sob o prisma racial de nossas relações sociais. Esse estudo, portanto, pode ser considerado uma forma de incidir sobre o tema das relações étnico-raciais do presente, mas colocando como centro os estudos produzidos no passado recente por um autor alinhado à uma perspectiva de transformação radical do mundo.

Clóvis foi pioneiro no processo de deslocamento do debate étnico-racial brasileiro das teias do culturalismo para a dimensão estrutural da questão, a que considera o racismo como fenômeno atuante em todas as dimensões da vida social. Hoje percebe-se uma intensa retomada da abordagem do racismo numa perspectiva minimalista e individual, com pouco compromisso com a efetiva superação das desigualdades raciais. Urge então a necessidade de buscar autores/as que enfrentam essa problemática com profundidade e com direção crítica.

A busca em analisar e entender a particularidade brasileira tem sido levantada por muito tempo e por diversas áreas do conhecimento científico. É tarefa inadiável a compreensão da formação social do Brasil, levando em consideração sua especificidade no

cenário econômico mundial, e sua dinâmica interna que incide na forma como as relações sociais e culturais se dão entre as classes, raças e gêneros. Todavia, a história do Brasil muitas vezes é tomada de forma descritiva, no sentido de apenas apresentar fenômenos históricos ocorridos, descolados de sua essência, mas é necessária a abordagem desses acontecimentos numa perspectiva crítica e reflexiva, que busque entender as conexões entre esses acontecimentos e a implicação que eles exercem até hoje no conjunto das relações sociais.

Essa importância do pensamento crítico para a reflexão das relações raciais em nosso país se acentua quando tomamos a especificidade do Serviço Social: profissão interventiva e produtora de conhecimento que possui o comprometimento ético de buscar a construção de uma nova sociabilidade livre de opressões e discriminações.

[...] este horizonte emancipatório requer o exercício próprio do método em Marx, arcabouço fundamental para o serviço social renovado, capaz de realizar profundas autocríticas sem perder de vista o horizonte revolucionário. Não se trata da aplicação imediata da teoria, mas do vigor e radicalidade necessários que agregam história, teoria e método como bússola, para a busca de estratégias de enfrentamento ao tecnicismo e aos retrocessos no trabalho e na formação profissional, que certamente têm no enfrentamento ao racismo, um instrumento profissional e político, a favor da luta de classes. (ELPIDIO, 2020, p. 846).

Elpídio (2020) nos mostra ainda que diante do novo cenário de ascensão das forças de extrema direita é necessário colocar o conhecimento a serviço do desvelamento do racismo, fenômeno esse estruturante das nossas relações sociais. E nesse esforço teórico se insere a valorização do método em Marx, tanto para a contribuição da luta antirracista no interior da categoria como também para o próprio fortalecimento do projeto ético político da profissão.

Já em 1996 a categoria das/os assistentes sociais demonstrou preocupação com construção do antirracismo entre os/as profissionais do Serviço Social, avanço expresso nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social (ABEPSS), especificamente no “Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira”. Considera-se que o desvelamento da desigualdade racial na sociedade brasileira se insere nesse bojo das conquistas políticas acumuladas pela categoria, nos seus diversos espaços organizativos.

No que se refere ao método materialista-histórico e dialético, o que foi adotado no desenvolvimento dessa pesquisa, esse tem como premissa essencial a captura da lógica do objeto, e não o de impor uma lógica a este, como feito no método científico moderno (TONET, 2013). Ou seja, a realidade é mais rica de determinação do que o simples arsenal técnico de pesquisa pregado pelo pensamento burguês.

Sendo assim, a relação que se estabelece é da primazia da realidade frente ao/a pesquisador/a, e não o contrário. Realidade é vista como ponto de partida, e não como resultado (FERNANDES, 2011). Essa análise vai de acordo com o entendimento marxiano da realidade, tendo-a como processo material e dialético, e não apenas como reflexo cognoscível do sujeito.

A investigação nesse método é vista como meio de se conhecer as múltiplas determinações que formam a realidade, pois se entende que o sentido de ser dos fatos não está colocado em sua concretude imediata: é necessário sucessivas aproximações para conhecê-las em sua complexidade. Para a realização desse caminho, de aparência à essência, é necessária também a operação da abstração, isto é, o retorno à aparência como concreto pensado: a capacidade de trazer ao plano ideal o que está presente na realidade (PAULO NETTO, 2011).

O sentido de totalidade, uma das categorias centrais do método, se refere ao processo de decompor suas partes e articulá-las ao todo, fazendo o movimento analítico de apreendê-lo em suas múltiplas determinações. Porém, o método reconhece que sendo a realidade dinâmica e em constante mudança, a captura total do objeto se torna irrealizável. Dessa forma, não é preciso conhecer o objeto todo para compreender a realidade, pois o próprio objeto dita a abrangência necessária para seu entendimento, o que quer dizer, que o momento em que a/o pesquisador/a já consegue atribuir identidade, forma e concreticidade ao objeto, já é o suficiente para apreensão verdadeira da complexidade envolvida (TONET, 2013). Esse ponto vale para justificar a seleção de três obras de Moura, em um universo de aproximadamente vinte livros publicados, para traçar esse estudo, por considerarmos que são três obras centrais para exposição do pensamento moureano sobre a questão racial na realidade brasileira.

As três obras escolhidas para sustentar essa pesquisa são: “Rebeliões na Senzala” (1959), “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (1977) e “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994)¹. A primeira obra citada foi escolhida devido a sua importância histórica. Trata-se de um livro publicado no período histórico do Brasil onde ainda predominava a visão do mito da democracia racial entre a intelectualidade, e essa obra buscou romper com essa visão conservadora, bem como trazer a luta das/os negras/os para o centro da discussão da formação social e política do Brasil. A segunda obra foi escolhida devido a abrangência interpretativa acerca da realidade do povo negro no período do pós-escravidão, com ênfase no discurso ideológico que promoveu a marginalização desse grupo mesmo após a abolição,

¹ Pontuamos a data da primeira publicação de tais obras para que o/a leitor/a tenha uma fiel dimensão dos períodos históricos de cada obra, tendo em vista que as edições de duas dessas obras analisadas pela presente pesquisa são mais recentes.

consolidando mecanismos de barragem da mobilidade social prejudicial às pessoas negras na sociedade competitiva. Nesse livro, Moura descaracteriza vários argumentos utilizados pelos defensores do mito da democracia racial. A terceira obra tem sua importância registrada no fato de conter análises profundas sobre o início, consolidação e declínio da economia escravista, o que contribui, em grande medida, para a compreensão da formação sócio-histórica do Brasil no que se refere à construção das relações raciais no país.

Esse trabalho pretende apontar os aspectos centrais das relações raciais construídas no período do escravismo e as novas formas que o racismo possui no Brasil pós-escravidão. Ou seja, ressaltar as contradições sociais que permeiam a nossa realidade, para que seja possível o avanço político rumo a superação do racismo. Para tal, realizou-se o diálogo entre as/os autoras/os que discutem essa temática, preferencialmente os/as vinculados/as à tradição marxista, tendo em vista que a contribuição teórica que se pretende construir é a que possui compromisso ético com a real emancipação humana. Não se trata de uma pesquisa realizada a partir da busca do distanciamento entre pesquisadora e pesquisa, pois ao contrário disso, o que se buscou foi a potencialização da aproximação objetiva e subjetiva com a temática, tal como afirmou Abdias do Nascimento na introdução do livro “O genocídio do negro brasileiro”.

[...] Não posso e não me interessa transcender a mesmo como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e *situação* no grupo étnico-cultura, a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. *Situação* que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade. ([grifos do autor] NASCIMENTO, 1978, p. 41).

No primeiro capítulo do trabalho apresentamos alguns elementos que nos ajudam a entender o percurso acadêmico, político e pessoal de Clóvis Moura. Para tanto, nos embasamos em dissertações e teses já produzidas sobre o autor.

No segundo capítulo analisamos com mais profundidade as categorias trazidas pelo autor: quilombagem, mito da democracia racial, escravismo pleno e tardio. Além do debate sobre a luta dos escravizados em movimentos próprios ou mistos, deu-se ênfase também na leitura mouriana sobre a formação do capitalismo dependente² no Brasil, o racismo no pós-abolição, bem como as novas configurações desse racismo na atualidade.

² Apesar desse termo ter sido cunhado por outros autores, é importante dizer que utilizamos ele a partir da ótica de Clóvis Moura que entende que a economia brasileira não apenas nasce submissa aos interesses externos, como também mantém essa submissão mesmo após a consolidação do capitalismo. Inclusive o autor afirma que o racismo é uma arma ideológica essencial para o funcionamento desse modelo econômico.

No capítulo terceiro, dedicamos esforços em refletir as formulações de Moura sobre o mito da democracia racial. Analisamos as teses do autor que buscaram desmontar esse mito, tanto do ponto de vista do passado escravista, como do presente, em contexto de trabalho assalariado. Apresentamos também a corrente política e teórica do qual Moura se vinculava, a que apontava para a necessidade da aliança da luta comunista à luta antirracista.

Na parte final do trabalho estão redigidas as considerações finais, englobando uma visão geral sobre o resultado da pesquisa, sintetizando a contribuição teórica e política de Clóvis Moura para a apreensão das relações raciais na particularidade brasileira.

2 CLÓVIS MOURA: CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS DE SEU PENSAMENTO

2.1 Trajetória de vida pessoal, política e acadêmica

De antemão, consideramos importante afirmar que a intenção principal desse capítulo não é o de traçar uma biografia completa e absoluta do autor, e sim apenas a de refletir as condições familiares, econômicas e políticas que influenciaram na formação de Clóvis Moura como intelectual relevante para a discussão da questão racial no Brasil. Portanto, buscamos relacionar sua condição individual com as circunstâncias objetivas de seu tempo, o que Andrade (2019, p.24) chamou de retomar o modo de “pensar” e do “existir” de tal sujeito, buscando articulá-los em conjunto.

Procuramos trazer informações coletadas em outros trabalhos produzidos anteriormente sobre Clóvis e/ou sua obra, tendo em vista que o autor não possui ainda uma biografia formal e completa publicada (SOUZA, 2013, p. 22). Dessa forma, as principais fontes que substanciaram essa parte que trata da trajetória do nosso autor, foram os trabalhos produzidos por Érika Mesquita (2002), Fábio Nogueira Oliveira (2009), Ana Paula Procópio (2017), Gustavo Orsolon Souza (2013) e José Maria Vieira de Andrade (2019).

Steiguer Clóvis de Assis Moura foi um teórico brasileiro notável por suas pesquisas acerca das relações raciais no Brasil, contudo, partindo do entendimento de que a discussão da questão racial não pressupõe a análise apenas de uma parte da realidade brasileira, mas também de sua conformação geral, seus escritos ultrapassaram esse campo e se constituem também com riqueza para pensarmos outras questões como: o capitalismo brasileiro, as relações sociais surgidas no escravismo colonial, a formação do Estado repressor às lutas dos expropriados, o aspecto cultural expresso no contexto de desigualdade racial, etc.

Clóvis era nordestino, nascido em Amarante-Piauí no ano de 1925, e ali viveu até os seus 10 anos de idade. O autor nasce em um ano em que as discussões eugenistas ainda ocorriam de forma explícita e institucionalizada na academia, na sociedade geral e no Estado. O Eugenismo chegou ao Brasil a partir da influência cultural dos EUA e da Europa. Tinha como elemento central a defesa de uma visão extremamente racista que dizia que negras/os possuíam uma inferioridade biológica perante a branca, e como resultado dessa inferioridade existia o atraso econômico e cultural do país (SANTANA; SANTOS, 2016).

Importante salientar que Moura nasce e cresce longe dos grandes centros urbanos e universitários (SOUZA, 2013) mas essa situação não impediu o autor de se tornar um grande teórico sobre temas fundamentais do campo das ciências sociais. Como dito, até os 10 anos de idade Moura vivia em Amarante-PI, cidade hoje com 17.609 habitantes (IBGE, 2021), depois se mudou, com sua família, para Natal, cidade que apesar de ser a capital do Rio Grande do Norte, não possuía significativo grau de desenvolvimento econômico e crescimento populacional tão expressivos quanto os vistos em outras regiões do sul e sudeste do Brasil.

Segundo Texeira (2015) no período do entreguerras Natal-RN foi palco de avanços econômicos no campo da aviação devido a sua localização geográfica, estrategicamente situada entre África, Europa e América do Sul. Essa situação contribuiu para empresas internacionais se interessassem pela região e buscassem investir nela

Com a proximidade da Segunda Guerra Mundial, as tensões e interesses militares e geopolíticos das nações correspondentes, assim como do governo brasileiro, inteiramente envolvido nessas questões, se refletem na operação dessas empresas em solo brasileiro e potiguar em especial. Seja como for, entre a década de 1920 e o início da Segunda Guerra Mundial, Natal recebeu inúmeros representantes ilustres da aviação nascente: franceses inicialmente, mas também italianos, portugueses, brasileiros, alemães, americanos e de várias outras nacionalidades. O que desperta a atenção, nessas experiências, é o fato de que cada pouso era motivo de comemoração pública [...] (TEIXEIRA, 2015, s/p).

Clóvis certamente vivenciou na própria vida privada, as relações inter-raciais de forma bem próxima e cotidiana, pois era Filho de pai negro, Francisco de Assis Moura; e de mãe branca, Elvira Steiger de Magalhães Moura. O autor era o segundo filho do casal, entre três irmãos (SOUZA, 2013). A mãe, além de branca, carregava também consigo o bônus de ser neta de um barão escravagista da região de Ilhéus-Bahia³.

Já o pai de Clóvis, o senhor Francisco, era negro não-retinto, de origem maranhense e sua família, apesar de já ter tido posses, era economicamente decadente (OLIVEIRA, 2009). Cabe destacar que Francisco, era resultado de uma relação entre mulher escravizada⁴ e senhor de engenho de açúcar (MESQUITA, 2002). Ambas as famílias de Moura, materna e paterna, eram nordestinas, mas cada uma tinha componentes sociais e raciais diferentes.

Oriundo de uma família de classe média, constituída no entrecruzamento de duas oligarquias decadentes (os escravocratas Steiger e os comerciantes Moura), Clóvis teve como bisavô um senhor de escravos (Ferdinand Von-Steiger) e era filho de um

³ O Barão Steiger “[...] em 1857, [...] produzia madeira, aguardente e café e possuía 120 escravizados.” (OLIVEIRA, 2009, p. 28)

⁴ Durante todo o trabalho o termo “escravizada/o” será usado ao invés de “escrava/o”, pois o primeiro remete mais a dimensão social e relacional da questão, ao contrário do segundo que denota uma condição de naturalização dessa posição.

—mulato (Franciso de Assis). Apenas trinta e sete anos separavam a abolição da escravidão (1888) e o nascimento de Clóvis. Este período também marca uma transição nas atividades econômicas (cacau e comércio) e no modo de vida do Steiger-Moura: a ascensão e estabilidade social através do emprego público [...] (OLIVEIRA, 2009, p.30).

Nota-se que mesmo presenciando relações inter-raciais na família, Moura não se alinhou a visão de Freyre de romantizar essas relações. Visão essa tão difundida na década de 30/40, período em que Moura começa a se entender como sujeito no mundo. Essa época também foi marcada, segundo Procópio (2017), pela decadência da república velha e pela busca da construção de uma identidade nacional unificada, cujo objetivo era o de dar sustentação ao projeto de industrialização em curso⁵.

Uma posição de Moura que merece destaque é que o fato dele carregar fenotipicamente mais traços do lado materno, logo branco, não o constrangeu de se declarar como negro sua fase madura, pois o autor entendia que essa autodeclaração fazia parte de sua luta, naquela época, contra o racismo. Identificação essa também influenciada pela sua aproximação com movimento negro, como aponta Pereira (2004).

O Nordeste, região que Clóvis nasceu e viveu até os 20 anos, só foi inicialmente considerada como região geográfica específica do Brasil, segundo Bernardes (2007) na primeira república (1889-1930), devido a necessidade do poder público em empregar esforços para o combate das secas. Essa divisão, política e cultural, passam a ser mais destacadas nas décadas de 30, quando ocorrem denúncias de pobreza e miséria latente na região. A partir desse contexto cresce então a vinculação do nordeste como espaço culturalmente e economicamente diferente, dando forma a imagem de nordeste que vigora até hoje. Contudo, Bernardes (2007) alerta para o fato de que muitos estereótipos vinculados ao nordeste impedem que se enxergue a diversidade e complexidade que envolve a formação social dessa região.

Em se tratando de inserção profissional da família Steiguer Moura, o pai de Clóvis atuava no serviço público como fiscal de rendas, e a partir dessa posição, a família conquistou relativa ascensão social, o que de acordo com Oliveira (2009), tem relação com aquele período econômico do país, marcado por um processo de modernização e aceleração econômica verificada nos anos 1930. Esse cenário possibilitou uma relativa incorporação de pessoas negras nas camadas médias da sociedade, mais facilitada, porém, apenas às/aos negras/os de pele clara.

⁵ No capítulo 3 desse trabalho abordaremos melhor essa questão.

Como citado anteriormente, em 1935 a família Steiger Moura se mudou para Natal-RN, devido ao fim do apogeu da borracha na região do Piauí. Graças a essa mudança de cidade e à posição social de seus pais, Moura teve oportunidade de conviver com pessoas e espaços importantes para o seu despertar intelectual (OLIVEIRA, 2009).

Estudando em uma escola tradicional da cidade, Clóvis, aos 14 anos de idade, lidera um processo de criação de Grêmios⁶ Cívico-Literário 12 de Outubro e de fundação de jornal local chamado “O Potiguar”. E é nesse jornal que Clóvis publica seu primeiro escrito, que tratava da inconfidência mineira, mas com pouco teor crítico (OLIVEIRA, 2009), o que o autor irá fazer só mais tarde em *Rebeliões da Senzala (1959)*. Nota-se que esse período em que Clóvis morou em Natal foi importante do ponto de vista educacional, pois ele estudou em uma escola tradicional da região e a partir disso conseguiu galgar os primeiros passos na carreira de escritor e como político, atuando no jornal e no grêmio.

Em estudo sobre acesso e resultado de desempenho escolar, Ribeiro (2011) analisa como a variável “riqueza dos pais”⁷ e “tipo de escola” influencia negativamente ou positivamente no desenvolvimento educacional dos estudantes. O autor conclui que estudantes que estudam em escola particular ou escola pública federal, e filhos de pais que possuem bens, têm mais chances de galgar todos os níveis educacionais até o ensino superior, revelando assim como o próprio sistema educacional brasileiro pode ser instância de reprodução de desigualdades sociais. Dessa forma, entendemos que os estudos iniciais de Clóvis, realizados em uma escola renomada, podem ter sido cruciais para o seu posterior desenvolvimento como escritor e jornalista.

Porém, mesmo sabendo das chances educacionais que Moura obteve a partir da posição social de seus pais - chances essas negadas à imensa maioria de jovens brasileiros naquele período histórico - é possível afirmar que ele teve uma vida melhor que seus pais no sentido econômico? Dá para considerar que Moura viveu uma mobilidade social em comparação a seus pais? O que nos parece é que a escolha de vida de Moura em seguir uma carreira intelectual à margem da academia e vinculado aos interesses da classe trabalhadora, não lhe possibilitou grandes ganhos financeiros.

Durante a segunda guerra mundial, em 1942, a família de Moura se muda para Salvador (PROCOPIO, 2017). É também nesse ano que Clóvis perde seu irmão mais velho

⁶ Segundo Mesquita (2002), esse grêmio tinha 40 membros ativos e tinha como objetivo discutir assuntos políticos; já Oliveira (2009) afirma que o grêmio tinha mais uma função de atrair apadrinhamento local para apoio às formaturas.

⁷ Riqueza dos pais é entendido pelo autor não só pela questão de renda, mas também por acúmulo de bens, tão salutar em um país onde sistemas de proteção social são frágeis e onde a aquisição de crédito depende de posses.

para a tuberculose (OLIVEIRA, 2009). Segundo Maciel et. al (2012) a tuberculose foi denominada no Brasil como “praga dos pobres” devido seu alto contágio entre membros dessa classe, pois as péssimas condições de moradia em que viviam propiciavam, em grande medida, a disseminação da bactéria. As taxas de mortes por essa doença eram altas no século XIX. As ações públicas para combater a infecção só se iniciaram na década de 1920 e se consolidaram efetivamente como política de Estado a partir da década de 1940. Porém, os altos níveis de desigualdade no país ainda são um agravante no combate à doença (MACIEL; et al, 2012).

Elvira Steiger, tia materna de Clóvis, foi casada com o político baiano João mangabeira que foi ex-prefeito de Ilhéus, deputado estadual, federal e senador pela Bahia. João era uma figura também ligada ao campo mais progressista no período do Estado Novo (OLIVEIRA, 2009). Apesar desse membro da família estar ligado à política institucional, não há relatos de aproximação dele com Moura e/ou a possível influência que ele possa ter exercido na formação do nosso autor.

Ainda adolescente, aproximadamente aos 16 Anos, Moura estava morando na primeira capital do Brasil: Salvador; e é ali que ele estabelece os primeiros vínculos com figuras de esquerda ligadas à intelectualidade soteropolitana. Juntos formavam um grupo que se encontravam semanalmente para discutir assuntos relacionados à política e literatura⁸ (OLIVEIRA, 2009). Nesse período, já se nota o engajamento de Clóvis ao meio intelectual, não só no sentido ideológico, mas também como ensaio da construção de sua identidade profissional como escritor, possibilitado pela efervescência do surgimento de revistas ligadas a pauta racial e de jornais⁹ com orientação à esquerda (OLIVEIRA, 2009).

Ocorre na Bahia, nesse período, a fundação da revista Cadernos da Bahia por intelectuais críticos do qual Moura se aproximará. A respectiva revista trazia como elemento central a busca pela valorização da cultura negra (SOUZA, 2013). Para Oliveira (2009) esse fato influencia Clóvis em sua adesão aos estudos locais, o sertão, e a negritude.

Mas essa aproximação física de Moura com os intelectuais de esquerda de Salvador é interrompida, pois o piauiense muda-se para Juazeiro-BA e diante das limitações, passa a manter correspondência com vários desses intelectuais que ele conheceu quando ainda morava na capital da Bahia. A partir de trocas de cartas envolvendo esses contatos é possível

⁸Oliveira (2009) cita a existência da “Academia dos Rebeldes”, integrado por figuras como Jorge Amado, Edison Carneiro e etc, pra ilustrar como era comum nessa época esse tipo de agrupamento em torno dessas temáticas.

⁹ Segundo Souza (2013), Moura funda o Jornal “O Jacubá” quando morava em Juazeiro-BA.

visualizar a aproximação e dedicação de Clóvis aos assuntos ligados à realidade do sertão, seu empenho em se tornar um crítico literário e posteriormente um estudioso da pauta antirracista.

Em 02 de agosto de 1948, Darwin Brandão responde à carta do “jovem poeta perdido do São Francisco”, Clóvis Moura, que saudara o surgimento da revista *Cadernos da Bahia*. Brandão coloca a *Cadernos da Bahia* à disposição para que Clóvis divulgue seus artigos sobre crítica literária e poemas. Inicia-se uma comunicação epistolar entre ambos e, consoante com os interesses do grupo da revista, Clóvis Moura não poupa esforços em oferecer ao novo amigo material colhido em campo (OLIVEIRA, 2009, p. 41).

Nessa mesma cidade, segundo Oliveira (2009), Moura é estimulado por amigos, escritores comunistas, a abrir uma seção em Juazeiro da Associação Brasileira de Escritores (ABDE). Para Souza (2013) esse convite demonstra a confiabilidade que Moura inspirava nesse círculo de intelectuais, bem como a sua capacidade de articulação, pois se manteve notável mesmo não morando mais em Salvador. O Centro de Documentação e Memória CEDEM/UNESP reúne centenas de artigos publicados por Moura nesse período em que ele reside em Juazeiro, demonstrando que a maioria desses artigos era publicada em jornais de circulação regional (OLIVEIRA, 2009).

Após certo período em que Moura atua como crítico literário e escritor de assuntos relacionados ao sertão, entre 1942-52 suas áreas de interesses passam a se alargar, alargando também a área de atuação das figuras intelectuais do qual se correspondia por meio de cartas. A partir de então, o intelectual morador de Juazeiro-BA passa a se comunicar também com nomes ligados à academia, buscando com isso erguer seus estudos ligados a questão racial (OLIVEIRA, 2009). Clóvis chegou a trocar cartas com grandes nomes dos estudos étnico-raciais e das ciências sociais no geral, como Arthur Ramos¹⁰, Emílio Willems, Donald Pierson¹¹, Ralph Beals¹², Edison Carneiro¹³, Caio Prado Junior¹⁴.

As cartas de Arthur Ramos, Emílio Willems, Donald Pierson e Ralph L. Beals possuem os seguintes pontos comuns: a) referem-se a uma pesquisa de campo a ser realizada por Clóvis Moura em Juazeiro que tem como tema a cultura negra e a

¹⁰ “[...] Ramos pesquisou sobre cultura negra e sobrevivências africanas e também foi importante no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Publicou, entre outros, *O Negro Brasileiro* (1934) [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 48).

¹¹ Autor de “Branco e Pretos na Bahia” (1945).

¹² Era Antropólogo e foi presidente da Associação Americana de Antropologia nos anos 50.

¹³ “[...] Edison Carneiro (1912-1972), formado em Direito na Bahia em 1936, tornou-se escritor especializado em temas afro-brasileiros, em particular, religiões de matriz africana (*Negros Bantos*, 1937; *O Quilombo dos Palmares*, 1947; *Candomblés da Bahia*, 1948; *Antologia do Negro Brasileiro*, 1950; e *Religiões Negras*, 1963 [...])” (OLIVEIRA, 2009, p. 44).

¹⁴ “[...] Caio Prado Júnior (1907-1990) foi bacharel em Direito, pela Faculdade do Largo de São Francisco (1928), livre-docente de Economia Política, editor e um dos principais intelectuais comunistas do país. Em 1933, publicara *Evolução Política do Brasil* e em 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (1942), inaugurando os estudos sistemáticos sobre a sociedade brasileira de caráter marxista” (OLIVEIRA, 2009, p. 56).

—situação racial; b) constituem, para ambos os lados, um meio de intercâmbio através de troca de favores (livros, material de pesquisa, possibilidade de publicação etc.); c) tem como objetivo ampliar um círculo de intelectuais e pesquisadores com interesses afins sobre o tema. Por outro lado, na tentativa de legitimar – desde a academia – e angariar apoio à sua pesquisa, a localização de Clóvis Moura contava a seu favor (numa área afastada do litoral e dos centros urbanos): dentro da perspectiva dos —estudos de comunidade (Willems), da —situação racial (Pierson) ou ainda —das influências africanas (Arthur Ramos), a pesquisa de Clóvis Moura – e a sua condição de —informante – poderia se converter em um manancial de provas empíricas para o *corpus* acadêmico que se institucionalizava (OLIVEIRA, 2009, p. 53-54).

Mais do que apenas trocas de cartas, esse processo significou a própria constituição de Moura como estudioso da temática da questão étnico-racial no Brasil, alguém que mais tarde irá promover uma significativa revolução na análise sobre esse assunto, ultrapassando até mesmo, do ponto de vista de alcance intelectual e de originalidade, a maioria desses estudiosos que inicialmente contribuíram com o plano de estudo do autor.

Camargo (2000) analisando cartas trocadas entre duas adolescentes na década de 1990 percebe o quanto o fato de uma mudança para uma cidade menor de uma das adolescentes contribuiu para o crescimento de trocas de cartas entre as amigas, uma vez que a jovem que passou a morar no interior se queixava do quanto a cidade era sossegada e tediosa, e o que se apresentava como *hobby* naquele momento era apenas o ato de escrever no seu diário e correspondências. Porém, há que apontar que no período que Clóvis viveu no interior da Bahia, o acesso ao telefone era escasso, e, portanto, qualquer localidade em que se morasse no Brasil o recurso da carta como modalidade de comunicação era importante. Na conclusão de seu trabalho, Camargo (2000) aponta os significados expressos em trocas de cartas:

[...] Os sujeitos da escrita, de cartas, apareceram em circunstâncias diferentes: compartilhando formas de observar e construindo conhecimento; legitimando fontes; dando cor e tom à escrita; marcando a presença de outros na escrita; imprimindo marcas de delicadeza, confiança e amizade para com o outro; transitando nos frágeis e mutáveis pontos de equilíbrio entre o público e o privado enfim, fazendo-se sujeitos porque consolidam práticas de ler e escrever [...] (CAMARGO, 2000, p. 135).

Em Juazeiro-BA Moura desenvolve também o seu lado político-militante, culminando na sua vitória como deputado estadual em 1947. Mas Mesquita (2002) informa que o deputado comunista não tomou posse devido ao cancelamento de registro legal do PCB; e esse ocorrido se desdobra na mudança do escritor nordestino para o sudeste do país.

Por conta desse acontecimento político, Moura se transfere para São Paulo em 1949, e começa a atuar na Frente Cultural do PCB, organismo que reunia Caio Prado Júnior, Villanova Artigas, Artur Neves, dentre outros intelectuais. Além de militar no Partido Comunista, Moura profissionalmente atua como jornalista, trabalhando

para Samuel Wainer e posteriormente para Assis Chateaubriand nos Diários Associados. Concomitante a sua atividade profissional, Clóvis pesquisava sobre rebeldia negra, a luta de classes no período colonial, tendo como foco o importante e ativo papel do negro na formação da nação, não só do ponto de vista culturalista muito abordado no momento, mas e principalmente social, se desdobrando para os planos político e econômico (...) (MESQUITA, 2002, p. 176).

Consideramos que o fato de Clóvis ter morado em tantas cidades (Amarante-PI, Natal-RN, Salvador/BA, Juazeiro/BA e em São Paulo/SP - interior e capital), situadas em duas regiões geográficas do Brasil bem diversas uma da outra (Nordeste e Sudeste), pôde ter contribuído para sua análise dialética e ampla sobre a realidade brasileira¹⁵, pois é uma constante em suas análises sobre as relações raciais no Brasil a pontuação sobre a necessidade de se considerar as diferenças regionais.

[...] desde a infância, a vida de Clóvis esteve marcada por deslocamentos. Primeiramente, quando precisou deixar, junto com a família, sua cidade natal, Amarante-PI, para refazer a vida em outras cidades do Nordeste. Inicialmente, com uma rápida passagem por Natal, no Rio Grande do Norte. Em seguida, instalaram-se por um período maior de tempo em terras baianas. Primeiro em Salvador, onde teriam ficado por pouco tempo. Posteriormente, em Juazeiro-BA, onde, dentre outras atividades, acabou se tornando o local em que Clóvis Moura teria dado seus primeiros passos no mundo das letras, e onde, igualmente, ainda muito jovem, teria ingressado na militância político-partidária junto ao Partido Comunista (ANDRADE, 2019, p. 36).

No que se refere à formação acadêmica de Clóvis Moura, a dissertação de Souza (2013, p. 31), apresenta um impasse: no currículo de Moura não é identificado qual graduação ele cursou, e em entrevista a esse pesquisador, sua filha Soraya, menciona que o pai nunca frequentou universidade, ele se intitulava um autodidata. Já no trabalho de Mesquita (2002) consta que na Bahia Moura se graduou em Ciências Sociais.

Apesar de não ter se inserido formalmente no meio acadêmico, Munanga, (2006 apud SOUZA, 2013) considera Moura como um professor e intelectual devido à contribuição de suas pesquisas para reflexão da realidade social do Brasil. Nessa direção, José Batista Borges Pereira escreve no prefácio do livro *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* (2004) uma vigorosa homenagem ao autor, reconhecendo que a trajetória de Clóvis se desenhou diferente dos demais, pois ele traçou suas pesquisas à margem da academia, o que de certa forma deve ter aumentado as suas dificuldades como pesquisador.

[...] O autor não se preocupou em fazer carreira acadêmica, mas sim em contribuir com uma interpretação, no mínimo, autêntica da realidade brasileira, e acima de tudo

¹⁵ Percebe-se a preocupação de Moura em saber de várias regiões do Brasil e de outros países a partir do conteúdo de suas cartas endereçadas a diversos estudiosos, onde Moura com frequência busca va se inteirar sobre outras realidades (ANDRADE, 2019).

em bases dinâmico-rebeldes, isto é, com uma postura crítica e uma proposta radical de mudança da sociedade. Portanto, podemos aplicar o conceito de “intelectual revolucionário” a Clóvis Moura, com todo o peso e o significado que este conceito possui e agrega [...] (MESQUITA, 2003, p. 563).

Pereira (2004) afirma que o lado positivo dessa marginalização de Moura da institucionalidade, foi a possibilidade de ele fugir da divisão das disciplinas do conhecimento tão presentes nas universidades, o que na visão de Andrade (2019) oportunizou Moura se tornar um “intelectual transitivo”:

Transitividade que não se materializa apenas nos constantes deslocamentos do escritor pelos mais diferentes espaços políticos e culturais de atuação, mas que envolve também a busca por uma linha de escrita intelectual diferenciada capaz de dar conta da paradoxal condição de fronteira ocupada pelo antirracismo, seja como lugar (entre a academia e o universo político partidário), seja em termos epistemológicos (entre as noções de classe e raça ou entre ciência e ideologia) (ANDRADE, 2019, p. 20).

Dentro desse dado, sobre o distanciamento de Clóvis do meio acadêmico, cabe refletir que esse comportamento lhe relegou o reconhecimento hoje como intelectual marginal, o que Mesquita (2002) interpreta como sendo uma postura antiacadêmica, pois ele tecia ferozes críticas aos métodos de pesquisas tradicionais e aos ambientes acadêmicos, lendo-os como espaços de oposição aos interesses da classe trabalhadora. Fazendo alusão a visão de Marx e Engels, exposta no Manifesto do partido comunista, escrito em 1848, de que o Estado é o comitê executivo da burguesia, inferimos que Clóvis percebia então a academia como comitês formuladores de conhecimentos benéficos aos interesses dessa classe.

Moura, afirma Mesquita (2003), não via o conhecimento como um produto que deve seguir um padrão de produção para ser consumido, como era feito nos círculos tradicionais das Ciências Sociais. E por isso as obras mourianas foram preteridas por serem consideradas anticientíficas, uma vez que eram estudos conduzidos fora da institucionalidade acadêmica.

Sobre características pessoais, temos a descrição Souza (2013) com base nos depoimentos de Sampaio (2006) que coloca Moura como um grande humanista:

Essa imagem do “humanista” se completa a partir do princípio de que Moura era possuidor de uma “personalidade complexa”, que o fez ser um grande homem, um grande intelectual. A complexidade de sua personalidade é definida a partir de pares de adjetivos que, de início, parecem antagônicos como: “tímido e corajoso”; “indômito e boêmio”. Sampaio com esses adjetivos quis apresentar a memória de um homem comum, que gostava da noite, que lutou por seus objetivos, e que não se deixou ser domado por ninguém (SOUZA, 2014, p. 20).

Já vimos que na história de Clóvis a década de 1940 e 1950 é marcada por sua carreira como crítico literário¹⁶ e jornalista, mas também é sublinhado o início de sua carreira como pesquisador da temática étnico-racial. Mas agora já na década de 1960, Moura consegue amadurecer mais sua relação com a pesquisa, publicando trabalhos importantes mesmo por fora da academia; e se desenvolve como jornalista, aparentemente sendo essa atividade que garantia a sua renda. Entendendo o contexto da incerteza da vida intelectual na época da ditadura, Andrade (2019) informa as colaborações de Moura com:

[...] com a imprensa voltada propriamente para fins comerciais, seja como redator dos jornais Diário da noite e Diário de São Paulo (1959), seja como subsecretário e crítico literário do Correio Paulistano, ou como diretor de redação do jornal Folha de São Carlos, no período após o Golpe de 1964 (ibidem, p. 36).

A década de 1970 e 1980, segundo Procópio (2017) marca a aproximação de Moura em eventos internacionais e ao movimento negro. Os três eventos internacionais que Moura participa destacado pela autora são “[...] Colóquio Negritude e América Latina (1974, Dakar); 20º Encontro da LASA – Latin American Studies Association e o 7º Encontro da ASA – African Studies Association (Houston, Estados Unidos, 1977) [...]” (p. 23).

As décadas de 1960 e 1970 fixa também a fase de maior repressão do regime militar, foi também esse período que Clóvis teve que prestar depoimento duas vezes no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Mas antes mesmo do golpe militar, Moura fundou a revista Flama em Araraquara-SP, onde trabalhava com sua irmã, mas que foi logo fechada devido investigações do DOPS (OLIVEIRA, 2009).

Inicia na década de 1980 seu reconhecimento intelectual por parte da academia, quando Moura recebeu pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo o título de Doutor Notório Saber, possibilitando assim a sua participação em bancas de mestrado e doutorado (PROCOPIO, 2017). Notamos, portanto, em sua trajetória, uma mudança de comportamento daquele que sempre esteve distante dos meios acadêmicos, mas que na fase de maturidade, buscou de certa forma se aproximar desse meio a partir da criação do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, o IBEA (que abordaremos mais adiante) e através de participação em bancas de avaliação de trabalhos (ANDRADE, 2019).

Na década de 1980 Moura participou de duas bancas de mestrado e uma de doutorado, Souza (2013) coleta essas informações no CD ROM produzido pela Fundação Palmares sobre vida e obrado autor, e dá a seguinte informação sobre as temáticas dessas bancas:

¹⁶ Moura também era poeta, chegou a publicar cinco livros sobre poesias (SOUZA, 2013).

Todos os três trabalhos acadêmicos, citados na cronologia, têm como temática o negro. Como examinador de mestrado, participou da banca de Miriam Nicolau Ferrari – “A Imprensa Negra em São Paulo” (USP-1981); e da banca de Célia Maria Marinho de Azevedo – “O Negro Livre no Imaginário das Elites (racismo, imigrantismo e abolicionismo)” (UNICAMP-1985). Como examinador de doutorado, participou da banca de Maria de Lourdes Bandeira Lamônica Freire – “Vila Bela, Território Branco Espaço Negro: um estudo da identidade étnica (USP-1986)” (CD-ROM FUNDAÇÃO PALMARES, apud SOUZA, 2013, p. 15-16).

Como aproximação ao movimento negro, Procópio (2017) considera a participação de Moura no MNU na década de 1980 e na UNEGRO (União dos Negros Pela Igualdade) na década de 1990. A autora coloca também como acontecimento marcante na trajetória de Clóvis como intelectual do campo da discussão étnico-racial a fundação da IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas)¹⁷ em 1975.

O IBEA significou a busca de Moura em alcançar sua autonomia intelectual diante dos interesses difusos presentes nos espaços tradicionais de publicação e produção de conhecimento. Representou também, de acordo com Andrade (2019), um passo de Clóvis contra a opressão do mercado editorial que inibia e provocava desencanto em vários intelectuais, sobretudo nos que não eram reconhecidos como grandes nomes à época. Essa revolta contra esse nicho do mercado ficava explícito em cartas trocadas entre o autor com Jorge Amado e Luiz Papi.

Dito de outro modo, em meio às correspondências analisadas, há em quase todas elas, menções ao que seriam as dificuldades de afirmação vivenciadas pelos intelectuais em seus campos de atuação. Dificuldades que se aliavam a outras demandas e queixa, de natureza teórica e conceitual, acerca do verdadeiro papel de um intelectual, em termos gerais, ou do cientista social, em termos específicos. É sob essa atmosfera de descontentamento que, Moura e outros nomes, irão investir, no decorrer da década de 1970, na criação do IBEA (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas), como alternativa para melhor enfrentar aquilo que ele e a maioria dos envolvidos em sua rede de contato avaliou como sendo os principais compromissos da intelectualidade (ANDRADE, 2019, p. 49).

No que se refere a constituição familiar temos que Moura chegou a se casar duas vezes, a primeira com Iracema, em 1954, mãe de sua filha Soraya que nasceu em 1958; o segundo casamento foi com Griselda, em 1982, com quem se manteve até a morte (CD-ROM Fundação Palmares, apud SOUZA, 2013). Moura morreu dia 23 de dezembro de 2003, em São Paulo, e tiveram suas cinzas jogadas no rio Paraíba-Piauí, pedido feito por ele ainda em vida (SOUZA, 2013).

¹⁷ Segundo Oliveira (2009) o IBEA contou com a participação de intelectuais notáveis na época como Octavio Ianni, Oracy Nogueira e Fernando Henrique Cardoso.

2.2 Clóvis Moura e sua aproximação ao marxismo

Consideramos que a aproximação de Clóvis ao marxismo, não só como luta política, mas como método de apropriação da realidade, permitiu a ele a possibilidade de analisar a particularidade brasileira tendo como ponto central a luta do povo negro contra o racismo. Sob o prisma da questão racial ele desenvolveu estudos que apontaram as mediações necessárias que nos permitem compreender a nossa formação social gestada durante a vigência do escravismo colonial. Essa capacidade do pensamento mouriano em analisar a realidade brasileira a partir do método materialista-histórico e dialético é um fator importante que o colocou na posição de intelectual dinâmico, original e pioneiro na análise do racismo estrutural¹⁸.

Apesar das discordâncias e conflitos de ideias entre Clóvis e a hegemonia da direção do PCB, é importante ressaltar que a influência marxista que embasa as obras mourianas deve-se, em grande medida, ao fato da aproximação desse autor com essa organização política que propagava e defendia o método de Marx de análise da realidade social como forma de intervir na história. Assim a aproximação e vinculação de Moura ao PCB marcam veementemente a substancialidade de suas obras.

Para Mesquita (2002), foi em Salvador que Clóvis se aproximou à dinâmica partidária, atuando como jornalista e trabalhando no jornal “O momento” ligado ao PCB; mas só em 1945, aos 20 anos de idade, que ele começa formalmente sua militância no partido, dando início a sua relação de intelectual com o marxismo.

Como já citamos, em 1947, Moura se elege deputado estadual pelo PCB/Bahia, mas não exerce o mandato devido à cassação de registro eleitoral. Nesse momento, Moura tinha apenas 22 anos quando disputou eleição (SOUZA, 2013), demonstrando assim como o autor canalizou também sua potência juvenil para o engajamento político¹⁹. Após esse ocorrido, quando Moura já está em São Paulo, passa a se aproximar mais do cotidiano do partido, atuar em revistas²⁰ e a conviver de forma mais direta com intelectuais como Caio Prado Junior, estudioso que possui influência vívida na trajetória de Moura.

Tal militância partidária continuou marcando a vida do escritor no início dos anos cinquenta, quando deixou a vida nas terras baianas e transferiu-se para São Paulo.

¹⁸ O entendimento de que o racismo não é apenas um desvio presente em condutas individuais, mas um sistema que estrutura toda a dimensão da vida social.

¹⁹ Não encontramos registro sobre a existência da participação de Clóvis mais a frente de outros pleitos eleitorais

²⁰ Andrade (2019) reflete que o fato de Moura ter trabalhado em tantas revistas e em tantas funções, é um fator que marca a trajetória “transitiva” do autor. Essas circunstâncias de certa forma influenciaram o modo de fazer científico dos estudos mourianos.

Com a mudança, e a partir de suas ligações com os intelectuais pecebistas, como Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Junior, Moura fez nesse novo ambiente alguns importantes avanços na sua carreira como jornalista. Atuando neste ramo, transitou entre diferentes órgãos de imprensa, ocupando funções diversas, tanto como redator de jornal (no *Jornal Última Hora*), entre 1952 e 1958, quanto como secretário de redação da Revista *Fundamentos*, entre 1952 e 1955, que reunia intelectuais ligados ou simpatizantes ao PCB; também atuando como diretor da Revista *Flama*, em Araraquara, 1952, fundada pelo próprio Clóvis Moura. Uma fase carregada de incertezas devido à situação política, à clandestinidade da militância pecebista e às peregrinações necessárias à estabilização no meio profissional (ANDRADE, 2019, p. 36).

Apesar da relação de colaboração e inspiração científica entre Clóvis e Caio, no debate sobre a questão racial nota-se conflitos teóricos entre os dois autores. Caio Prado Júnior, apesar de promover uma ruptura na análise tradicional sobre a formação social do Brasil, quando se volta para a temática racial²¹, se assemelha com Freyre ao entender romanticamente a sociedade brasileira como mestiça, apontando esse aspecto como algo positivo na colonização portuguesa (PROCOPIO, 2017)²². Essa discordância se apresenta, em certa medida, nas trocas de cartas entre os autores no final da década de 1940; na ocasião Moura consulta Caio a respeito de seu desejo de pesquisar mais profundamente a questão racial e recebe como resposta o seguinte.

Pela sua carta, vejo que V, tem consciência política, e compreende, portanto, que seu trabalho intelectual deve estar a serviço de uma causa. E se V. é realmente comunista, como afirma, essa causa já está traçada. Empregue seu esforço de escritor, de um lado, para resolver os grandes problemas humanos da miséria e da exploração do homem pelo homem; e para isso, comece com os problemas, a miséria e a exploração que V. encontrará aí a sua volta com a mesma abundância que em outro lugar qualquer do mundo capitalista. (Carta de Caio Prado Junior a Clóvis Moura, 08/03/1949 CEDEM-UNESP apud OLIVEIRA, 2009, p. 57).

Nessa carta fica implícito uma tendência que até pouco tempo era prevalecente no meio teórico e político identificados ao marxismo: o de desconsiderar a importância da opressão racial na fundação e consolidação do capitalismo brasileiro. Caio, apesar de saudar a iniciativa de Clóvis, em carta, coloca a dificuldade que Moura teria no processo de coletas de dados, dado a distância dele das grandes bibliotecas e acervos públicos, e assim busca, a partir

²¹ Lélia Gonzales em seu artigo “racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) tece críticas à Caio Prado quando o autor se refere às mulheres negras no contexto relações sexuais entre mulher escravizada e senhor de engenho, pois para Lélia, Caio em sua análise acaba reforçando a ideia de mulher negra como objeto: “[...]Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo” (ibidem p. 231).

²² Autora afirma ainda que as mais expressivas tentativas de leitura do Brasil protagonizado por três grandes teóricos, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Sérgio Buarque de Holanda, foram incapazes de analisar o racismo como sendo uma questão estrutural.

desse argumento, sugerir que Moura dedicasse seus esforços intelectuais para assuntos, que na visão de Caio e da maioria dos marxistas, eram mais fundamentais para a luta comunista.

Como consequência dessa divergência teórica, existiu uma notável ausência de reconhecimento público da obra “Rebeliões da Senzala” (1959), que apesar de ter dado mais visibilidade ao Clóvis como intelectual no meio cultural, também acarretou um processo de preterimento de seu livro, pois suas análises contrariavam as teses stalinistas, dominante entre os marxistas, e as culturalistas, dominante nas Ciências Sociais. Sua obra, por isso, foi mais lida nos EUA e China (MESQUITA, 2002)

[...] A ligação de Moura com o PCB nunca foi de aceitação das teorias divulgadas pela Internacional Comunista, daí sua aproximação das análises de Caio Prado de Brasil, que assim como este autor, também vem utilizar o marxismo apenas como instrumento para diagnosticar e taquigrafar as realidades contraditórias das diversas fases históricas do país, só que levando em consideração a questão racial. E, por conta de sua posição, digamos radical dentro do “partidão”, desde logo, proveniente de suas interpretações, consideradas verdadeiras aberrações por seus companheiros de partido, Moura começa a ser isolado ou “desqualificado” dentro da verdadeira e profícua bandeira de luta do PCB – a luta de classes, que à época, para os partidários do comunismo, nada tinha a ver com questão racial [...] (MESQUITA, 2002, p. 177).

Mesquita (2003) aponta ainda que as ideias defendidas por Moura, não apenas causavam divergências no interior do partido, como eram consideradas antimarxistas para muitos militantes desse campo. Assim, conforme aponta a autora, Moura considerava que os PC’s da América Latina tinham muita dificuldade de compreender a questão racial vinculada a luta de classes.

Desse modo, nota-se que Moura foi um intelectual solitário e preterido tanto por estar fora da academia, fazendo críticas severas a esse meio, como também por ser dissidente teórico e político do seu campo de origem, o marxista; e por divergir da hegemonia culturalista que prevalecia entre os estudos sobre a população negra no Brasil.

Segundo Procópio (2017), no período stalinista que vigorava no PCB estava em vigor a resolução do 6º congresso da Internacional Comunista que dizia que países coloniais e semicoloniais tinham uma história semelhante ao contexto europeu, tendo como estágios de formação econômica a transição do feudalismo para o capitalismo, e depois desse último, a transição ao socialismo. A referida resolução reconhecia as burguesias nacionais como aliadas das burguesias imperialistas, o que levava, em certo grau, a uma pretensa aliança com esse setor para alavancar um desenvolvimento social, capaz de superar a situação de atraso econômico presente no país.

Moura se contrapõe a esse esquema eurocêntrico logo em sua primeira publicação, em “Rebelião da Senzala” (1959), pois nessa obra já apresenta a escravidão brasileira como sendo componente de um capitalismo que estava se formando mundialmente. Dessa forma o nosso escravismo não podia corresponder ao feudalismo, pois ele já se constituía a partir da relação direta com o capitalismo central. Assim, o escravismo, na visão mouriana, era ponto essencial de acumulação primitiva da ascensão do capitalismo europeu, e não um estágio econômico genuinamente brasileiro.²³

[...] Com frequência se manifesta entre os marxistas uma tendência que os leva a substituir a análise concreta das situações concretas por um conjunto de fórmulas especulativas, por um esquema geral no qual as coisas são enquadradas forçadamente, precipitadamente. Essa tendência se manifestava já em Hegel, que era idealista, e continuou a se manifestar entre os marxistas (KONDER, 2008, p. 81-82).

Para Konder (2008) o esvaziamento da dialética do pensamento de Marx e consequentemente a origem da visão mecanicista tem contribuição direta de Stalin como líder da revolução Russa. Autor aponta que esse líder, apesar de ser um político talentoso, tinha como característica a busca por instrumentalizar a teoria para a sua imediata utilidade na prática²⁴. Por isso Konder (2008) considera que a superação da deformação do marxismo só pode ocorrer a partir da revalorização do trabalho teórico.

Mas vale citar que todo esse esvaziamento que citamos se constitui como consequência de uma estratégia de divulgação das formulações marxianas para que fosse possível a construção da luta revolucionária em diversos países.

[...] a divulgação do marxismo passou a ocorrer no âmbito da internacionalização do Partido Comunista e do projeto político da União Soviética a partir da década de 1930, menos como teoria social e mais como manual revolucionário, por vezes subtraído da sua dimensão subversiva, a dialética, para compreensão crítica e transformação da realidade a partir da desalienação do homem, da supressão do estranhamento de si. Carentes de dialética as cartilhas de análise da sociedade enviadas pelo comitê central russo para todos os Partidos Comunistas no mundo são apropriadas como guia de interpretação das diferentes realidades nacionais (PROCOPIO, 2017, p. 59).

Pensando mais profundamente, muito da disputa envolvendo o marxismo e as direções partidárias que seguem essa corrente de pensamento, estão circunscritas, segundo Prociópio

²³ Mas diferente de outros autores, como Caio Prado Jr, Clovis não concebe que no período da escravidão já vigorava o capitalismo no Brasil, isso para o autor só ocorre após abolição. Moura via o escravismo colonial como um modo de produção específico presente nas colônias, mas em intensa articulação com os interesses externos.

²⁴ “[...] Nos esquemas de Stálin era assim mesmo: as categorias da reflexão, do estudo e da investigação científica deveriam estar sempre preparadas para ser postas a serviço da propaganda” (KONDER, 2008, p. 70).

(2017) no fato de que a obra marxiana por si só possui divergências conceituais, isto porque a própria intenção de Marx em vida não era a de que seu pensamento se tornasse uma doutrina.

[...] o próprio Marx, não estivesse preocupado em ser marxista encontramos em seus escritos de diferentes épocas conceitos divergentes e até imprecisos típicos do processo de construção de um pensamento que não está preso a dogmas. Por isso a gênese de sua teoria social é alvo de controvérsias, bem como a definição de sua obra como filosofia, sociologia ou economia política. Nenhuma destas polémicas é isenta de contradições (PROCOPIO, 2017, p. 58).

Na ótica de Netto (2011), as dificuldades envolvendo a concepção teórica-metodológica de Marx ocorrem pela complexidade própria do marxismo e devido aos tratamentos equivocados do qual a obra marxiana foi submetida, promovida tanto por teóricos denominados marxistas, como pelos opositores.

Podemos inferir, com base em Procópio (2017), que muitas controvérsias em torno da contribuição científica marxiana se situam no comportamento teórico dos marxistas em dividir em duas fases o pensamento de Marx, sendo a primeira mais voltada para filosofia, em sua fase jovem; e a segunda, estudos mais voltados para a economia, em sua fase madura. Emergiu dessa cisão um visível economicismo da teoria marxiana, esvaziando, desse modo, seu sentido filosófico que é o que o robustece como método de reflexão da realidade.

Considerando a capacidade dialética do método, elaborado por Marx, a de compreender a realidade sempre em movimento e nunca estática, que inferimos a possibilidade do alargamento analítico²⁵ para compreensão da vida social em diferentes sociedades divididas por classes.

Gorender (2016) analisa que a tendência economicista se baseia na busca “[...] extrair dos fenômenos da vida econômica repercussões imediatas na vida espiritual ou no que Marx denominou de superestrutura [...]” (p. 117). Essa tendência foi combatida por Engels logo em seguida a morte de Marx, apontando a necessidade de estudar as relações de autonomia e influência mútua entre economia, política, cultura etc.

Reitera Konder (2008) que a primeira geração de teóricos socialistas que surgiu após a geração de Marx e Engels não conseguiu assimilar bem o núcleo da dialética marxiana. Por isso o autor infere que as deturpações sofridas no pensamento de Marx advêm da dificuldade de entendimento da dialética proposta pelo fundador do materialismo-histórico e dialético. Foi largamente difundido a ideia equivocada de que Marx teria concluído que os fatores econômicos provocaram situações que construíram as evoluções nas sociedades, surgindo

²⁵ Tendo em vista que Marx quando teceu seus estudos teve como base principal a realidade europeia no século XIX

dessa premissa a secundarização da importância das ações conscientes dos seres humanos nesse processo. Apesar das contradições do PCB em relação ao marxismo, Moura era próximo da ala mais crítica do partido (OLIVEIRA, 2009), e acreditamos que só assim conseguiu-se manter tanto tempo militando nessa organização.

Maestri (2006 apud SOUZA, 2013) afirma que Clóvis Moura foi um autor revolucionário e marginalizado pelo PCB e pelo meio acadêmico. Acrescentando a isso, de acordo com Mesquita (2002), foi também um marxista autêntico, pois conseguiu se apropriar do método e entender a grande lição dele: que o próprio modo de produção e as condições concretas produzem os agentes históricos que terão condição de revolucionar aquele determinado modo de produção. Considerando então essa lição, Moura percebe que os escravos frutos do escravismo são os agentes essenciais para derrubada daquele regime.

É nítida na trajetória de Moura a intenção de “lançar os fundamentos materialistas para a compreensão do povo brasileiro...” (RUY, 2005, s/p) quando empenhou anos de vida para o estudo e reflexão das relações sociais brasileiras, conformadas por uma estrutura racista de produção e reprodução da vida.

Diante de tantas divergências teóricas e políticas, Moura em 1962 saiu do PCB e passou militar do PC do B (OLIVEIRA, 2009). Contudo, Mesquita (2003) afirma que na década de 1980, Moura toma uma decisão importante com base na seguinte reflexão: um intelectual deve possuir autonomia ao promover seus estudos, e o compromisso partidário compromete, em certa medida, essa independência. Esse raciocínio levou Clóvis também ao afastamento do PC do B.

Mas o afastamento de Moura de organizações partidárias não significou sua ausência das lutas sociais, pois a década de 1980 e 1990, como já dito, marca a penetração de Moura nos movimentos negros e sua aproximação aos agrupamentos de intelectuais antirracistas. Para nós, esse movimento pode significar a compreensão de Moura, já na sua velhice, sobre onde e quem reconhecia seus estudos como sendo relevantes e científicos, fazendo-o então canalizar sua total energia à manutenção e desenvolvimento de relações com esses segmentos.

Essa mudança da trajetória de Clóvis suscita em nós os seguintes questionamentos: até quando alguns pensadores vinculados ao materialismo histórico-dialético serão hostis com os militantes e pesquisadores antirracistas também vinculados à esse método? Até quando essa postura, compartilhada por muitos marxistas, em acreditar que a discussão racial é antirrevolucionária porque separa a classe trabalhadora, vai empurrar intelectuais e pesquisadoras/es negras/os, tematizadoras/es da questão racial, para fora das organizações marxistas?

Hoje Moura se coloca como um intelectual valioso para a discussão racial dentro da perspectiva materialista não tanto por esforços, formais e informais, dos partidos de esquerda vinculados à visão marxista, mas mais por um reconhecimento do próprio movimento negro: de militantes negras/os que se alinham ao pensamento mouriano como forma de combater o economicismo, culturalismo e pós-modernismos impregnados, infelizmente, em muitas lutas sociais. Não deveria ser, mas Moura é um dos poucos nomes dentro do marxismo brasileiro do século XX, que discutiram uma pauta tão importante na formação social brasileira: o racismo.

3 LEITURA DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL PELO PENSAMENTO MOURIANO

3.1 Escravismo, racismo e lutas abolicionistas

Para pensarmos a história, o presente e o porvir do Brasil, é preciso analisar de forma crítica o modo de produção que prevaleceu por maior tempo no país, e seu impacto para o conjunto das relações sociais desenvolvidas nesse solo. É preciso apontar como o escravismo colonial estruturou as relações sociais brasileiras no âmbito da economia, da política e da cultura. E notar ainda como esse escravismo executado no Brasil - mas em intenso processo de interligação econômica no cenário internacional, em todas suas fases colônia, império e república - nos coloca o desafio de pensar a particularidade brasileira compreendendo-a como processo dinâmico entre o mundial e o local.

O modo de produção escravista colonial esteve articulado ao período da escravidão moderna, que diferente da escravidão antiga, teve sua predominância nas colônias dominadas por países europeus, sobretudo nas Américas e foi a base fundamental do capitalismo mercantil e de sua substituição para o capitalismo concorrencial²⁶.

No *dicionário da escravidão negra no Brasil (2004)*, Moura define que ambos os regimes de escravidão, moderna e antiga, se constituíram mantendo entre si uma relação de unidade e diferença.

Escravidão moderna. Modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital. Embora com diferenças tangenciais, o escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumentum vocale*, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc. tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se (numa estimativa incompleta e ideologicamente comprometida) que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XIV, quando através das cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados por “infieis”, no primeiro caso, e de “bárbaros”, no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar nas suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis (...). (MOURA, 2004, p.149)

²⁶ Netto e Braz (2006) a partir de uma leitura marxista informam as 3 fases do capitalismo: mercantil, concorrencial e monopolista/imperialista.

Para Moura (2020) a reinstalação da escravidão no mundo moderno teve como motivação principal o alargamento das atividades comerciais promovida pela expansão marítima realizada por países europeus, mas que envolveram outras partes do globo, onde até então, o regime de trabalho se situava em outra perspectiva. Nas palavras do autor, a escravidão moderna:

[...] surgiu quando, em determinado momento histórico, os setores detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área – África- na qual buscava a mercadoria para a venda; e da exploração de outras áreas – Brasil, Antilhas, países da América do Sul – que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo. Isto é, a escravidão moderna surgiu quando o escravo não era mais um homem alienado dentro de sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias [...] (MOURA, 2020, p. 83).

Dentro desse contexto, inicialmente o que ocorreu foi uma invasão do Brasil pelas elites portuguesas a partir de um *sistema de escambo* assim denominado pelo autor. Nesse sistema, prevalecia a troca de utensílios entre portugueses e indígenas, cujo objetivo era atender o interesse do colonizador na extração de recursos naturais.

A primeira fase de colonização foi marcada pela dominação religiosa executada por jesuítas, pela dizimação física e cultural dos indígenas e pela tentativa dos portugueses de escravizar esses habitantes originários. A forma econômica do sistema de *Plantation*, imposta pelos colonizadores, irá influenciar a substituição da mão de obra indígena para a africana. Todo esse cenário induz Portugal a expansão do tráfico negreiro, isto é, ao “comércio de carne humana” (MOURA, 2020, p.74). Esse processo irá marcar também o imaginário social acerca do/a negro/a, tomando-o/a como sinônimo de escravizado/a, e a visão de ser escravizado como sendo posição natural da pessoa negra (MOURA, 2021

Moura (2020) afirma que os interesses dos traficantes de escravos foram importantes para a substituição do trabalho escravo indígena ao negro, uma vez que era mais lucrativo a venda e transporte de uma mão de obra vinda de outro continente, do que a de habitantes locais. A partir disso cria-se um discurso religioso de reprovação da exploração escrava do indígena e aceitação da exploração de pessoas negras como forma de racionalizar essa substituição, que no fundo era regido por interesses econômicos do setor do tráfico negreiro em lucrar com o transporte e venda de seres humanos africanos.

O pensamento mouriano contribuiu com o estudo sobre o escravismo colonial não a partir da tentativa de explicar costumes ou comportamentos isolados que foram presentes nesse período, mas em confronto a isso, buscou resgatar os acontecimentos históricos e as

correlações de forças presentes nesse regime para então destacar as contradições atuantes nele, colaborando dessa forma para resgatar o protagonismo dos oprimidos e seu potencial em processos contestatórios. Esse avanço analítico trazido por Moura está profundamente relacionado as contribuições teóricas oferecidas pela literatura marxista e marxiana, o que foi, inclusive essencial para o autor no processo de reflexão da relação dialética entre os elementos de particularidade e universalidade na formação social brasileira.

Cabe sinalizar que o entendimento do escravismo como modo de produção no Brasil faz parte de um debate maior que predominou no início do século XX no pensamento social do país. Muitos estudiosos defendiam que na economia brasileira existiu o feudalismo, outros, como Caio Prado Jr, afirmavam que no país, desde sua invasão inicial, sempre imperou o modo de produção capitalista (COUTINHO, 2011). Ambas as análises, inspiradas na matriz marxista, sinalizam para a diversidade, dentro desse método de pesquisa, de pensamentos e concepções acerca da realidade social brasileira e dos processos necessários a uma revolução nacional. Já o pensamento de Clóvis Moura, também marxista, se inscreve na tentativa de pensar a história do Brasil de forma autêntica, buscando apontar a imprescindibilidade do racismo como aspecto importante na formação da particularidade brasileira.

Apesar de já no primeiro livro publicado, em “Rebeliões da Senzala” (1959), Moura ter se debruçado sobre a dinâmica social do modo de produção escravista, foi só no livro “Dialética radical do Brasil negro”, publicado em 1994, portanto dezoito anos depois, que o autor passou a dividir o escravismo em dois períodos: o pleno e o tardio. O primeiro teve duração entre os anos de 1550 a 1850 e o segundo, de 1850 a 1888, quando foi extinto efetivamente a escravidão no Brasil. Entende-se que essa divisão é importante para se compreender a dinâmica econômica, política e cultural que envolveu esse período extenso da história brasileira. É dentro dessa observação do escravismo, em suas duas fases, que Moura promove a elucidação de questões valiosas para compreensão da nossa formação social como: nosso capitalismo dependente, a abolição inconclusa da escravidão, o papel revolucionário do povo negro, a construção do aparelho repressor estatal, a feição de nossa elite nacional e formação da identidade racial da população negra etc.

Já nas notas introdutórias deste livro, Moura (1994) delimita que seu objeto de estudo são as relações constituídas entre as duas classes fundamentais desse modo de produção: negras/os escravizadas/os e brancos escravagistas. Mesmo que o autor reconheça a existência de outros segmentos sociais e de situações de aceitação da condição de escravo por parte de algumas pessoas negras, para ele o que dinamizava o sistema escravista colonial, e que promoveu o seu declínio, é a luta de classes travada por escravizados e seus senhores. Moura

dá destaque para esse aspecto, pois entende a urgência de desarticular as teses freyrianas e neoliberais que pregam a predominância da passividade do povo negro.

O Livro, já em seu título, aponta para a leitura de Moura acerca da história do Brasil, pois “Dialética radical do Brasil negro” expressa tanto sua visão sobre a radicalidade da opressão racial, mas também a radicalidade da luta pela emancipação negra - no escravismo e no capitalismo - que envolve embates econômicos, políticos e culturais.

O referido livro tem uma abrangência histórica monumental, a primeira parte se incube de tratar sobre os aspectos, internos e externos, da conformação e declínio do escravismo colonial. O destaque se situa na exposição da economia voltada à exportação, e a indispensabilidade do trabalho escravo nesse modelo econômico como também das lutas travadas pelo grupo oprimido em busca de sua liberdade. A segunda parte é apresentada as formulações mourianas sobre a presença negra em Portugal, a questão da miscigenação e do processo social de construção da identidade étnica no Brasil. Como é marca registrada a crítica permanente que Moura faz das concepções de Gilberto Freyre, o autor reserva a terceira parte para dar uma leitura crítica acerca das manifestações culturais das/os negras/os, tirando-as do lugar folclorizado e politizando assim essas manifestações, pois elas foram essenciais para a sobrevivência da/o negra/o enquanto sujeito humano em condições de violência sistemática. Na quarta parte vemos a interpretação de Moura sobre os novos aspectos da luta antirracista em São Paulo, pois já em 1994, quando o livro foi publicado, marca a aproximação do autor aos movimentos negros, como vimos no capítulo 1.

3.1.1 Escravismo pleno: a plenitude da degradação humana sob o viés do racismo

Moura traz uma rica reflexão, no livro “Dialética Radical do Brasil negro” (1994), sobre o período que predominou o escravismo colonial (1550-1850), com base na contradição social entre as duas classes fundamentais, senhores e escravos. O Materialismo histórico-dialético possibilitou que Moura (1994) contribuísse para compreensão dos elementos internos e externos que compuseram esse modo de produção, e para que ele formulasse suas críticas aos estudiosos que buscavam revisitar a história da escravidão numa clara tentativa de ofuscar o conflito entre as raças, para com isso pregar a harmonia e convivência pacífica entre escravo e seu senhor. Gorender (2016b) também combate essa tese de conciliação entre escravos e seus senhores difundida graças ao que ele indicou como *autoridade social da academia*. Para ele, essa visão advém da supervalorização de relações interpessoais na análise da escravidão em detrimento dos aspectos macro.

A questão da luta de classes e do comportamento dos escravos só poderá ser corretamente entendida no quadro da existência do Estado e do direito garantidores da permanência e da reprodução cotidiana das relações de produção escravistas. Doutra maneira, cairemos na concepção mística do vazio estrutural, com a reprodução das classes sociais como meras relações interpessoais de poder (Ibidem, 2016, p. 140).

Moura (1994) antagoniza veementemente essa postura conciliadora, alegando que além de ser uma visão profundamente vinculada aos interesses da elite em buscar maquiagem as contradições históricas, tem também consequências na análise da superação do escravismo para o trabalho assalariado, pois se a predominância nas relações entre explorador e explorado fosse de passividade e comodidade o escravismo não teria tido bases sociais para ter entrado em declínio.

Notamos que para nosso autor, esse período da história social do Brasil é imprescindível para se pensar períodos históricos posteriores de nossa realidade. Para ele, o escravismo pleno é o “chão” onde se assenta toda nossa formação social. E isso se deve ao fato de que nessa fase foi definido: o modelo de produção economicamente submisso aos interesses externos, o comportamento entre dominado e dominador, e a constituição do Estado repressor às manifestações de indignação das massas expropriadas. No mais, a relevância do Estudo do escravismo colonial, conforme aponta Gorender (2016), está no fato de que esse modo de produção:

[...] representou uma tendência dominante, durou séculos, avassalou enormes extensões territoriais, mobilizou dezenas de milhões de seres humanos e serviu de base à organização de formações sociais estáveis e inconfundíveis [...] (GORENDER, 2016a, p.90).

Nesse período de plena degradação de mão de obra de pessoas negras, vigorou também um sistema econômico e fiscal extremamente centralizador, Moura (1994) afirma que a comercialização do produto produzido no Brasil e o comércio de escravos eram monopolizados pela metrópole, apenas a execução da produção continha mais a participação interna, mas com grande controle de Portugal. Essa centralização foi operante até 1822, com incipientes mudanças na fase imperial.

A partir dessa verificação, Moura (1994) busca mostrar como o modelo de colonização empregado no Brasil foi sufocante economicamente aos senhores de escravos, pois ficavam com menor parte do lucro, já que a maioria da riqueza produzida no país era drenada para fora os custos da produção a cargo somente deles. Esses senhores “[...] embora aparentemente fossem todo-poderosos nas colônias, tinham de produzir mercadorias a preço

ínfimo para suprir as solicitações das metrópoles” (MOURA, 2020, p. 81). Gorender (2016b) reitera essa afirmação de Moura ao dizer que a economia predominante nesse período praticava política de preços fixadas por um monopólio, e não por concorrência de mercado. Tornando, desse modo, quase impossível a consolidação de trabalho remunerado nos ditames desse formato econômico. A metrópole determinava o preço dos produtos que ela comprava da Colônia e o preço dos escravos que vendia. Era uma troca totalmente unilateral.

Nesse ponto da análise da economia escravista, Moura lança mão de dois conceitos da economia política marxiana para explicar os gastos da classe senhoril produtora no Brasil, o de Capital fixo e variável²⁷. Moura narra esses gastos apoiados no relato de J. Lúcio de Azevedo, informando a necessidade de senhor de escravos possuir além de mão de obra, também caldeirões, terra, bois, barcos, ferramentas, gastos com serviço só exercidos por trabalhadores livres, todos esses gastos somavam cerca de 40,50,60 mil cruzados.

Um complexo agroindustrial tão custoso, sem depender diretamente das leis de mercado livre porque ele era controlado pelo monopólio comercial da metrópole, somente era viável se nele funcionasse um mecanismo econômico que tivesse com o força de dinamismo o trabalho escravo [...] (MOURA, 1994, p. 40).

Para manter essas relações baseadas no racismo, na espoliação da colônia em prol da coroa, é erguido no país o Estado escravista. Aponta Gorender (2016b) que o Brasil foi um dos únicos países escravagistas que possuiu de fato esse Estado consolidado e pleno, até mais que os EUA.

Esse Estado escravista e centralizado foi profundamente repressor às revoltas dos escravizados, pois esse grupo era base fundamental de onde se extraía o lucro da metrópole e dos senhores de engenho. Esse aparelho repressor penalizava com força as manifestações de rebeldia escrava, buscando assim garantir a inviolabilidade da margem de lucro de ambas as frações da classe dominante, interna e externa. Em resumo, “o Estado era uma sólida carapaça que – através de elementos de pressão – mantinha status quo, escudado em um conjunto de leis complementares reflexas do regime escravista” (MOURA, 2020, p. 117)

Para cumprir a função de maior controle entre a colônia e metrópole, o componente racial se fez basilar. Isso é bem demonstrado por Moura (1994) quando ele menciona que a figura do português Thomé de Souza, ao vir morar no Brasil, cuidou para que a concessão de sesmarias fosse delegada apenas aos brancos de sangue puro, sem mistura com sangue negro, judeu etc. (p.36-37). Diante disso, podemos entender como a questão agrária hoje no Brasil

²⁷ Denominado por Netto e Braz (2006), com base em Marx, como capital constante e variável. O primeiro se refere às máquinas e matéria-prima e o segundo diz respeito a força de trabalho.

ainda é marcada pela desigualdade racial, onde a realidade do latifúndio se constitui como predomínio da terra aos brancos e ausência dela às/os negra/os. O latifúndio racista se modela tanto no período de colonização do país como também no processo de abolição da escravidão, realizada sem confrontar a concentração de terra, algo que abordaremos em outra parte do trabalho.

O/a negro/a no escravismo era a mercadoria fundamental que sustentava esse regime de produção, não só sua força de trabalho era mercadoria, como também a sua totalidade social era lida como objeto de uso e de troca, Moura (1994, p. 44) traduz essa condição nos seguintes termos: o negro escravizado como “produtor-mercadoria e produtor de mercadoria”.

Mesmo reconhecendo a imprecisão dos números sobre a quantidade de importação de escravos ao Brasil, Moura (1994) apresenta os dados citados por Philip D.Curtin (1969), que indica que 40% dos nove milhões e meio de negras/os sequestrados da África para o Novo Mundo, desembarcaram no Brasil²⁸.

Esse fato demonstra o quanto o tráfico negreiro foi uma indústria elementar, responsável por suprir essa demanda latente e, portanto, com capacidade de exercer forte influência na política e economia brasileira. O tráfico negreiro por sua vez chegou a movimentar muitos capitais e subordinava autoridades políticas a seus interesses, mesmo após a proibição formal do tráfico de pessoas negras. Pois entre 1830 e 1850 há o explícito desrespeito pela classe dominante nativa e portuguesa a lei que visava a abolição do tráfico negreiro imposto pela Inglaterra²⁹.

Apoiado na leitura marxiana sobre a diferença entre trabalho escravo e assalariado, Moura (1994) conceitua o escravo como um ser totalmente alienado do produto do seu trabalho e de sua condição humana. Imperava, segundo Ianni (1978), na relação escravo-senhor, a busca da extração da mais-valia absoluta por parte da casta escravagista. Nesse contexto era imprescindível a repressão aos escravizados e as ideias darwinistas para justificar a desigualdade racial, a dominação religiosa, torturas etc. Esses fatores foram eficazes em proteger essa formação social de abalos, externos e internos ao seu funcionamento (IANNI, 1978).

²⁸ Moura (1994) cita também que há estudos que apontam um número de doze milhões de negros vindos para o Brasil durante o escravismo colonial, mas a análise que o autor faz é que além do ideal de branqueamento que predomina na historiografia oficial, acarretando um falseamento de dados sobre a preponderância numérica dos negros, há também a impossibilidade de contabilizar os africanos chegados através de contrabando, o que o autor induz que foi recorrente, tendo em vista a tentativa de negociantes desse ramo buscar fugir do pagamento de impostos e também para burlar a lei que proibiu legalmente o tráfico já em 1830.

²⁹ Moura (2021) informa que a própria Inglaterra também se envolvia com o tráfico negreiro mesmo diante de sua própria defesa abolicionista

A reposição permanente de escravos se fazia necessário diante do alto grau de desgaste que o regime de exploração no escravismo impunha a população negra. A média de vida dos/as escravizados/os girava em torno de 7 a 10 anos, trabalhando cerca de 14 a 16 horas por dia (MOURA, 1994). Diante dos elevados gastos que os senhores de engenho despendiam para manter seus negócios, como a compra e riscos envolvendo aquisição de negros/as e os altos tributos impostos por Portugal, Clóvis reafirma que somente esse tipo de trabalho, o escravo, seria capaz de produzir o volume de excedente exigido pela economia colonial. Por isso Moura (1994) reitera o caráter substancial do sujeito escravizado³⁰, ele era de fato o pilar do escravismo colonial. Essa condição é metaforizada pelo autor da seguinte forma: “[...] O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho [...]” (MOURA, 2020, p. 59).

Advém dessa constatação o entendimento que foi o povo negro que abasteceu de enriquecimento do mercado Europeu e posteriormente seu desenvolvimento industrial³¹. A produção de riqueza no Brasil voltada exclusivamente para a exportação gerou consequências positivas para as nações centrais da Europa, e consequências danosas para o desenvolvimento econômico do nosso país³². Entender isso é importante para situar a relação de continuidade e ruptura do nosso atual capitalismo dependente com o passado escravista. E nisso, captar como essa dialética opera na realidade do povo negro, colocando-o como grupo de ex escravizados e atuais marginalizados.

No quadro da concorrência entre as nações europeias pela expansão comercial, verifica Moura (2020) que Portugal por ter uma economia menos desenvolvida encontrou dificuldades em liderar essa concorrência, o que o coube apenas a função de explorar as regiões que ele próprio “descobrisse”, pois Inglaterra e Holanda se consolidava como nações com maior fonte de capitais, inclusive em condição de disputar regiões já invadidas por Portugal, conforme vemos no decorrer da história colonial do Brasil. Esse panorama que Clóvis apresenta sobre a geopolítica internacional da época é importante para entendermos a própria posição subalterna que o colonizador tinha perante outras nações centrais.

³⁰ Moura (2020) salienta que como consequência dessa importância da mão de obra escrava nesse modelo econômico surge no imaginário social a tendência de igualar trabalho manual com trabalho negro, gerando com isso também existência da depreciação desse próprio tipo de trabalho.

³¹ Marx e Engels (2015) coloca esse estágio da economia mundial como um novo marco na história, uma vez que gerou o comércio internacional e a interdependência entre nações, até então desconhecidas. O colonialismo criou necessidades que para serem sanadas demandam a expansão territorial de cultivo de determinados produtos

³² E para o continente africano que para Moura (2020) foi uma das maiores vítimas da expansão capitalista capitaneada pela Europa

Neste país que colonizou inicialmente o Brasil, houve historicamente a prática do que Moura (1994) chamou de *colonialismo endógeno*, isto é, a implantação de trabalho escravo³³ em seu próprio território, desde a vigência do feudalismo. Para Moura (1994) as causas desse processo estão circunscritas no fato de Portugal ter sofrido uma crise populacional e econômica. O país sofreu um esvaziamento de mão de obra masculina devido as empreitadas marítimas, passando assim a execução do trabalho da lavoura para negros/os na condição de escravo. Mas Moura (1994) faz questão de elucidar que este fato específico de Portugal, não visto em outras nações dominantes europeias, ao contrário de significar um apreço dos portugueses por pessoas de outras raças, significou o seu refinamento no que se refere a prática de escravização de outros povos. Escravizaram negros/as não porque queriam e gostavam, mas porque necessitaram. Nesse ponto, parece que mais uma vez Moura ataca frontalmente um dos argumentos usados pelos adeptos do mito da democracia racial para defender a benevolência dos portugueses diante de pessoas negras.

Outro aspecto salutar sobre a importância da pessoa negra escravizada no modo de produção escravista colonial se situa, na visão de Moura (1994), no papel central que o comportamento passivo ou revoltado desse sujeito operava tanto no crescimento da produtividade quanto no desgaste da produção econômica. Desse modo, a posição do/a escravizado/a era também uma posição política, pois interferia no conjunto dos propósitos do escravismo colonial, sobretudo quando ele adotava a postura rebelde, algo que segundo Nascimento (1978) era corriqueiro.

Dentro do regime escravista havia uma diversidade de atividades em que o/a negro/a escravizado/a foi utilizado. Algumas atividades até de caráter improdutivo, como músicos, entregadores de correspondência etc. Clóvis (1994) comenta que essa diferenciação de atividades produziu uma hierarquia na própria estrutura do trabalho escravo, e assim pôde influenciar também o grau de aceitação ou rebeldia do escravo ao regime em que estava submetido. Escravos domésticos tinha maior vigilância de seus donos por uma aproximação física. Já os do eito, estavam mais sujeitos aos castigos físicos, propensos às fugas, muitas vezes conviviam mais próximos aos feitores do que aos donos. Mas Clóvis alerta que em ambos os casos a exploração econômica e extraeconômica estavam presentes como condicionador geral.

Gorender (2016b) acrescenta que essa visão de que escravizados vinculados a atividades domésticas e/ou urbanas sofriam menos coerção do que os do eito/rural produziu

³³ Autor salienta que essa implantação não incorreu em um modo de produção, tal como no Brasil.

em alguns meios acadêmicos, inspirados pelas teorias sobre a escravidão nos EUA, a afirmação de que poderia haver relações pré-capitalistas entre explorados e senhores de engenho, como baixa remuneração, pactuação de tarefas, alforria, produção própria do escravizado em terras cedidas por seu senhor etc.

[...] os incentivos operavam em âmbito estreito e em circunstâncias precárias. É descabido conceber a trajetória do escravo mediante analogia com a *carreira* do assalariado no regime capitalista. Enquanto o capitalismo precisa dos trabalhadores alfabetizados e lhes oferece qualificação técnica em escolas especializadas, o escravismo proibia a alfabetização dos cativos (proibição quase integralmente cumprida no Brasil) e abria espaço mesquinho para qualificações técnicas. Pelas próprias características do sistema, a grande maioria estava constituída de trabalhadores agrícolas de baixo nível de qualificação. Em consequência, era fraquíssimo o grau de mobilidade social. O que não quer dizer que fosse nulo. O sistema admitia a formação de uma hierarquia no seio da classe escrava, com uma camada de escassos indivíduos poupada dos aspectos mais aviltantes da condição servil (GORENDER, 2016b, p. 137).

Na concepção de Gorender (2016b) esses estudiosos alinhados com a visão dominante³⁴ tomam alguns acontecimentos identificados na relação escravo-senhor por um só ângulo, o das relações interpessoais. Assim deixam de considerar a realidade ampla em que estavam inseridos esses acordos, predominantemente permeados pela coação, seja direta ou indiretamente, devido ao pertencimento de classe. Clóvis alerta que se trata de uma visão neoliberal sobre o passado escravista, quando esses estudiosos argumentam:

[...] que o escravo não era uma simples máquina (*coisa*) como queriam os seus senhores e certos sociólogos afirmam, com o que estamos de acordo. Mas, para essa corrente de cientistas sociais neoliberais a *interioridade humana* do escravo não se manifestava através de revoltas ou atitudes divergentes, mas de acomodação. Com esta visão o escravismo se estabilizaria, as contradições ficariam semi-anuladas por para-choques sociais num contexto de senhores e escravos estável ou relativamente estável e cheio de espaços neutros, nos quais os escravos poderiam viver com relativa estabilidade e os senhores com relativa segurança. Essas relações adaptativas e neutralizadoras das contradições inerentes ao sistema atuariam, assim, como um mecanismo moderador e gerador de uma psicologia de empatia que caracterizaria a essência do sistema ([grifos do autor] (MOURA, 1994, p. 17).

Moura reserva praticamente toda a introdução do livro “A Dialética radical do Brasil negro” para sublinhar a sua perspectiva teórica sobre o desenvolvimento das relações raciais na era do escravismo – pleno e tardio- bem como a vigência dessas relações no modo de produção capitalista. Por isso, o autor faz o uso da categoria totalidade e tece críticas

³⁴ Gorender (2016b) afirma que a discussão de elementos capitalistas na relação senhor-escravo foi retomada na década de 1970 pelas mãos de autores como Kátia M. de Queirós Mattoso, no livro “Ser Escravo no Brasil”. Na visão de Gorender (2016b) esses estudos se tratam de uma reatualização do pensamento freyriano.

profundas aos revisionistas da escravidão, os que buscam generalizar situações pontuais para refletir todo do escravismo colonial

[...] achamos que o problema da dinâmica social do escravismo não se prende apenas a elaboração de uma relação fatural, um rol de exemplos de episódios, de detalhes que se sucederam isoladamente, mas a visão da sua transformação estrutural através da fricção nos níveis dessa estrutura e que a impulsionaram internamente e criaram aquelas condições objetivas e subjetivas para sua superação. Essas contradições faziam parte da racionalidade do sistema escravista e de sua estrutura, dão-lhe conteúdo, formam a sua totalidade e normalidade. (MOURA, 1994, p. 23)

Outra linha que defendia a existência do predomínio do capitalismo no Brasil na época da escravidão, como já citado anteriormente, era a defendida por Caio Prado Jr. De acordo com Moura, tomar as relações de troca entre Colônia e metrópole como definidora do modo de produção no Brasil é equívoco, e advém da confusão entre divisão internacional do trabalho e divisão internacional do comércio. A primeira se trata das regiões onde houve a presença significativa do/a negro/a como sujeito escravizado/a, e a produção econômica proveniente desse regime de exploração. Era, portanto, no dizer do autor, uma divisão internacional do trabalho escravo, o que internamente produzira uma espécie de estratificação interna da escravidão, com base nas diversas atividades desempenhadas por escravizados. Já na divisão internacional do comércio estaria inserido as nações dominantes, compradoras da produção desenvolvidas nas colônias.

Ianni (1978), abordando um pouco as polemicas conceituais que envolve esse debate³⁵, produz análises profícuas sobre a formação social de colônias onde o trabalho escravo foi empregado, apontando para a complexidade que as relações sociais assumiam internamente nesse tipo de sociedade.

[...] as formações sociais escravistas tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e repressão. Independentemente dos graus e maneiras de vinculação e dependência das colônias, em face da metrópole, é inegável que em cada colônia organizou-se e desenvolveu-se um sistema internamente articulado e movimentado de poder político-econômico. Nesse sentido é que em cada colônia constituiu-se uma formação social mais ou menos delineada, homogênea ou diversificada. (IANNI, 1978, p. 13).

Nota-se um grande esforço teórico de Clóvis no livro “Dialética Radical do Brasil negro” em situar o escravismo colonial como modo de produção próprio, polemizando assim com outras visões que defendiam o enquadramento do Brasil como país já capitalista nessa

³⁵ Debate que trata de conceitos como modo de produção, formação social, feudalismo, escravismo, mercantilismo etc.

fase mercantil da economia mundial, sendo inclusive seu companheiro de partido, de jornalismo e de produção acadêmica, Caio Prado Junior, seu precursor.

O escravismo pleno abrangue o período colonial e parte do imperial³⁶. Em relação as influências da chegada da família real ao Brasil em 1808, Moura (1994) afirma que a vinda da coroa à colônia não significou mudanças estruturais no país - fora as medidas de abertura comercial, mais ligadas aos interesses da Inglaterra³⁷ - o que houve foram conquistas mais limitadas ao âmbito superestrutural³⁸. As relações de produção que prevaleciam ainda eram as baseadas na escravidão, mesmo que no período imperial se notasse a germinação de ideias liberais.

Ao contrário de eliminar o regime de trabalho servil, o que ocorreu foi dinamismo do escravismo, com crescente reposição de corpos africanos para a exploração na lida, e, com isso, o enriquecimento da classe senhorial brasileira que agora detinha também o poder político em suas mãos. Foi com esse poder³⁹ consolidado que a classe dominante interna conseguiu burlar a tentativa de eliminação do tráfico negreiro em 1830 e tornar o Brasil maior exportador de café do mundo (MOURA, 1994).

Tanto na fase do chamado sistema colonial quanto na da chamada economia mercantil escravista, a essência do modo de produção não mudou: a mesma exploração do sobretabalho do escravo através de formas econômicas e extraeconômicas; jornadas de trabalho de 14 e até 16 horas de duração; castigos corporais; taxa negativa de natalidade; mortalidade espantosa entre componentes da classe escravizada o que determinaria (numa fase como na outra) uma taxa de lucros compensadora, capaz de justificar e criar as condições para a sua permanência e dinamismo (MOURA, 1994, p. 48).

É fundamentado na perspectiva marxista que entende o trabalho como fundamento central das relações sociais que Moura consegue desvelar as falsas ilusões que atribuem super importância para a era imperial do Brasil, já que as relações de trabalho permaneciam as mesmas durante todo o percurso colonial e o seu pós, com a vinda da família real em 1808 e a com a conquista da independência em 1822. É também a partir dessa premissa da importância ontológica do trabalho que Moura entende a validade do estudo das relações raciais no Brasil, uma vez que por quase quatro séculos o trabalho foi sinônimo de escravidão negra.

³⁶ Brasil império durou de 1822 a 1889.

³⁷ Devido a guerra napoleônica, só a Inglaterra se mostrava como parceira comercial do Brasil.

³⁸ No pensamento marxista, superestrutura significa o aparato cultural, educacional, jurídico e político que se ergue a partir de determinado modo de produção.

³⁹ Moura (1994) salienta que existia na sociedade escravista a ostentação do poder também por gestos simbólicos, como a exibição de quantidade de escravos improdutivos durante as missas católicas.

O liberalismo que se manifestava no país na fase imperial, foi chamado por Moura de “liberalismo escravista”, pois quase todos os debates e revoltas⁴⁰ que tinham a marca liberal não pautavam o fim da escravidão: entendiam que esse modelo de trabalho era imprescindível para o desenvolvimento econômico vigente no país. Era como se existisse uma defesa da liberdade comercial, que na Europa deveria pressupor liberdade formal entre humanos, mas no Brasil não encontrou forças objetivas e subjetivas para se expandir a tal nível.

Ao contrário do fim do trabalho forçado pelo surgimento de influências liberais no Brasil, o que se verificou foi um aumento do tráfico negreiro para alimentar a demanda da “empresa comercial”⁴¹, transformando esse grupo econômico, os comerciantes de escravizados um dos mais ricos da época.

Em 1798, dez anos antes da chegada de D. João VI ao Brasil, a sua população escrava era de 1.582.000, perfazendo 47,9% do seu total. Em 1818, três anos antes do seu regresso (26 de abril de 1821) tinham entrado 350.000 escravos africanos, elevando com isto para 52,5% o seu percentual no total da população brasileira (MOURA, 1994, p. 47).

Assim, no período do escravismo pleno, o pensamento mouriano conclui que o/a negro/a lutava sozinho/a contra a escravidão, pois o pensamento liberal que despontava não tinha como pretensão libertar a população negra da escravidão. Quando a escravidão era uma instituição inabalável, estável e fundamental na economia, só o povo negro ousava lutar contra ela. Por isso, existia uma dicotomia no papel do/a escravo/a no escravismo, pois ele era ao mesmo tempo o pilar do sistema, mas com sua rebeldia, se constituía também como elemento de ruína dessa estrutura (MESQUITA, 2002).

A maioria dos/as negros/as sequestrados da África foram desembarcados no Brasil, o que faz Moura (1994) refletir que esse se constitui um ponto da particularidade da formação social do Brasil diante outros países que tiveram a presença de negros/as, pois foi só nos seguintes lugares que essa presença do/a negro/a como escravizado/a foi preponderante na definição da estrutura interna de produção: Caribe, Colômbia, Venezuela, Brasil e EUA.

No escravismo pleno a escravidão dominava a dimensão econômica, política e cultural do Brasil, em muitos lugares a quantidade de escravizados era maior que a de pessoas livres. Assim, o processo de reação dos escravos com fugas e demais ações eram massivas e permanentes, e como reação dos senhores à essa rebeldia eminente, havia açoites e pena de mortes e demais castigos a fim de reprimir a indignação escrava.

⁴⁰ Autor cita a revolução pernambucana em 1817, a confederação do Equador em 1824 e a Sabinada em 1837.

⁴¹ Termo usado por Caio Prado Junior para se referir a dinâmica de produção e comércio entre colônia e metrópole.

Ao mesmo tempo em que crescia a população escrava, de um lado, e de outro a rebeldia desse elemento se fará sentir: os índios através de guerras constantes e violentas contra os colonos, e os africanos através de movimentos coletivos como palmares e outros grandes e pequenos quilombos, ou no seu cotidiano com fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, delinquência ocasional contra os feitores, senhores membros de suas famílias. A repressão a essa rebeldia por parte do Estado escravista, por isto mesmo, era uma força necessária e eficaz para poder manter o *equilíbrio social*, enquanto a força fosse um elemento desse equilíbrio. Era, portanto, um equilíbrio que tinha como base principal o antagonismo entre senhores e escravos e as medidas de controle social dos senhores (MOURA, 1994, p. 37-38).

Toda a degradação humana que envolvia esse período da história do Brasil estava relacionada com a capacidade de substituição e descartabilidade do corpo negro, possibilitada pela força do tráfico negreiro envolvendo o Brasil, África e a metrópole; assim era mais cômodo empregar castigos físicos e cargas de trabalho exaustiva, pois havia a facilidade da reposição. Por isso, há a constatação de que a escravidão no Brasil foi a mais carrasca do mundo, superando inclusive a dos EUA (MOURA, 2021).

Apenas em 1850 quando a recolocação da mão de obra escrava, através do tráfico negreiro, é de fato reprimida, que o escravismo pleno passa a entrar em declínio. Vê-se então nesse momento o encarecimento do preço da pessoa escrava, o crescimento de uma classe média difusora dos ideais liberais, novas formas de luta do povo negro, e a maior abertura econômica do país às outras potências mundiais, como a Inglaterra.

3.1.2 O quilombo e a resistência negra contra a escravidão

Em toda produção intelectual de Clóvis Moura é evidente a certificação de que a resistência da população escravizada foi permanente e generalizada em todo o período do domínio do escravismo colonial no Brasil. Uma das teses principais do pensamento mouriano era de que ao contrário de passividade e submissão, o que marcou esse período foi a rebeldia negra, e por isso a sua importância central⁴² no fim desse regime que aviltava a humanidade do povo negro. De forma bem direta o autor diz que “[...] Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os/as negros/as viviam em um verdadeiro corpo-a-corpo com os senhores e as autoridades” (MOURA, 1994, p. 20).

Apesar de toda obra mouriana estar atravessada por esse entendimento da importância da resistência negra na formação do Brasil, é no livro *Rebeliões da senzala*, publicado

⁴² Contudo Moura (2020) reconhece que a quilombagem, no sentido restrito de formação de quilombos, não conseguiu se traduzir em projeto político de consolidação de uma outra sociedade sem racismo.

primeiramente em 1959⁴³, mas iniciado sua escrita em 1948, que Moura irá traçar com nitidez o percurso da luta dos escravizados por liberdade e o seu significado para compreensão das relações raciais no Brasil. Cabe destacar que esse livro é um marco teórico nos estudos sobre a população negra no Brasil, pois se coloca como uma pesquisa apurada sobre o conflito permanente entre escravizados/as e seus senhores, desmontando assim a tese de harmonia entre essas duas classes pregada pelo pensamento freyriano. Já na introdução à edição do livro, é explícito esse caminho analítico de Moura:

Nosso trabalho não tem em mira estudar as lutas dos escravos do ponto de vista da simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica paternalista ou filantrópica. Procurará, pelo contrário, fazer uma análise científica do processo histórico que as gerou. Fugimos, portanto, das deformações românticas, procura n do restaurar a verdade histórica e social desfigurada por inúmeros estudiosos. Algumas vezes deliberadamente desfigurada (MOURA, 2020, p. 58).

O livro trata-se de uma obra que nos apresenta a radicalidade das revoltas escravas e o medo das elites diante dessa luta que representava não apenas um prejuízo privado nos negócios, mas a destruição do modo de produção escravista colonial. Isso representou a necessidade da formação de um aparelho repressor capaz de reprimir essas revoltas, bem como a construção de mecanismos informais e subjetivos de apagamento da consciência racial da população negra como forma de dispersar essa força coletiva.

Por ser um livro que tinha como ambição desmontar uma tese tão bem aceita e difundida no meio acadêmico e popular - a de que prevalecia no Brasil harmonia das relações raciais erguidas a partir do caráter brando da nossa escravidão – Clóvis Moura (2020), nas mais de 400 páginas do livro, foi cuidadoso em mostrar registros históricos sobre vários episódios de violência que negros/as viviam e a sua constante rebeldia contra essa violência. No fim do livro o autor traz inúmeras cópias de ofícios, cartas etc. para comprovar a sua tese de que o escravismo colonial foi dinamizado por duas classes antagônicas e não harmônicas entre si. Em alguns momentos o livro parece repetitivo, pois aponta vários episódios de revolta e com desfechos quase idênticos; mas entende-se que isso faz parte da tentativa de comprovar cientificamente a permanência da inconformidade das pessoas negras diante da exploração e dos mecanismos de defesa que a classe senhorial ergueu para manter suas posições intactas. Nesse sentido, é importante também registrar que em vários momentos o

⁴³ Mesmo a escrita do livro tendo sido terminada sete anos antes, houve a dificuldade de Moura em encontrar uma editora para a sua publicação. O autor chegou a propor a publicação do seu primeiro livro junto a editora comandada por Caio Prado Júnior, mas teve uma resposta negativa sob a justificativa de que a editora estava sobrecarregada com outros projetos. Encontrou espaço então apenas na pequena editora “edições Zumbi”, fundada por militantes comunistas (SOUZA, 2013).

autor reforça a questão da inexistência de muitos dados e informações oficiais sobre processos históricos importantes ocorridos no país, inferindo assim o processo de apagamento social em que foi submetido essa parte extremamente injusta e violenta da história brasileira.

Na bibliografia do livro, na subdivisão sobre as obras utilizadas para fundamentar o autor sobre *metodologias histórica e sistemas globais* é evidente o uso de autores marxistas e até mesmo de Marx, demonstrando assim sua inspiração materialista histórica dialética para desenvolver a sua obra mais vendida e lida. Ali é possível ver que o autor dispôs de conhecimentos trazidos por Gramsci, Lênin, Lukács, Florestan Fernandes, Engels, Marx, Lefebvre, Guerreiro Ramos etc.

Logo no início da substituição do trabalho escravo praticado por indígenas para os/as negros/as, recém sequestrados/as de seu território, há indícios da formação de quilombo. Moura (1994) conta que já em 1575 foi descoberto registros sobre essa manifestação de rebeldia; e conforme crescia o número de escravos/as, crescia também os processos de fugas e violências, coletivas e/ou individuais.

Pode-se inferir, de acordo com Moura (2020) que como manifestação de resistência de âmbito individual se situa os suicídios, assassinatos, abortos, infanticídio, envenenamentos; como resistência coletiva situava a formação de quilombos, assaltos, atijamento de fogo nas plantações.

Moura (2020) dá destaque as formações de quilombos como expressão máxima da resistência negra contra o instituto da escravidão, devido seu caráter coletivo-político e sua abrangência territorial, pois a formação desses quilombos presumia a formação de lideranças, produção econômica auto gestadas, e por vezes o forte comércio e alianças com populações vizinhas. Mas é importante frisar que o autor falava no teor de:

Política não no sentido da conscientização por parte do sujeito do fato histórico, neste caso o escravo, mas no sentido de ser ele o elemento material, a massa humana capaz de impulsionar, embora sem autoconsciência, o processo histórico-social no que diz respeito à sua contradição fundamental[...] (MOURA, 2020, p. 61).

Assim ele entende que a importância política das revoltas escravas está situada em um “devir”, isto é, na sua relevância para derrubar um sistema e inaugurar outro fundado no trabalho livre. Já para Almeida (2001) o caráter político da formação de quilombos já se manifesta no processo de escolha do/a negro/a escravo/a em permanecer no cativo ou promover fuga, e as estratégias de sobrevivência que esse negro/a deverá desenvolver para arcar com as consequências de sua decisão. Ainda segundo o autor, na medida em que a política na colônia se configurava de modo a manter o pleno controle do poder exercido por

brancos/as sobre a vida dos/as negros/as. Quando então essas pessoas negras lutavam para afirmar sua liberdade, significava um contraponto a política hegemônica que regia essas relações. Pode-se considerar, portanto, que a luta pela liberdade a partir da fuga e agrupamento em quilombos era também o desenvolvimento da *política negra de liberdade*.

A partir desse destaque, Moura (2001) mais tarde desenvolve o conceito de quilombagem⁴⁴ para exprimir a dimensão política e o impacto econômico no conjunto do sistema colonial dessa forma de organização promovida por negros/as escravizados/as durante todo o período da escravidão.

[...] Não interessa [...] a análise factual da vitória ou derrota desse e daquele quilombo isoladamente, mas analisar a quilombagem como um continuum de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e dos seus valores. E é justamente esse processo contínuo e permanente de desgaste que da a quilombagem o nível de resistência revolucionária que destrói ou corrói por desgaste permanente a estabilidade e eficiência do sistema em suas bases: a produção. É, portanto, a quilombagem um processo radical permanente de desgaste do sistema que se articula durante todo o percurso histórico da escravidão no Brasil com sua dinâmica radical e permanente ([grifos do autor] MOURA, 2001, s/p).

Nesse aspecto, a visão mouriana busca apontar o caráter revolucionário da quilombagem, mesmo reconhecendo que naquele momento não existia uma consciência plena por parte de seus protagonistas a respeito do impacto de tais movimentos. É como se o autor entendesse que não é possível negligenciar um fenômeno tão marcante e atuante em todo o Brasil escravista pelo único fato de seus agentes principais não possuírem consciência política (nos moldes ocidentais). Inferimos que o autor recorre ao materialismo histórico-dialético para afirmar que o impacto material de tais relações decorre independente da consciência de seus “donos”, e que é a realidade que impõe a validade dos fatos e não a intencionalidade por si só.

Podemos relacionar essa premissa sobre a repercussão social dos quilombos, com a discussão trazida por Lessa e Tonet (2011) sobre a filosofia de Marx. Segundo os autores, a intervenção dos seres humanos no mundo envolve tanto a previa-ideação de tal intervenção, como também as influências da realidade em que a ação humana se insere. Isto é, o produto da atividade humana quando é externalizado, passa a interferir na dinâmica social, como também o contrário ocorre independente se essa influência tenha feito parte da intencionalidade inicial do autor.

⁴⁴Usamos esse termo pela consciência da obra global do autor, pois nos três livros mais examinados da pesquisa não há a discussão profunda sobre esse conceito, o que o autor faz apenas em um livro posterior por ele organizado, intitulado “Os quilombos na dinâmica social do Brasil” (2001).

[...] toda ação humana produz resultados que possuem uma história própria, que evoluem em direções e sentidos que não podem jamais ser completamente previstos ou controlados, produzindo consequências inesperadas [...] Essa independência da realidade frente à consciência – mesmo daquela porção da realidade produzida por homens – existe porque todos os nossos atos constroem objetos que são distintos de nós e de nossas consciências [...] (LESSA; TONET, 2011, p. 17).

Assim, compreende-se que no âmbito político de fato a quilombagem não pôde se traduzir um projeto de sociedade para contraposição geral ao escravismo, mas foi no âmbito econômico, que Moura (2001) identifica o seu caráter substancial, pois as fugas e os agrupamentos quilombolas atacavam frontalmente o coração do sistema que é a relação de produção entre escravo-senhor. Afirma assim o autor que a análise sobre os quilombos deve ser feita de forma dialética e ampla, levando em consideração o conjunto do movimento e não apenas a formação e repressão de quilombos isolados.

Há no movimento de quilombagem, segundo Moura (2001), um salto político expresso na transformação do/a negro/a fugitivo/a em negro/a quilombola. Nesse processo se nota uma aglutinação de forças entre os/as negros/as, originando um novo sujeito naquele tipo de sociedade: o que não é mais escravo/a e/ou submisso/a, mas também não é mero/a camponês, artesão/ã, etc., é o/a quilombola: aquele/a que ameaçou todo o funcionamento de um regime altamente estruturado como o escravismo colonial. Assim “[...] o quilombola era, portanto, um ser novo, contraposto ao escravo e que somente enquanto quilombola podia assim pensar e sobretudo agir” (MOURA, 2001, s/p).

Do significado do quilombo na sociedade escravista, Moura (2001) fala também do *poder quilombola*, poder esse capaz de produzir: a síndrome do medo⁴⁵ na classe senhorial; um novo grupo social naquela sociedade altamente estratificada e a construção de territórios radicais com manifestações de novas formas de se relacionar e existir, pautado na defesa da liberdade. Em relação ao medo apontado pelo autor, Mbembe (2014) acrescenta que o ambiente da escravidão e a plantação se configuravam como um cenário de medo e de tensões de ambos os lados: o senhor teme a vingança e o levante negro, e o/a negro/a experimenta a angústia da indecisão entre se revoltar e perder sua vida, sofrer torturas ou permanecer servindo mediante violência e cerceamento.

Dentro de seus estudos sobre quilombos, Moura (1994) traz ainda o questionamento sobre a possível existência de uma economia quilombola durante o escravismo colonial. Autor

⁴⁵ A síndrome do medo que Moura (2021) coloca diz respeito a necessidade latente do grupo escravagista em manter o maior nível de coerção para garantir sua posição social, e que o menor indício de desobediência por parte da classe escrava já causava medo e angústia nos senhores de escravos que temiam a vingança e insubordinação do negro escravo/quilombola.

salienta a falta de registros históricos que dê conta de responder isso, mas aponta as motivações pela qual essa economia quilombola não adquiriu dimensões de projeto global de sociedade, devido a inexistência de resqúcio desse modo de produção nas regiões onde existiram quilombo. Clóvis argumenta que esse tipo de economia foi salutar para a sobrevivência dos/as negros/as fugitivos/as, mas que devido à grande repressão que sofreram não conseguiram construir um modelo de economia alternativo que perdurasse mesmo no pós abolição. Sobre a contribuição política e econômica gestadas nos quilombos, Thula Pires (2018) afirma que:

Na construção de sociedades políticas complexas como os quilombos e nas múltiplas experiências quilombistas que desenvolvemos, os conceitos de resistência e liberdade guardam contornos próprios que poderiam informar mecanismos alternativos de convivência, produção (i)material, relação com a natureza e de organização política (Ibidem, p. 78)

Em nosso julgamento, o debate de Moura sobre a relevância social da formação de quilombos está embasado em cinco pontos principais:

- 1- Foram espaços coletivos e dinâmicos de resistência negra, capazes de trazer de volta o status de humanidade aviltada pelo sistema escravista;
- 2- Geraram prejuízos materiais aos senhores de engenho, tanto pela perda do escravo fugitivo quanto pelos ataques às propriedades frequentemente realizados por parte dos/as negros/as rebeldes, aspectos essenciais para o declínio do escravismo colonial;
- 3- Foram salutares para o desenvolvimento de uma economia, relações de trabalho, regime de propriedade e valores alternativos à ordem escravista, bem como de sistemas de governo próprio inspirados na herança cultural africana, fatores esses que ameaçavam politicamente a perpetuação do escravismo;
- 4- Foram responsáveis por grande montante de gastos militares da classe dominante para a repressão a esse perigo representado pelos quilombolas;
- 5- Foram motivações importantes da construção de um aparelho repressor forte ao Estado escravista.

Sabendo que o quilombo existiu em todo período da escravidão e onde ela fosse executada, Moura (2020) mostra com isso que a quilombagem não foi uma manifestação de rebeldia escrava qualquer, ela foi o modo predominante da tentativa do/a negro/a lutar por sua liberdade, e reativar sua humanidade. Por isso, “[...] era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 2020,

p. 159). Esse modo de organização dos rebeldes, ainda conforme o autor demonstra a necessidade dos/as fugitivos/as em se agrupar para sobreviverem, fisicamente e culturalmente.

O escravo só poderá, portanto, reencontrar-se como homem, estabelecer a sua interioridade, a sua subjetividade integralmente a partir do momento em que não apenas recusa-se ao trabalho, mas recusa-se juntamente com outros, coletivamente, socialmente através da organização de um território livre. É a partir deste momento que o escravo restabelece a sua plenitude humana que lhe foi socialmente negada pela força, pela coerção econômica e extraeconômica, pela violência (MOURA, 2001, s/p).

Outro aspecto da sobrevivência dos fugitivos se situava nos atos de saques às propriedades e plantações, pois havia a dificuldade de permanência no mesmo lugar gerando assim consequências negativas para o plantio e a colheita de alimentos; bem como a numerosa quantidade de pessoas no mesmo quilombo demandava produtos extras que não podiam ser produzidos naquele espaço. A guerrilha então se apresentou aos quilombolas como uma extensão móvel do quilombo, ou algumas vezes apartado desse, e servia para adquirir produtos, conquistar novos integrantes ou apenas como forma de negar o escravismo a partir da destruição de propriedades privadas (MOURA, 2020).

Foi comum também como tática de guerrilha os roubos às estradas e vilas, o que causou muita preocupação às populações locais e as autoridades. Moura (2020) durante o livro cita vários fatos dessa ordem, a partir de registros documentais onde autoridades locais informavam aos superiores a necessidade de maior repressão às pessoas negras rebeldes. É nessas sucessivas solicitações de fortificação na repressão aos quilombolas que Moura (1992) cita o surgimento de penas mais graves⁴⁶, de prêmio aos que capturassem os/as negros/as fugitivos/as, formação de milícias, expedições para eliminar quilombos e aumento do corpo militar etc.

Em algumas regiões do Brasil a aliança entre negros/as fugitivos/as e indígenas foi bem mais forte, em Minas Gerais a relação maior se constituiu com contrabandistas de diamantes. Mas em todos os quilombos procuravam os/as negros/as estabelecer alianças com demais setores oprimidos da sociedade, Moura (2020) fala que essa aliança servia tanto pra fins de comércio como para a defesa do território. A associação também era frequente com os/as negros/as da senzala, onde por várias vezes foi possível um processo de comunicação entre negros/as dos quilombos e os/as escravizados/as, fazendo com que os primeiros

⁴⁶ Moura (2020) cita que em 1741 a metrópole expede alvará determinando que se marque com ferro em brasa a letra F nos negros capturados e caso fuja de novo, corte-se uma orelha.

tomassem conhecimento de várias expedições para seu fim e assim se antecipar na fuga ou na elaboração de defesa para o confronto.

No capítulo 3 do livro “Rebeliões na Senzala”, nosso autor descreve em média 22 formações de quilombos, levantes e guerrilhas em todo território nacional. O caso do quilombo de campo grande (MG/GO) merece destaque pois aglutinou cerca de 20 mil negros/as fugidos, implantou sistema hierárquico típico da África, robusto sistema de defesa, comercializava com demais setores da sociedade, e promoveu um ataque a um quartel em 1755. Mas em 1759 o quilombo é destruído pelas forças repressoras, a partir da figura de Bartolomeu Bueno do Prado, que como símbolo de crueldade chegou a exibir 3.900 pares de orelha como prova de seu sucesso contra os negros/as quilombolas (MOURA, 2020).

No que se refere a reativação da cultura africana entre os aquilombados, Moura (1992) analisa que esse processo se circunscreve numa tentativa do/a negro/a ex escravo/a reativar sua humanidade e se defender da força do opressor, isto porque:

[...] as supervivências tribais, agindo em um contexto social inteiramente diferente – uma sociedade estratificada –, mudaram a sua função. Passaram a atuar como casulos dos quais surgiram formas de resistência contra a nova situação em que encontravam. Os diversos níveis de hierarquia tribal, que dentro daquele tipo de organização, teriam valor apenas interno, isto é, para a tribo, passaram a desempenhar um papel diverso, dentro de uma constelação sociológica. Esses valores hierárquicos organizavam os escravos contra a escravidão [...] a hierarquia tribal funcionava com um objetivo: restabelecer os valores da tribo e extinguir o estado de sujeição a que se encontravam submetidos. Queriam, portanto, fazer com que, extinta a escravidão, os diversos valores sociais da tribo voltassem a ter validade (MOURA, 2020, p. 179).

Esses valores da cultura africana foram bem explícitos no quilombo dos Palmares, do qual o autor reserva um capítulo inteiro para a sua análise. Esse quilombo foi o mais simbólico devido sua capacidade de defesa dos ataques da classe senhorial e por sua dinamicidade econômica e política. Vigorou entre 1630 e 1695, completando quase um século de resistência ao regime escravista e contou com cerca de 20 mil aquilombados. Segundo Moura (1992) esse quilombo tinha um regime político próprio, o que o levou a chamar de república de Palmares, pois considera que foi “[...] a maior tentativa de autogoverno dos/as negros/as fora do continente africano” (MOURA, 2020, p.299). O funcionamento político se dava por um conselho com representação de todo mocambo do quilombo e a figura de um rei⁴⁷, que presidia o conselho. Era forte o cultivo do milho, banana, mandioca etc. chegaram a criar também animais domésticos. Como sistema de defesa construíram fortificações ao redor, dispunham de armas como: flechas, lanças e armas

⁴⁷ Primeiro rei foi Gamga-Zumba e depois seu sobrinho, Zumbi.

de fogo. Resistiram a cerca de 16 expedições de ataques, sendo que mesmo depois de vencidos, muitos sobreviventes conduziram e em outras partes do país, ataques ao regime. Em referência ao prejuízo econômico que esse quilombo representou, Goulart (1972 apud Moura, 2020) multiplicou o valor da unidade do escravo com o da quantidade de fugitivos que havia em Palmares e chegou ao resultado de seis mil contos de reis, considerado muito dinheiro para a época.

Outro aspecto que vai reiterar a tese de não passividade dos/as negros/as, que também se insere no aspecto cultural, é o fato de que muitos/as negros/as planejaram suas revoltas e fugas em datas comemorativas cristãs para aproveitar a distração da classe senhorial. Para Moura (2020) isso comprova o quanto o poder do conflito racial agiu no grupo negro/a, independente desse último ter aderido ou não à religião do seu opressor.

A aceitação da religião da classe senhorial pelos escravos, muitas vezes apontada como segmento psicossocial explicador de sua docilidade, é, portanto, mais um estereótipo a ser desmontado e reanalisado pelos estudiosos que desejam não apenas justificar posições conservadoras, mas captar o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira na sua dinâmica [...] (MOURA, 2020, p. 180).

Sobre o papel da religião na luta dos/as negros/as, Moura (2021) analisa a influência do culto aos voduns no início da revolução haitiana (que abordaremos adiante), que operou como um elemento de ligação ideológica entre os insurretos. A luta contra o poder branco passa a ser justificado por elementos místicos, onde o líder da massa escrava era um enviado divino para combater esse mal da escravidão promovidos por brancos. Assim, esse poder místico conferia ao líder um maior alcance entre a massa escravizada.

[...]que podemos ver claramente como as religiões negro-africanas em determinados momentos podem exercer um papel social relevante no plano organizacional, embora, como toda ideologia religiosa limite os objetivos e crie entraves à projeção de uma ordenação social superior [...] (MOURA, 2021, p. 178).

Houve também em todo o período do escravismo levantes armados de negros/as escravizados e livres, como o que ocorreu em Recife-PE em 1824 liderado por Emiliano Manducuru, sob inspiração das ideias da revolução haitiana⁴⁸. Inclusive, conta Moura (2020) que desde a explosão da revolução escrava do outro lado do mar, havia entre a elite brasileira a intensa preocupação da contaminação de seus ideais entre os escravizados no Brasil.

Entre alguns desses levantes e insurreições liderados por negros/as, existiram aqueles cuja proposta central era o fim da escravidão e a constituição de um novo governo de pessoas

⁴⁸ Ocorrida em 1791 e é considerada até hoje a única revolução escrava vitoriosa do mundo.

livres. Foram revoltas altamente reprimidas com muita violência e punições severas, mas que foram significativas do ponto de vista político-organizativo dos/as negros/as, e do medo que causaram na classe dominante.

Em Alagoas, século XIX, ocorreu o movimento denominado “a cabanagem”, inicialmente liderado por membros da camada média e posteriormente por negros/as livres e escravos/as, sendo esses conduzidos por Vicente de Paula. Aos poucos a revolta é radicalizada e totalmente protagonizadas por indígenas, aquilombados e escravizados, conhecidos como papa-méis (MOURA, 2020). Já no Maranhão há a explosão do movimento chamado balaiada, onde ganhou destaque a figura de Preto Cosme e Manuel Balaio. O primeiro foi líder de um quilombo que continha até uma escola nele. Preto Cosme liderou cerca de 3 mil homens na revolta, contrariando a vontade da ala mais oportunista da balaiada, os bem-te-vis. As tropas de negros liderados por Manuel e Preto Cosme conseguiram sitiar a cidade de Caxias em 1839 e ali permaneceram até serem vencidos pelas forças repressoras em 1840. Os conhecidos como bem-te-vis foram os delatores do movimento, e agiram de tal forma em troca de favores e anistia. Moura (2020) informa que depois dessa revolta as medidas institucionais reverberaram na implantação do corpo de guardas campestres, tendo como finalidade a repressão direta a quilombolas. Com esse fato o pensamento mouriano demonstra o quanto o aparelho repressor que sucede no Brasil tem como raiz a repressão às/aos negros/as resistentes ao regime.

Outras revoltas protagonizadas por negros destacadas por Moura (1992) são as ocorridas na Bahia na primeira metade do século XIX. São cercas de 9 levantes que tem seu ponto ápice na revolução dos alfaiates iniciada em 1835, sendo também a que teve mais repercussão histórica. Nessa revolta exerceu liderança o povo nagô em aliança com membros de outras nações, onde juntos buscavam se rebelar contra o instituto da escravidão e construir um governo de negros/as.

Moura (2020) dá destaque para os fatos que demonstram o grau organizativo do movimento que contava com reuniões regulares, sistema de comunicação entre negros/as de diversos pontos geográficos, processos internos de alfabetização e de levantamento de fundo monetário próprio. Foi também um movimento que contou com um processo de agitação e propaganda forte, que expressava explicitamente o caráter abolicionista dos insurretos. Porém, depois de muitos dias de confronto e repressão, a insurreição foi sufocada, levando muitos participantes a prisão, forca e açoites em públicos⁴⁹. Como consequência as autoridades

⁴⁹ Alguns se suicidaram antes de serem capturados.

instituíram o patrulhamento noturno em Salvador e a proibição de trânsito livre de escravizados sem a autorização expressa de seus respectivos donos. Sobre essa insurreição, Moura (2021) assegura que apesar do teor religioso que mobilizou os/as negros/as nessa revolta, o ponto central se constituía na arena da luta de classes, isto é, se desenvolveu por motivos materiais de antagonismo de classe que havia naquele contexto. O autor faz essa pontuação buscando defender o teor político da revolta ao invés de mistificá-la para ofuscar sua relevância social.

Na segunda parte do livro “O Negro: de bom escravo a mau cidadão” (1977) Clóvis Moura busca demonstrar a importância da revolta escrava e do desenvolvimento da quilombagem não só no Brasil, mas também no conjunto de países da América Latina. Traz uma análise profícua sobre a participação negra - apesar de reconhecer que ela não foi homogênea - nos seguintes países: Peru, Haiti, Cuba, Venezuela. Em Cuba a quilombagem foi conhecida como as casas dos palenques, construídas por negros/as fugitivos/as de forma camuflada entre as matas. Já na Venezuela chamavam-se cimarrones os/as negros/as que fugiam e lutavam por sua liberdade. Além das formas próprias de luta pela libertação, Moura (2021) também analisou a participação negra nesses países na luta pela emancipação do jugo do colonizador. Assim como no Brasil, vemos que os/as negros/as foram importantes nos campos de batalhas, mas vistos apenas como instrumentos para a conquista da vitória que não pautava o fim da escravidão.

No Haiti o que prevaleceu foi a revolução pela independência do país protagonizada e conduzida por negros/as no final do século XVIII ao início do século seguinte. Foi desse modo o único país a promover um movimento político amplo e vitorioso dirigido por escravizados. Esse movimento teve como inspiração a revolução francesa e no decorrer do seu desenvolvimento se mostrou como uma revolta entre negros/as e brancos/as, já que assumiu também a forma de luta contra a escravidão.

Diante da leitura mouriana, observa-se que os/as negros/as escravizados/as, direta ou indiretamente⁵⁰, durante todo o regime de exploração econômica e extraeconômica que estavam submetidos lutaram de diversas formas para a conquista de sua liberdade. Essa luta não ficou restrita ao aspecto das relações micro entre os sujeitos envolvidos nessa trama, ao contrário, provocou uma série de abalos e mudanças sociais substanciais para a transformação política, jurídica e econômica do Brasil. Assim, para o pensamento mouriano o/a negro/a não

⁵⁰ Almeida (2001) coloca que até mesmo os negros livres sofriam um processo de escravidão indireta pelas péssimas condições de vida que eram condicionados e por ter que se submeter ao poder branco colonial predominante.

só se rebelou contra o que lhe oprimia, como também essa revolta trouxe impactos relevantes para o conjunto das relações sociais desenvolvidas nesse país.

Clóvis Moura foi um estudioso que contribuiu com a construção de um novo olhar sobre a história do Brasil, superando a visão tradicional difundida pelos livros de história, onde o protagonismo das lutas desenvolvidas no país era delegado aos brancos e o/a negro/a apenas no lugar de ser oprimido/a e explorado/a. Por isso, hoje abordar a quilombagem não se trata apenas de um estudo sobre a história do Brasil, mas é também o reconhecimento da força negra e o resgate da autoestima coletiva dessa população que até hoje luta por reparação social.

No livro que Moura organiza sobre “Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil” (2001), ele enfatiza, em seu artigo, que a quilombagem está restrita ao período de escravismo, pois era a luta radical e organizada de negros/as contra a escravidão. Porém na apresentação da mesma obra, o autor afirma que a questão da quilombagem ainda está pulsante, através dos remanescentes de quilombolas, em sua luta pela terra e por reconhecimento de sua identidade.

Vemos então que no passado a existência do quilombo se revelava como uma manifestação de oposição ao regime de trabalho forçado. Mas hoje ele se insere numa luta que indica o fim do latifúndio, e por uma nova forma de relação da humanidade com a natureza, apontando assim para o bem viver de todos os povos, tão bem ressaltado na marcha de mulheres negras, ocorrida em Brasília no ano de 2015⁵¹.

Dessa forma, entendemos que hoje a quilombagem faz parte da luta contra o agronegócio e pela produção sustentável de alimentos, capaz de preservar a cultura e a identidade quilombola, pois os quilombos não pautam sua organização e produção por valores meramente econômicos. Assim, se ontem a quilombagem lutava contra o escravismo, hoje a luta é contra o capitalismo, pois conforme afirma Soares (2020) a luta quilombola se insere atualmente na dinâmica maior da luta de classes, expresso nas inúmeras brigas judiciais, e nos conflitos armados no campo. Ambos os conflitos giram em torno da titulação das terras⁵² e se dão entre quilombolas, defensores de direitos humanos e ruralistas.

O lugar da luta quilombola no atual cenário de ascensão da extrema direita ao poder pode ser também verificado na fala, ainda quando era deputado federal, do atual presidente da república, Jair Bolsonaro. Em 2017, em discurso, Bolsonaro afirmou o seguinte “o

⁵¹ No documento emitido pela *Marcha Contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver* (2015), o entendimento de bem viver é expresso da seguinte forma “Do Bem Viver emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade” (p. 17).

⁵² Autora informa que apesar da constituição garantir a titulação das terras quilombolas, hoje “[...] de aproximadamente 6.000 comunidades quilombolas do Brasil, apenas 220 possuem o título da terra.” (p. 63).

afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriar eles servem mais” (CARVALHO, 2017). Pode-se perceber o quanto esse pronunciamento contém um teor racista: o de desumanização do/a negro/as pelo uso do termo “arrobas” e “procriar”, normalmente usados para se referir a animais. Também se nota o discurso liberal sobre ocupação do solo, o de não reconhecer outro tipo de ritmo e forma de trabalho, pois o pensamento hegemônico afirma que membros de comunidades tradicionais por não venderem sua força de trabalho a um patrão e por não empregarem a monocultura em seus territórios, são preguiçosos e por isso devem renunciar a suas terras em prol de outros grupos que explorem e lucrem com ela.

Porém, apoiado em Almeida (2001), consideramos salutar ampliar a abrangência do termo quilombagem, pois para o autor o quilombo expressa um fazer político contra o poder branco que oprime a população negra, e que as circunstâncias de alijamento social em que essa população está inserida, as empurram para, ainda numa sociedade que se diga igualitária, à luta política permanente, para que o povo negro organizado consiga disputar os espaços de poder e inaugure novas sociabilidades. Queremos dizer com isso, que grande parcela do movimento negro contemporâneo se constitui também como uma manifestação de quilombagem, na medida em que são espaços auto-organizados objetivando a conquista da liberdade plena aos descendentes de Zumbi e Dandara dos Palmares.

3.1.3 A participação negra em movimentos políticos pela independência

No livro “Rebeliões na Senzala”, especificamente no capítulo 2, Clóvis (2020) dedica esforços investigativos para expor as formas de participação da população negra - livre e escrava - em vários movimentos de busca por independência no Brasil. Porém, apenas alguns desses movimentos incluíam a pauta do fim da abolição, a que mais interessava a população negra. A intenção de Moura nessa tarefa era a de sinalizar que o povo negro constituiu força dinâmica em movimentos próprios, mas também em movimentos conduzidos por outra classe/grupo.

Baseado na discussão que Moura realizou sobre a participação de negros/as em movimentos políticos, iniciados e/ou protagonizados por brancos, expressos nos livros “Rebeliões na Senzala” (2020) e “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?” (2021), montamos o seguinte quadro com a sistematização desse conteúdo:

Quadro 1: Participação negra nas lutas, revoluções e revoltas no Brasil escravista

Participação negra nas insurreições e revoluções no Brasil escravista						
Nome	Esc. Pleno	Esc. Tardio	Participação negra⁵³	Descrição	Desfecho	Pauta da abolição da escravidão⁵⁴
Inconfidência mineira (Minas Gerais)	x		Parcial	Descontentamento da camada média em relação ao monopólio da metrópole	Sufocamento	Inconsistente
Revolução dos alfaíates (Bahia 1798-1799)	x		Central	Inspiração das ideias liberais da revolução francesa, crise do abastecimento de alimentos e descontentamento da camada média em relação ao monopólio da metrópole. Logo depois, os setores médios esvaziam o movimento e a revolta passa a ser protagonizada por negros/as escravizados/as.	Forte repressão das autoridades . Maiores punições aos participantes negros da revolta	Explícito

⁵³ Essa informação se refere ao peso político da participação negra no respectivo movimento. *Central* significa que atuaram politicamente e não só como corpo de combate direto. *Parcial* significa que a participação se circunscreveu mais como linha de frente de confrontos.

⁵⁴ Essa informação se refere ao conteúdo abolicionista da revolta. *Inconsistente* significa que não foi parte das pautas centrais do movimento. *Explícito* significa que o fim da escravidão constituiu o rol de reivindicações centrais da revolta. *Manutenção* significa que além de não pautar o fim da escravidão, o movimento se colocou favorável a permanência dessa instituição.

Revolução pernambucana (Pernambuco 1817)	x		Parcial	Descontentamento da camada média em relação ao monopólio da metrópole. O recrutamento dos/as negros/as se deu de duas formas: 1. Promessa de liberdade após a vitória da revolução e 2. Involuntariamente a partir da sujeição aos donos de escravos	Forte repressão das autoridades . Maiores punições aos participantes negros/as da revolta	Manutenção
Levante em ouro preto (Minas Gerais)	x		Central	Revolução liberal ocorrida em Portugal que igualou brancos aos negros/as inspirou negros/as em MG. Proclamar a constituição de Portugal também no Brasil	Confusão entre os líderes e dispersão devido à proclamação oficial da independência	Explícito

Batalha da independência (Bahia 1822)	x		Parcial	Busca pela independência. Negros/as que se somavam na batalha buscavam sua alforria de 4 formas: 1. Com o cenário propício, fugiram para as matas; 2. Lutaram junto com os insurretos em busca de alforria; 3. Lutou só por uma questão de obediência ao seu senhor 4. Lutou ao lado das tropas lusas.	Vitória do movimento	Inconsistente
Revolta do pedroso (Pernambuco 1822)	x		Central	Participação do batalhão de Pedroso na revolução Pernambucana e na batalha pela independência. Sua importância se situa na capacidade de aglutinar negros/as militarmente, ocupando vasto território e ecoando cantigas de liberdade aos negros/as.	Reprimidos pela classe senhorial	Inconsistente

Revolução farroupilha (Rio Grande do Sul- Santa Catarina e Paraná 1835-1845)	x		Central	Busca pela instalação de república de Paratini. Negro/a participa como aliado importante, não no sentido passivo, das tropas lideradas por Bento Gonçalves. Após a vitória do movimento há a institucionalização do fim da escravidão. Após o sufocamento do movimento pelas forças repressoras, há no processo de rendição dos revolucionários a exigência de conferir liberdade aos/às negros/as participantes do movimento	Vencidos pela repressão do império	Explícito
Movimento do “quebra-quilos” (Paraíba 1874)		X	central	Indignação contra a alta de impostos. Negros marcham em direção a autoridade local e exigem acesso a determinada documentação institucional	Negros/as notaram que foram enganados e fogem para as matas	Inconsistente

Fonte: Moura (2020; 2021)

Inicia Clóvis (2020), a análise sobre o movimento da inconfidência mineira, afirmando que há uma ausência de registros históricos sobre esse acontecimento e que a supervalorização dessa revolta no quadro da historiografia oficial está mais relacionada ao campo da simbologia e não necessariamente aos fatos.

Na inconfidência Mineira, como em outros movimentos, o/a negro/a foi utilizado por outras forças de forma oportunista, que o colocaram sempre em uma posição de invisibilidade do ponto de vista da direção política do movimento. É importante também citar a visão Mouriana sobre a dificuldade da elaboração do processo de consciência política dos escravizados, que se dava tanto por uma questão concreta, por serem tratados como mercadoria, como também se aguçava pelas leis instaladas que impediam a participação política de negros/as. Apenas os libertos tinham acesso a pouco direito de participação social. Esse fato é evidente no conteúdo jurídico da constituição de 1823, onde se exclui o direito de voto para aqueles que ganhavam menos de 150 alqueires de farinha de mandioca, e os eleitores de 2º grau deviam ganhar mais de 250 alqueires para votar. Pessoas que ganhavam menos de 500 alqueires não poderiam se tornar deputado (MOURA, 2020).

Moura (2020, 2021) relativiza a importância da figura de Tiradentes como herói nacional, e acrescenta que a pauta do fim da escravidão não parece ter sido tão propagada pelo movimento. O autor inclusive afirma que considera a importância da revolta dos alfaiates, do ponto de vista do impacto político, maior que a da inconfidência mineira. Nesse ponto, aparentemente Clóvis busca incidir sobre a polêmica acerca do maior peso heroico entre as duas revoltas, onde claramente o autor se posiciona em defesa da Revolução dos alfaiates, tanto por uma questão política, de defesa da importância do protagonismo negro da revolta, quanto no sentido científico, por considerar que essa revolução tem mais riqueza documental sobre seus acontecimentos, o que expressa mais o seu desenvolvimento organizativo. Para Moura (2021) essa revolta trouxe um programa explícito e coerente de libertação e de construção de um novo regime político. Foi uma revolta com forte inspiração da revolução francesa, fato reconhecido pelas autoridades da época que as buscaram a traçar estratégias para abafar essa influência.

Ainda sobre a revolta dos alfaiates, Moura (2020) sinaliza uma ideia importante sobre a cisão que houve entre intelectuais e a massa negra e empobrecida de Salvador no percurso da luta. Os setores que mais formulavam e pensavam teoricamente sobre a revolta, entendiam que uma ação direta naquele momento seria equívoca e então o melhor seria aguardar a vinda de portugueses para melhor preparar a revolta. Mas os/as negros/as, escravos/as ou não, foram os que desacreditavam nessa ilusão que pregava a vinda de um grupo externo para salvá-los e

lutar por eles. Esse ocorrido remonta a uma tese de Clóvis Moura, também trazida por Florestan Fernandes no livro “Significado do protesto negro” (1989), sobre o teor radical que os mais oprimidos por uma sociedade possuem em contextos revolucionários, pois são os que mais sofrem a violência das sociedades divididas por classe/casta, e por isso sua urgência em eliminar todo o processo de opressão em que estão submetidos.

Outro ponto a se analisar é sobre as revoltas que Moura traz que possuem pouca visibilidade na historiografia oficial, como as expostas nas linhas 4, 6 e 8 do quadro. As 3 revoltas possuem como características em comum a alta incidência de grupos negros na luta pela abolição e pela independência do Brasil. Consideramos que dessa forma o autor contribui para denunciar a realidade de apagamento social dos/as heróis/heroínas negros/as nas memórias das lutas brasileiras pelo fim do domínio português. Demonstra também, que além do apagamento histórico da participação negra, o que se nota é a maior punição aos/as negros/as envolvidos em todas essas insurreições de libertação, algo que não é devidamente apontando nos relatos oficiais sobre as respectivas revoltas/revoluções. Muitos dos movimentos de insurreição de participação mista – negros/as e brancos/as – o que se percebe é que no processo de repressão e sufocamento da revolta, os/as negros/as são os que recebem as penas mais graves, como a pena de morte, e os brancos, por vezes, são até beneficiados com absolvição.

Enquanto que Moura (1992) ressalta a participação negra nos movimentos conduzidos por brancos, dando destaque ao processo de instrumentalização que negros/as foram submetidos para lutarem por causas que não se apresentavam como suas - sob a promessa de alforria isolada, abolição coletiva, ou até mesmo como a população negra encarava essas guerras como momentos propícios para fugas em massa-, Gilberto Freyre aponta essa participação de outra forma, como sendo fruto de uma decisão voluntária do grupo negro em proteger interesses da classe senhorial.

[...] Combateram nessas lutas entre grandes famílias índios de arcos e flecha; negros escravos; cabras. Foi nelas que se desenvolveram nossos *bravi* de cor: os cabras, negros, caboclos que a princípio defenderam as casas-grandes de seus senhores dos ataques dos índios; que depois serviram nas guerras contra a Holanda, nas expedições contra os quilombos; na guerra do Paraguai. Que deram força ao espírito de ordem representado pelos senhores de engenho do tipo de Morgado do Cabo contra a demagogia das cidades; ao espírito de independência brasileira contra as pretensões dos portugueses de administrar o Brasil como simples colônia de plantação (FREYRE, 2003, p. 426).

O referido apagamento da memória que apontamos sobre negros/as nas lutas pela independência, pode ser comparado com o que passou os/as negros/as no processo da ditadura

militar dos anos 1960 e 1970, que como Thula Pires (2018 a) apontou, que a história oficial invisibilizou não só a participação negra na luta pela democracia, como também as próprias consequências desse regime para o conjunto da população negra:

O olhar racializado para as violências perpetradas nesse período traz a possibilidade de memorializar a atuação do regime sobre outras territorialidades negras como as escolas de sambas e locais de religiosidade de matrizes africanas, colocando em negrito os desdobramentos da privação de direitos cuja continuidade pode ser percebida na redemocratização (e nos seus limites). Permite ainda que se conheça atores políticos combativos e historicamente ignorados. Produz a racialização do não branco e do branco, tomado como padrão para identificação do que é luta por democracia e resistência. Oferece mais elementos para a compreensão das condições estruturais que viabilizam o florescimento e consolidação de regimes autoritários. Reposiciona o que se entende por violência e os contornos possíveis da liberdade (Ibidem, p. 1076).

Trazendo também para a atualidade, podemos fazer uma reflexão relacionando a guerra do Paraguai, abordada por Moura (1994) como também uma expressão da instrumentalização de negros/as para fins de interesses políticos da elite dominante, e a atual guerra urbana que vivemos hoje nas grandes cidades. Na primeira guerra, os/as negros/as foram enviados ao campo de batalha para morrer. A maioria dos combatentes da linha de frente era negros/as, muitos foram para essa trincheira obrigados por seus donos, outros foram sob a promessa de terra ou alforria. Moura (1994) relata que essa guerra serviu também para destruir a mão de obra negra, já que ela ocorreu no período de eminência de abolição formal da escravidão; morreram entre 60 e 140 mil negros/as em cinco anos de guerra. Hoje a “guerra às drogas” é também uma guerra usada como pretexto para aniquilar os/as jovens negros/as e periféricos/as, pois são esses a maioria que morrem no campo de batalha em nome de interesses que não são os seus.

No que se refere a como a classe dominante nacional instrumentalizaram os/as negros/as para lutarem por seu próprio interesse em torno da independência do Brasil, é válido destacar que o cenário social, conforme Fernandes (2006) aponta, era de que essas elites do Brasil tinham como intenção principal a de consolidar um núcleo de poder interno e criar círculos sociais que dessem materialidade para ocupação desse mesmo poder. Assim, a maior mudança que as elites nacionais buscavam não era em torno do âmbito da economia, e sim da política. Como o autor afirma, era uma busca pela *nativização* do poder político. Por isso, o movimento de independência carregava sentido ambíguo de mudança e continuidade, mudança da dependência política, mas de conservar ainda o modo de produção escravista, tendo em vista que a economia do país baseada na agricultura não permitia a abolição da escravidão (FLORESTAN, 2006).

Moura então reitera a visão de Florestan (2006) ao revelar que o processo da luta pela independência foi desviado de seu caráter verdadeiramente revolucionário por ter sido conduzido por uma classe que não se interessava por mudanças profundas. Anulando, dessa forma, uma verdadeira ruptura com o passado.

Consideramos essa contribuição teórica de Moura em sinalizar a participação negra nos movimentos reconhecidos por seu impacto político na conquista de independência, salutar para a discussão antirracista no Brasil, pois possibilita comprovar a preponderância da população negra não só na luta pela abolição, mas também não tão cultuada, pela mídia e demais instituições etc., independência brasileira. Serve, portanto, para enegrecer o Sete de Setembro⁵⁵ e lembrar a dívida histórica que o país tem com aqueles que descendem do continente africano.

3.1.4 Escravismo tardio, abolição da escravidão e manutenção do racismo

Já o escravismo tardio, o período que Moura aponta entre 1850 e 1888, foi marcado por manifestações do declínio do modelo econômico baseado no trabalho escravo. Ocorreram mudanças no âmbito da produção econômica: o açúcar deixa de ser o produto mais exportado e o café se torna a maior fonte de riqueza nacional. Esse deslocamento na produção significou também uma alteração na dinâmica regional, pois o Sudeste passa a ser então a região mais dinamizada economicamente. Essa mudança, para Moura (1994), gerará, por sua vez, alterações também na constituição das lutas dos/as negros/as por sua liberdade.

De acordo com a visão mouriana, o processo de modernização imbricado na produção do café ficou muito restrito a região de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde as lutas escravas se desenvolviam com novos aspectos; já nas outras regiões em decadência econômica, como Nordeste, do ponto de vista qualitativo, ainda prevalecia relações escravistas tal como ocorrera durante o período colonial e anterior o fim do tráfico negreiro. Ali as lutas escravas ainda se baseavam na quilombagem, causando inclusive preocupação às autoridades, já que a reposição da mão de obra escrava estava estancada.

A marca essencial desses 38 anos do escravismo tardio está circunscrita em 5 constatações:

- 1- Verifica-se um processo de mudança econômica e regional a partir do declínio do cultivo do açúcar e crescimento do cultivo do café;

⁵⁵ Inclusive na pintura oficial do grito do Ipiranga, usada para ilustrar o momento da conquista da independência brasileira, a maioria na retratação e em destaque são os homens brancos armados, em cima de cavalos.

- 2- Início da imigração europeia como estratégia de transição lenta e segura ao modelo de trabalho livre;
- 3- Crescimento do emprego de capitais externos no desenvolvimento da economia nacional, fertilizando assim o capitalismo dependente que vai vigorar no país;
- 4- Mudança na luta dos escravizados, passando a adquirir um teor mais moderado a partir da aliança com abolicionistas liberais;
- 5- Movimentações políticas no conjunto da classe dominante para manter o/a negro/a marginalizado/a na futura sociedade de trabalho assalariado, bem como para garantir privilégios à classe senhorial e a sua posição como classe dominante mesmo após a dissolução do escravismo.

Opera nesse período uma imbricação crescente entre relações capitalistas e escravistas - ora convivendo em harmonia, outras em conflito - em um processo que parece possuir formas de oposição entre interesses externos, responsáveis por injetar capitais para a dinamização da economia, e os interesses internos, protagonizados pela figura do senhor de escravos que via na chegada do capitalismo uma ameaça ao seu poder. Essa relação não se dava em oposição total, há a inter-relação entre essas duas forças aplicadas tanto em benefício da classe senhorial quanto do setor liberal.

A adesão, por parte da classe senhorial, de recursos, tecnologia e outros avanços produzidos por sociedades já capitalistas como EUA e países europeus, gerou, conforme Moura (1994) uma situação em que “o moderno passa a servir o arcaico” (ibidem, p. 53), isto é, a apropriação de elementos capitalistas para servir a economia ainda essencialmente escravista. Para demonstrar essa questão, Moura (1994) com base em Vilela (s/a), cita o emprego da tecnologia da comunicação ser usada para recuperação de negros/as fugidos.

[...] Os organizadores do Clube do Cupim, em Pernambuco, ao darem fuga a uma leva de escravos incluíram um chamado Matias e o seu proprietário, ao saber da fuga, telegrafou solicitando que o mandassem prender ao chegar a barcaça com os fugitivos à barra de Areia Branca, onde foi feita a captura (Ibidem, p. 61-2).

Como resultado desse conflito entre as forças escravistas e liberais, podemos inferir, a partir da leitura mouriana, que se ergueu um capitalismo que elimina o trabalho escravo, mas que permite a permanência do latifúndio e de formas conservadoras de dirigir o Estado.

É no escravismo tardio que a fatura de séculos de formação econômica voltada para o abastecimento externo começa a chegar. Como mostra Moura (1988), os setores da economia mais abertos a dinamização são invadidos pelo capital europeu, fazendo do Brasil uma nação endividada e, portanto, submissa econômica e culturalmente ao capitalismo central.

O longo período de duração da escravidão no Brasil, que somente terminará na época da formação do imperialismo, garroteou a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente, fazendo-nos uma nação subalterna da economicamente às forças do capitalismo internacional, com todas as implicações políticas que isto determina. Ao lado desses investimentos ocuparem os espaços dinâmicos da nossa economia, ela foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandam o capitalismo mundial (MOURA, 1994, p. 54).

Conforme Moura (1994) a intervenção inglesa se deu basicamente de 3 formas, a primeira partir da injeção do capital na construção do porto de Santos, de estradas de ferros, instalação de bancos, serviço postal etc., passando assim a controlar a produção e comercialização do café, o produto mais precioso do país. A segunda forma se deu pelo domínio britânico no sistema de importação de produtos para o consumo interno⁵⁶ fazendo com que a influência inglesa fosse decisiva também no processo de urbanização brasileira, do ponto de vista da indústria, das estradas, energia, crédito bancário e etc. já a terceira forma significou que além de ocuparem os setores citados, a intervenção inglesa também foi expressa em processos de bloqueios às iniciativas nacionais que tiveram êxito, buscando enfraquecer financeiramente tais empreendimentos brasileiros para assim o seu declínio facilitar o monopólio britânico.⁵⁷

Mesmo diante desse estrangulamento econômico a partir da dominação total do capital inglês no Brasil, Moura (2021) revela que a classe dominante nacional conseguiu empreender esforços vitoriosos na garantia da continuação do poder político em suas mãos. Assim, a classe que açoitava negros/as desobedientes, conseguiu nessa esfera manter seu poder intacto mesmo diante de sua posição rarefeita no âmbito da economia.

Dentre as medidas articuladas pela classe dominante como forma de produzir uma transição lenta e segura para o modo de produção capitalista, elencamos as cinco principais delas pautadas por Moura (1994) no quadro a seguir:

Quadro 2: Leis/medidas de transição conservadora do escravismo ao capitalismo

Leis/medidas de transição conservadora do escravismo ao capitalismo			
Nome	Ano	Objetivo explícito	Objetivo implícito
Tarifa Alves Branco	1844	Tinha objetivos fiscais e protecionistas.	Facilitar a imigração europeia para ocupar os

⁵⁶ Autor para ilustrar cita a questão da roupa dos escravos, que antes feitos de forma artesanal, passam a ser importados do mercado inglês, pois assim era mais barato aos senhores de escravos.

⁵⁷ Podemos citar caso parecido como o que ocorre atualmente com a empresa brasileira de petróleo e energia - Petrobrás, que a após a descoberta do pré-sal iniciou as investidas internacionais para desmoralizar a empresa, e assim, logo depois se apoderar dela.

		A intenção era aumentar a arrecadação a partir de taxaço de produtos importados, sobretudo naquela cuja produção no Brasil existia. Também era uma tentativa de estimular a industrialização interna.	postos de trabalho na indústria nascente. Portanto, também havia uma questão ideológica de branqueamento da população.
Lei da terra	1850	Acabar com o regime de posse da terra praticado na era colonial, cedido pela vontade do rei, para se tornar uma mercadoria, como praticado em sociedades capitalistas. “democratizar” o acesso à terra.	Dificultar qualquer processo de indenização a partir de concessão de terra ao povo negro escravizados, ao retirar do Estado a possibilidade de desempenhar essa função. Também tinha como objetivo manter a posse da terra nas mãos dos brancos nativos, bem como facilitar a aquisição para os imigrantes europeus. A lei exprimia inclusive sobre a existência de um caixa de fundo das vendas de terras revestidos para incentivo à essa imigração. Em suma, o objetivo central era de branqueamento do país e marginalização das pessoas negras.
Lei Eusébio de Queiroz	1850	Eliminar o tráfico de escravos	Atender aos interesses da Inglaterra em sufocar o trabalho servil e implantar o trabalho livre nos países semicoloniais. Mesmo depois da lei houve muitos casos de tentativas de burlá-la por parte da classe senhorial em aliança com autoridades governamentais. Essa lei significou o primeiro impacto efetivo de sufocamento da existência do escravismo pleno
Guerra do Paraguai	1864-1870	Libertar o povo do Paraguai	Distrair o movimento abolicionista apelando para que se atentasse ao conteúdo patriótico da

			guerra, ao invés de promover liberdades aos escravos; descartar mão de obra negra a partir de sua inserção no fronte de combate, do qual foram maioria entre os combatentes e mortos (morreram cerca de 140 mil); contrair maior endividamento perante a Inglaterra aumentando assim sua hegemonia.
--	--	--	---

Fonte: Moura (1994)

Um aspecto importante trazido por Moura (1994) sobre a intencionalidade da elite brasileira em se articular política e economicamente para assegurar seus interesses em contexto de transformações estruturais se refere à questão do branqueamento da população é salutar, para a compreensão das relações raciais no Brasil, desvelar esse episódio social, pois ele permeou e mobilizou muitas forças para a sua materialização. Compreende-se que a tentativa da elite em se manter no poder significou a completa marginalização dos/as negros/as no capitalismo, impedindo que esses ocupassem até mesmo posições subalternas, como é a de assalariado em indústrias e plantações de café. Fez parte, portanto, do mesmo projeto, esses dois elementos: o branqueamento e marginalização de pessoas negras; ambos centrifugaram um projeto maior que foi o de assegurar o sistema de privilégio da raça branca no país.

O escravismo tardio por isso se refere ao período em que se gestou o projeto das elites escravagistas em construir um capitalismo dependente, conservador e racista. Por isso, é também nesse período que ocorre a transição, abordada por Moura (2021) do/a negro/a que era visto como bom escravo, para se tornar mau cidadão aos olhos da elite escravagista.

Para materializar essa política de branqueamento social foi empreendido esforços financeiros, políticos e econômicos por parte da elite e seu aparelhamento junto ao Estado. Theodoro (2008) considera que a lei de terras (1850), a lei áurea e os incentivos de imigração constituem as três ações dirigidas pelo Estado brasileiro que expressam a marginalização da/o negra/o do processo do trabalho livre. Até 1850 os/as negros/as eram maioria nos serviços urbanos, fábricas, limpeza de vias públicas, depois desse período os imigrantes europeus passam a penetrar o mercado de trabalho.

Conforme aponta Moura (1994) o aumento do preço dos/as escravizados/as devido ao fim do tráfico negreiro, contribuiu para que coexista no ambiente da produção do café dois tipos de trabalhadores, o escravo e imigrante livre. Isso porque muitos já consideravam mais vantajoso pagar salário a um/a trabalhador/a livre, mesmo esse vindo de fora, do que comprar um escravo a alto preço. Nesse processo já se nota o teor racista da elite brasileira, que não concebia sequer a possibilidade de remunerar um negro⁵⁸, - já que nesse período já havia muitos/as negros/as livres- e preferia importar mão de obra branca de outro continente, para assim aplicar o sistema de pagamento de salário.

Sobre os incentivos financeiros públicos para a importação de mão de obra branca, tem-se como prova a lei nº 28 de 1884 aprovada pelo legislativo de São Paulo que dizia o seguinte em seu 1º artigo:

O governo auxiliará os imigrantes da Europa e ilhas dos Açores e Canarias, que se estabelecerem na província de S. Paulo, com as seguintes quantias, como indemnização de passagem: 70\$000 para os maiores de 12 anos; 35\$000 para os de 7 á 12 a 17\$500 para os de 3 á 7 anos de idade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1884).

Moura (2020) informa que em 1887 havia 54.990 imigrantes europeus em SP, esse número cresce para 160.000 em 1889. A amplitude da participação estrangeira no trabalho livre tendeu a crescer a ponto de chegar a ser 84% da mão de obra empregada nas indústrias de manufaturas e artística de SP nesse período (KOWARICK, 1994).

A entrada de imigrantes europeus se inicia ainda no período que no Brasil vigorava o sistema escravista colonial, configurando assim, como já dito, um mercado de trabalho com ocupação mista: assalariados brancos estrangeiros de um lado e de outro, escravizados/as negros/as brasileiros/as. Compõem as relações sociais desse período o desenvolvimento do racismo no próprio interior da classe trabalhadora, algo apontado por Moura (1994) em quatro quadros que retratam a diferença entre esses dois tipos de trabalhadores no âmbito econômico, cultural, político e social. Na esfera cultural ressalta a manutenção dos vínculos familiares dos imigrantes e a preservação da língua e religião, ao contrário dos/as negros/as que tiveram todos esses elementos desarticulados. Na parte econômica Moura (1994) aponta a questão do branco estrangeiro se ingressar como trabalhador livre, sem impedimento para locomoção e de aquisição de terra por meio de financiamento. No âmbito político tem-se que o grupo branco tinha apoio de embaixadas dos seus respectivos países, e contavam com propaganda

⁵⁸ O caso do assassinato do congolês Moïse Kabamgabe, em fevereiro de 2022, ilustra bem esse fato. O jovem foi morto a pauladas por ter cobrado a diária de R\$ 200,000 reais que não foi paga por quem lhe contratou. O contratante era dono de um quiosque na cidade do Rio de Janeiro e foi o mesmo que agrediu e matou o jovem (COELHO, 2022).

na imprensa em favor dos imigrantes ao país. Já no que se refere ao aspecto social o autor coloca a questão de os brancos estrangeiros serem protegidos por código do império, o fato de ser proibido castigo físico e a permissão de associação entre eles, o que entre negros/as era bastante diferente.

A respeito da mudança em relação a luta dos escravizados pela sua liberdade no escravismo tardio, Moura (1992) se refere a prevalência da aliança entre pessoas escravas e integrantes do movimento abolicionista, como a tática de luta pela liberdade mais empregada em contraposição a quilombagem autodirigida⁵⁹, que passa a ficar em segundo plano no cenário de lutas negras.

Os políticos abolicionistas conseguiram a hegemonia na dinâmica da luta de classes e os escravos condicionaram a sua ação à determinação desses grupos. Alguns deles, como *Caifazes*, em São Paulo, o *Clube do Cupim*, em Pernambuco, e as *Bastilhas* de Carlos de Lacerda, em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, tinham até um discurso radical, pois, se propunham a libertar os escravos por todos os meios. E é aí que está a diferença. Na primeira fase da escravidão, até aproximadamente 1850, os escravos não eram libertados por outros grupos políticos porque eram o sujeito da ação histórica. Na segunda fase, esses grupos radicais são os detonadores e controladores dos níveis da ação e os escravos são o objeto dessa ação política libertadora ([grifos do autor] MOURA, 1994, p. 101).

Em relação à abolição da escravidão, percebemos que existe a predominância de duas visões sobre as motivações desse processo, a primeira, bem levantada por Ianni na obra “Escravidão e Racismo” (1978), que atribui elevada importância aos aspectos internacionais, de ampliação das relações capitalistas e sua fricção com o escravismo brasileiro, ou seja, os interesses da Inglaterra como o pilar da abolição da escravidão; e a segunda visão, onde o pensamento mouriano se insere, é a de atribuir suma importância à luta dos/as negros/as escravizados/as para o desgaste desse regime. O autor já exprime essa sua defesa no livro “Rebeliões Da Senzala”, só que mais explicitamente no livro “Dialética Radical Do Brasil Negro” (1994).

[...] a dinâmica básica de do sistema escravista e sua superação está nos conflitos entre as classes que eram substantivas nesse modo de produção. Que algum tipo de relacionamento alternativo entre escravos e senhores existiu ninguém põe em dúvida, mas, se ele fosse típico e determinante da dinâmica entre essas classes jamais o escravismo entraria em crise e seria substituído por outro modo de produção, pelo menos no prazo em que foi. Teria de ficar esperando as contradições externas para destruí-lo e isto não aconteceu, embora fatores exógenos também tenham contribuído **periféricamente** na sua última fase [...] (MOURA, 1994, p. 17).

⁵⁹ Segundo Moura (1992) esse processo ocorre também devido ao alto nível de diferenciação das atividades laborais dos/as escravizados/as, essa diferenciação dificultava a auto-organização dos/as negros/as em movimentos de quilombagem.

Em nossa visão, Clóvis manipula bem a categoria da dialética quando tece suas análises sociais dando ênfase tanto a luta dos escravizados para o declínio do escravismo, quanto da força do capital, esse que ultrapassava as fronteiras europeias, dando início sua expansão ao Brasil. Até então, as visões sobre a abolição da escravidão estavam impregnadas de visões unívocas, que só davam ênfase à uma dimensão da questão, a interna ou a externa.

Ainda amparado na tese marxiana de que o motor da história, ou seja, das transformações sociais, é a luta de classe, Moura (1994) aponta a preponderância do conflito entre exploradores e explorados no contexto escravista para a superação desse regime de trabalho. Pois o autor entende que seja possível reconhecer a validade da influência inglesa na abolição, sem com isso suspender a primazia da rebeldia escrava nesse processo.

No final do primeiro capítulo do livro “Rebeliões Na Senzala” Clovis (2020) traz um quadro explicativo sobre as causas internas e externas da abolição da escravidão no Brasil. Cita seis motivos de origem internacional e oito de origem nacional. Entre as primeiras ele aponta o desejo da Inglaterra em estabelecer um mercado consumidor na África e no Brasil; o surgimento de outro país produtor de açúcar em condições e preços mais vantajosos e da imigração da mão de obra excedente da Europa para o Brasil. Como motivos próprios da dinâmica brasileira o autor aponta o fim do ciclo do açúcar e início do ciclo do café, onde a produção já exigia maior dinamicidade interna, surgimento das indústrias de transformação, o alto custo da mão de obra escrava em relação à livre, a campanha abolicionista dirigida por intelectuais e, sobretudo, a luta dos próprios escravizados.

Em relação ao movimento abolicionista dirigido por liberais, Moura (2020) divide esse movimento basicamente em duas alas⁶⁰, uma mais moderada, onde se destacou a figura de Joaquim Nabuco e a segunda ala mais radical, que teve como um dos nomes de destaque Luís Gama. Percebe-se que essa divisão feita pelo autor circunscreve também uma análise sobre aliança de classe. A primeira ala tinha aliança e compromisso com a classe burguesa nascente, não se tratava de uma defesa do fim da escravidão visando a dignidade humana do sujeito negro escravizado, ao contrário da segunda ala, que pautava a necessidade do fim desse regime de trabalho pensando de fato na efetiva libertação dos escravos e em sua participação social em condições dignas. Em resumo, constata que a campanha de abolição continha grupos visando dois horizontes: o primeiro o surgimento do capitalismo e o segundo tinha como horizonte a emancipação dos/as negros/as.

⁶⁰ Autor reforça que a divisão não pressupõe a inexistência de inter-relação entre elas.

Nessa divisão das alas do movimento abolicionismo se situa uma contribuição importante de Moura (2020) para desmascarar os tidos como heróis do povo negro no processo de conquista da abolição da escravidão. Pois não só princesa Izabel não foi heroína dos/as negros/as no âmbito da monarquia, como também Joaquim Nabuco não foi essa figura no âmbito do legislativo. Assim o autor apresenta a seguinte fala que expressa o posicionamento racista de Nabuco diante da liberdade de pessoas negras:

[...] Joaquim Nabuco, que liderou a corrente moderada, afirma em um dos seus livros mais conhecidos e onde conta a história do movimento: “A propagação abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos, seria uma cobardia, inepta e criminosa, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a lei de Linch, ou a justiça pública, imediatamente haveria de esmagar”. Mais a diante esclarece as razões de sua atitude: “Suicídio político porque a nação inteira vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais cujas paixões, quebrando o freio do medo, não conheceriam limites do modo de satisfazer-se, pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo por um exemplo tremendo e este seria o sinal de morto do abolicionismo” (MOURA, 2020, p. 98-99).

Machado (2011) aponta a existência de outra ala que teve peso importante no desenrolar do processo de abolição da escravidão. A ala de conservadores aquele grupo formado por senhores de escravos que resistiam a libertação de negros/a, travando inclusive conflitos diretos, em forma de linchamentos, com autoridades públicas vinculadas ao abolicionismo. Moura (2020) enfatiza a verbalização, no interior do plenário legislativo, de argumentos caricatos proferidos por essa ala, até hoje empregados por esse mesmo setor em nosso país.

[...] qualquer tentativa de reforma, mesmo de uma timidez que hoje nos faz rir, era concebida no Parlamento com violentos ataques da maioria escravista. Inúmeros projetos não foram objeto de discussão. A Lei Do Ventre Livre (1871) encontrou no Parlamento a oposição mais cerrada. O gabinete Rio Branco era acusado de “governo comunista, governo de morticínio e de roubo”. Segundo Rio Barbosa, certo deputado dissera então que o gabinete havia desfraldado as velas por “um oceano onde voga também, o navio pirata denominado ‘A Internacional’”. Mesmo depois da Abolição, os conservadores levantaram a questão de que a desapropriação pelo governo de uma propriedade tida como legal devia ser indenizada, por mais repelente que ela fosse. Exigiam reparação, solicitando ao Imperador pagamento de acordo com o número de escravos libertados em 13 de maio de 1888 (MOURA, 2020, p. 91).

Já em outra obra, Moura (2021) considera que a luta direta que os/as negros/as empenharam durante todo o escravismo pleno e tardio também era uma luta abolicionista, pois eram movimentos e ações cujo teor central era o combate à escravidão. Coloca assim o

quilombo dos palmares e as insurreições baianas como maior expressão do abolicionismo travado por negros/as escravizados/as⁶¹.

Todos esses acontecimentos que marcam o escravismo tardio significou um largo processo conservador que levou Moura (2020) a afirmar que “[...] abolição, como foi feita, significou mais um compromisso que uma solução [...]” (ibidem, p.58). Foi realizada em um momento em que as forças capitalistas já predominavam, restando apenas 700 mil escravizados para serem libertos, número baixo considerando toda a quantidade de africanos desembarcados no Brasil durante toda a vigência da escravidão.

Numa matéria da Revista “História Biblioteca Nacional” (2011) que mostra as fotografias de debates e comemoração realizados em torno da lei da abolição, nos mostra também que na câmara de deputados o projeto de lei, com apenas dois artigos, foi colocado para votação sob pressão dos abolicionistas. E foi aprovado por 83 votos a 9, sendo que 33 deputados estavam ausentes. Já no senado a lei foi aprovada por 46 votos a favor e 6 contra.

Essa maioria nos votos pela abolição da escravidão, expressa o que Marx (2013) já anunciava como uma mudança substancial no movimento do capital capaz de colocar os dois MP, escravismo e capitalismo, em oposição, gerando a vitória do último e reverberando no seguinte:

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (MARX, 2013, p. 535).

Dessa forma, o período do escravismo tardio constitui momento relevante para análise da construção das relações raciais no Brasil porque ele determina a formação do capitalismo dependente e da marginalização da população negra mesmo dentro de uma sociedade de trabalho livre. Inserido nisso há a possibilidade de se compreender o motivo da abolição formal ter acontecido sem que tenha se traduzido em integração digna do povo negro, fazendo com que a situação de miséria e espoliação se perpetuasse. Por isso:

Obtida a Abolição, isto é, a emancipação do escravo, o negro continuará lutando para conseguir novas formas de convivência humana para a nação brasileira, na qual ele se inclui como uma das parcelas mais importantes e dinâmicas, procurando

⁶¹ Há uma ideia levantada pelo autor sobre a abolição, mas pouco desenvolvida, que consideramos pertinente citar, que é o de considerar que o clima de revolta entre os escravizados fez com que a proibição do tráfico negreiro ocorresse mais rápido, pois não era benéfico para a classe dominante trazer mais negros para fomentar mais ainda esse clima de rebeldia.

alargar as conquistas sociais já conseguidas e reivindicar soluções para os novos problemas que se apresentam (MOURA, 2021, p. 218).

Vale frisar que o Brasil foi o último país das Américas a tornar ilegal o trabalho escravo, demonstrando assim a força que o setor escravagista e conservador possuía diante das instituições.

No próximo item iremos discutir a substancialidade racista contida no modo de produção capitalista, e a reconfiguração do lugar social que o/a negro/a viverá nos diversos estágios do novo modo de produção.

3.2 Capitalismo sobre bases racistas

Clovis Moura é um dos autores importantes que inspiram estudiosos e militantes antirracistas a compreender a relação entre desigualdade social e racial produzida e reproduzida pelo modo de produção capitalista. Hoje temos considerável número de autores que pautam seus estudos por esse caminho aberto nos anos 1950/1960, com a ajuda de nosso autor; pois até então os estudos e intervenção política que visavam a abolição do racismo e do capitalismo andavam, muitas vezes, de forma desagregadas.

A discussão aqui não é entre a famosa retórica de que foi o racismo que fundou o capitalismo ou o contrário, ou um debate para afirmar qual dessas categorias se sobrepõe a outra. Nossa tentativa é de manter um diálogo dialético entre esses dois elementos da realidade, que coexistem em relação de unidade e diferença. Nosso foco é, portanto o de analisar essa relação de unidade, e não o de apontar os aspectos do movimento do capital que independe de critérios raciais, ou de apontar as manifestações do racismo que perduram/perduraram em sociedades socialistas (ou pretensamente socialistas).

Podemos afirmar que o racismo estruturou o capitalismo em dois aspectos: o internacional por meio do escravismo colonial e do tráfico negreiro; e internamente, pela utilização do trabalho escravo executado pelo/a negro/a, responsável por erguer as riquezas que possibilitaram a transição ao outro modo de produção, como também, pela rebeldia negra que ao desgastar o escravismo possibilitou a implantação do trabalho livre. Desse modo, o capitalismo no Brasil não se desenvolveu em oposição ao racismo, ao contrário, é o racismo o componente central do conservadorismo que irá fundamentar o nascimento do capitalismo dependente.

Apesar de a escravidão moderna ter sido racionalizada por filósofos como Hegel, que dizia que pessoas do continente africano eram seres animalizados e sem consciência, ideia que

foi usada para legitimar a invasão por parte do povo europeu ao continente negro, colocando-a como ponto positivo em promover a civilização a esses grupos lidos como incivilizados (MBEMBE, 2014), mas o que moveu o empreendimento colonial só pode ser explicado pelo prisma econômico, destacado por Marx (2013) como um processo de acumulação primitiva essencial para a gestação do capitalismo industrial.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco [...] (MARX, 2013, p. 533).

É nessa fase de expansão marítima e comercial que circunscreveu a escravidão negra, iniciando um processo que Mbembe (2014) colocou nos seguintes termos: “[...] Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento” (Ibidem, p.40). Esse momento, portanto, é marcado pela imbricação da divisão racial e de classe, operante até os dias atuais. A construção do racismo e sua atualidade no capitalismo então só se explicam pela permanência desta necessidade de extração de rendimento do qual Mbembe se refere.

Na visão de Marx (2013) não só o desenvolvimento do capitalismo é baseado em violência, mas o seu próprio nascimento é marcado pelo domínio de crueldade nas relações humanas.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopólia”z (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital [...] (Ibidem, p. 535).

O tráfico negreiro foi essencial para o desenvolvimento da Inglaterra, fato bem demonstrado por Eric Williams (1975) no livro “Capitalismo e Escravidão”. Nesta obra ele trouxe dados importantes, posteriormente apropriados por Moura (2021), para comprovar os rendimentos que o sequestro de negros/as gerou à pioneira da revolução industrial.

Por volta de 1730, em Bristol, estimava-se que numa viagem afortunada o lucro sobre uma carga de 270 escravos atingia 7.000 ou 8.000 libras, sem incluir os **ganhos provenientes do marfim**. No mesmo ano a renda líquida de uma carga

“mediocre” que chegou em más condições foi superior a 5.700 libras. Lucros de 100% não eram raros em liverpool e uma viagem proporcionou um lucro líquido de pelo menos 300% [...] (grifos nossos] WILLIAMS, 1975 p. 41).

Diante do exposto, nota-se que o racismo enriqueceu a Europa de três formas, pelo escravismo colonial, pelo tráfico negreiro e pelo roubo de riquezas naturais do continente africano.

No que se refere à mobilidade de capitais inseridos no tráfico negreiro no contexto brasileiro, podemos verificar que ele ocorre de duas formas, a primeira durante o escravismo pleno, onde as figuras envolvidas nos negócios do tráfico de negros/as detinham grande poder político e econômico, e a segunda forma se verifica no pós abolição do tráfico, com a transferência de capitais adquiridos no processo de transporte de carne humana, para a produção do café, fazendo com que esse ramo dinamizasse mais ainda a transição ao capitalismo (MOURA, 2020).

Sobre o desenvolvimento do capitalismo racista no âmbito interno, vale apontar ainda que o próprio desenvolvimento do liberalismo no Brasil foi importado da Europa com ressalvas, se reconfigurando particularmente como um *liberalismo escravista*. Desdobra disso, já na fase capitalista, o surgimento de um liberalismo latifundiário, onde o regime da propriedade da terra não foi colocado em discussão.

Assim, segundo Fernandes (2006), o Liberalismo aqui implantado foi tomado apenas como processo de dar mais poder e autonomia para elites nacionais, e não como liberdade para todo o povo brasileiro. Decorre disso que a forma como a elite nacional lida com o Estado para executar o seu liberalismo, se dá apenas como meio de se apropriar do poder político e assim garantir a manutenção de seus privilégios, e não para promover reformas que gerem consequências positivas para o conjunto da população local.

No momento político de Proclamação da República, que ocorre um ano depois da abolição da escravidão, as elites se comportaram da mesma forma quando da instalação do império: reorganizaram estruturas internas sem ameaçar a conservação de seu pleno poder. Por isso Florestan (2006) constata que a dominação da burguesia brasileira não vem da livre concorrência, mas sim de sua posição estratégica no controle da sociedade pela esfera política.

É desse entendimento, segundo Fernandes (2006) de que a classe dominante brasileira não conseguiria exercer o seu domínio no âmbito econômico, já que não podia frear o avanço do modo de produção capitalista no Brasil, que essa classe busca então priorizar sua articulação na esfera política para assim controlar os impactos do avanço do novo modelo de

sociedade e a partir disso conservar intacto seu núcleo de privilégio⁶². Por isso, para Fernandes (2006) a ordem competitiva no Brasil significou a extensão de privilégios estamentais presentes no escravismo.

A competição emergia historicamente, portanto, como um aspecto dúplice. um fator multiplicativo do poder de ação do agente econômico privilegiado; e, ao mesmo tempo, um fator destrutivo para o equilíbrio econômico global da sociedade. Esta teve de suportar todas as manipulações através das quais ela própria era *usada* para sustentar e fomentar o tipo descrito de “privatismo econômico”. [...] A coletividade arcava com os riscos e suportava, por mecanismos diretos e indiretos, a posição privilegiada do agente econômico. Isso indica que a competição não se inseria nas vias socialmente construtivas que relacionaram, nas sociedades capitalistas avançadas, propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição de renda e do poder. Ela foi rapidamente redefinida, tanto economicamente quanto social e politicamente, como um fator de distribuição estamental – e, portanto, fortemente desigual – da renda e do poder [...] (grifos do autor) FERNANDES, 2006, p. 187).

Pegamos como demonstração do caráter racista da nossa formação econômica a afirmação de Moura (1994) que diz que no Brasil, assim como em outros países vítimas do colonialismo, foi estabelecido mecanismos de dominação social mediadas por um balizador étnico capaz de sustentar as posições dos distintos grupos raciais que convivem juntos em um modo de produção que estabelece igualdade entre humanos. A partir disso, os brancos dominadores, se encarregaram de erguer aparelhos repressores e um arsenal ideológico que pudesse manter as etnias dominadas em sua posição de inferioridade, com pouca ou nulas chances de reverter essa dominação.

O problema de uma nação-país ou área que se formou após a expansão do sistema colonial e teve como componente demográfico membros de diversas etnias na composição de sua estrutura sócio racial – ou seja, da população nativa, da dominadora-colonizadora e daquela compulsoriamente trazida para o trabalho escravo – deve ser estudado levando-se em consideração o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado; os elementos de controle social e de repressão organizados pelo grupo populacional dominante/colonizador como aparelho repressivo/organizador; e a ideologia justificatória que essa estrutura de denominação produziu (MOURA, 1994, p. 130-131).

Como já abordado, o capitalismo no Brasil se desenvolve de forma dependente e racista devido a continuação da sua relação de subordinação às grandes potências econômicas, e por conservar elementos da hierarquia racial nascida no modo de produção escravista. Por isso a abolição não representou liberdade plena às pessoas negras e a nova sociedade que se erguia – a competitiva- daria novos contornos a opressão racial no Brasil.

⁶² Consideramos como uma das mais importantes estratégias nesse sentido tenha sido a política imigrantista .

A hegemonia do capitalismo diante das relações sociais pode ser verificada no processo de subsunção do trabalho ao capital, que na visão de Fontes (2010), significa que:

[...] passa a ser o capital, ou a lógica capitalista socialmente dominante, que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais (escapando, assim, da imediatividade da percepção prática e do senso comum) e sim de uma “economia” (e o próprio termo “economia” tende a apagar a vida social que a constitui) cujo fito é a própria produção de valor, sob qualquer forma (FONTES, 2010, p. 43).

Em nossa avaliação, o racismo tem relação de unidade e diferença com a esfera econômica. O racismo nasceu a partir de uma motivação gestada no âmbito da economia – expansão marítima e comercial, necessidade de acumulação por parte dos europeus -, mas se complexificou a ponto de assumir uma relação de autonomia em relação a essa esfera. Exemplo disso foi a preferência da classe dominante interna em empregar mais gastos para importar mão de obra estrangeira para industrialização do Brasil do que empregar ex-escravizados que aceitariam, por uma questão óbvia, remuneração mais baixa, bem como não representariam custos adicionais de transporte e hospedagem, pois já eram nativos do país. Nesse caso nota-se a relação dialética impressa no seguinte movimento da realidade: o racismo moldando o capitalismo e vice-versa.

3.2.1 A população negra na sociedade competitiva: o trânsito do bom escravo ao mau cidadão

Buscando analisar justamente os mecanismos ideológicos mobilizados pela classe dominante para conservar o/a negro/a nos piores extratos da sociedade que Moura desenvolve o estudo materializado no livro “O negro: de bom escravo a mau cidadão”. É uma obra importante para compreender a particularidade do capitalismo brasileiro e o seu impacto na população negra.

Nessa obra, nosso autor já aponta que no capitalismo o sistema de barragem social brasileiro é eficaz, mesmo não sendo instituído legalmente, pois é o poder material, aquele verificado na realidade concreta dos seres sociais, e historicamente determinado numa sociedade fundada sob o prisma da colonização, que garante que negros/as permaneçam nas posições de superexploração, e os/as brancos/as em condição de privilégios. Ou seja, não há uma lei oficial de segregação racial, mas existem cinco séculos de ultra compressão da população negra aos níveis mais baixos da pirâmide social.

Há uma mudança substancial na posição social que o/a negro/a ocupa entre a sociedade escravista à competitiva. Moura (2021) afirma que na primeira, as pessoas negras eram o centro da produção e da economia. Mesmo que de forma coercitiva, a população negra ocupava a maioria dos postos de trabalho. Na sociedade competitiva há um deslocamento dessa exclusividade do negro na organização econômica, agora ele passa a ser marginalizado no mercado de trabalho, tanto no setor urbano quanto no rural. Para isso, foi crucial o desenvolvimento de uma ideologia racista que não só justificasse a inabilidade do/a negro/a para viver no capitalismo, mas também o seu potencial danoso ao desenvolvimento social do país. O/a negro/a passa a ser lido então como inútil e inimigo.

Nessa obra o autor vai trabalhar mais a noção de “branco”, já que nas outras obras ele se referia a esse grupo mais como “classe senhorial”, tendo em vista o período da vigência do escravismo colonial mais abordado nas outras duas obras do autor pautadas por essa pesquisa. Mas em nota de rodapé o autor explicita que a sua visão de branco se refere mais ao caráter sociológico do que antropológico do termo, e dentro dessa ideia traz uma afirmação importante para se refletir as relações raciais. Segundo Moura, o ser branco no Brasil e sua autoidentificação tem relação com mecanismos de submissão econômica e cultural que o Brasil vive em relação aos países de capitalismo central. Por isso, o branco em nosso país se identifica como tal numa busca de se aproximar ao elemento colonizador e se diferenciar dos extratos mais oprimidos. Essa também é uma ideia abordada por Ramos (1957) quando ele trata da “patologia social do branco brasileiro”, considerando que a busca da autoafirmação do branco onde há menor índice de pureza racial, como no norte e nordeste.

[...] *O branco por autodefinição*, portanto, representa uma visão simbólica que as classes dominantes têm delas mesmas, reflexa da visão deformada de si e dos demais segmentos étnicos que compõe a sociedade brasileira. Escolhendo como padrão ideal para espelhar-se a cor branca, em decorrência do fato de sermos um país de visão reflexa, em consequência da nossa posição estruturalmente dependente e situacionalmente periférica como nação, essas classes querem se igualar, pela cor, à dos antigos colonizadores ou à dos países que lideram atualmente o neocolonialismo, a fim de se nivelarem àqueles que nos exploram. Desta forma, ao tempo em que se afastam das classes exploradas, unem-se ideologicamente às instituições e grupos que vêm como causa do nosso atraso o fato de sermos um país de maioria negra e mestiça [...] (MOURA, 2021, p. 39).

Muito das discussões realizadas sobre a marginalização do/a negro/a no pós abolição gravitavam em duas perspectivas: primeira, como aponta Moura (2021) foi bem trabalhada por Ianni no livro “Raças e Classes Sociais no Brasil” (1972). Nesse estudo autor atribui como motivação principal do negro não se integrar na sociedade competitiva a permanência do trauma da experiência da escravidão. Para Moura (2021) essa visão parte apenas de um

pressuposto endógeno da limitação da população negra, e toma as circunstâncias de marginalização do/a negro/a como resquício da escravidão. A segunda visão, a qual Moura (2021) irá defender, é da existência dialética entre fatores de continuidade e ruptura com a herança escravista. Para o autor, o processo de marginalização da pessoa negra é fruto sobretudo de um arsenal ideológico desenvolvido pela classe dominante já no decorrer da sociedade competitiva, por isso para o/a negro/a “[...] essa ideologia determinava a sua marginalização muito mais do que uma suposta herança escravista em nível psicológico que o autobarrava”. (Ibidem, p. 40).

Essa ideia está em conexão com a afirmação trazida por Silvio Almeida (2019)⁶³ de que o racismo não se trata apenas de uma herança do passado escravista, e por isso não pode ser visto como uma anomalia em uma sociedade que prega a liberdade e os direitos iguais. O racismo é uma necessidade social de uma sociedade dividida por classes. Por isso mesmo ele é atual e estrutural.

Para abordar a visão desenvolvida sobre o povo negro na velha e nova sociedade, Moura (2021) usa os termos de bom/mau escravo e bom/mau cidadão. Bom escravo seria aquele dócil, passivo, que aceita sem resistência sua condição de servilidade. Usa como exemplo a situação da mulher negra que ao deixar de amamentar seu filho, fazia sobrar leite para amamentar o filho da senhora. Já o mau escravo seria o contrário disso, seria aquele rebelde que foge para as matas e promove terror ao funcionamento do escravismo. O bom cidadão é considerado aquele que aceita a discriminação e deixa ser usado pelos interesses do/a branco/a, como exemplo cita o uso do/a negro/a apenas como elemento de divertimento para a indústria do turismo. O mau cidadão, portanto, é aquele que se conscientiza do racismo e busca atuar para romper com a estrutura que lhe oprime, é também o/a negro/a favelado/a, “alcoólatra”, criminoso/a, empregada doméstica, trabalhador/a em posições precárias. Para esclarecer essa visão sobre o que é bom ou mau comportamento do/a negro/a nos dois modos de produção, Moura (2021) diz que:

[...] *ruindade e bondade* são conceitos criados por uma classe social que detém condições de estabelecer o que é *bom* e o que é *mau* de acordo com os valores e ideias dominantes. São valores já estabelecidos e que se chocam com os emergentes na sociedade, pois, nem sempre, ou melhor, quase nunca, aquilo que é *bom* para os estratos que se situam no Cume da pirâmide coincide com que é *bom* para aqueles que se encontram na sua base. Por outro lado, o conceito de *moral* e a *formalização*

⁶³ Importante apontar que esse livro, “O racismo Estrutural” escrito pelo autor, teve grande repercussão na mídia e movimentos sociais. Foi bastante lido, vendido e comentado por militantes e não militantes do movimento negro. No debate que o autor faz sobre classe e raça no livro, ele cita Clóvis Moura para argumentar que a luta dos negros escravizados já era uma luta de classe, demonstrando assim o reconhecimento intelectual que o pensamento Mouriano passa a ter entre os intelectuais contemporâneos da questão racial.

de uma ética são também condicionados pelo tipo de estrutura social existente que lhe imprime o *ethos* fundamental e dominante (MOURA, 2021, p. 37).

Foi comumente difundida, no auge do eugenismo oficial, a ideia de que o povo negro não sabia lidar com a liberdade recém-conquistada, por isso estaria suscetível a se entregar à luxúria, drogas, sexo, etc., por isso também o/a negro/a não conseguiria competir com o branco/a, pois só esse/a último/a carregava consigo comportamentos e traços mais adeptos a uma vida regrada e moralmente aceitável, ou seja, pertencia a uma raça superior. Todo esse mecanismo ideológico se inicia a partir do medo das elites em conviver com a igualdade formal entre os indivíduos, propagado pela legislação liberal. Eugenismo e liberalismo no Brasil se confundem. (SANTANA; SANTOS, 2016).

Passam assim a encarar as consequências como causa. O/a negro/a, na visão eugenista, era pobre, favelado, sem instrução não porque foi liberto sem reparação social, e sim devido a sua predisposição genética, moral etc. Moura (2021) afirma que o/a negro/a passa a ser visado/a como alguém que possuía uma “inferioridade congênita”, sem possibilidades de cura.

Seguindo esse pensamento eugenista, dando racionalidade à ideia da predisposição de pessoas negras à prática do crime, Nina Rodrigues, no início do século XX, atribui a correlação negro-crime às questões religiosas e de inferioridade jurídica presente na população negra.

A sobrevivência criminal é, ao contrário, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve sê-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam. III. A contribuição dos negros a esta espécie de criminalidade é das mais elevadas. Na sua forma, esses atos procedem, uns do estágio da sua evolução jurídica, procedem outros do das suas crenças religiosas (RODRIGUES, 2010, p. 300-301).

Há de forma breve por parte de Moura (2021) o uso de dois termos típicos da psicanálise, para se referir ao racismo como uma proteção aos interesses de brancos/as em contraposição ao do povo negro, constatando que se trata, sobretudo, de “uma racionalização que o branco das classes dominantes criou para justificar o seu *Ego* através da deformação do *Alter*” (Ibidem, p. 30)

Moura (2021) coloca que a trajetória da marginalização do/a negro/a no pós abolição possui três motivações principais. A primeira se situa no plano histórico e objetivo do/a

negro/a não ter tido condições para conduzir uma revolução política que lhe desse liberdade e poder para participar ativamente da organização da nova sociedade. O segundo motivo se refere à condução da economia pela classe dominante branca, a qual promoveu um peneiramento social que elidia as chances do/a negro/a se integrar em condição de igualdade. E a terceira motivação se refere ao projeto de branqueamento conformado na política de imigração europeia, gerando uma verdadeira exclusão dos/as ex escravizados/as do mercado de trabalho.

Como mostra Kabenguele Munanga (1999), a intenção do projeto de branqueamento, expresso no pensamento de intelectuais eugenistas da época, como Silvio Romero era de que a mistura das 3 raças (branca, negra, indígena) no Brasil iria produzir uma homogeneização racial a longo prazo: o elemento biológico e cultural do branco se sobressairia. Romero acreditava que tomaria 3 a 4 séculos para o Brasil se tornar totalmente branco, já o pensador Joao Batista Lacerda, outro eugenista, dizia que levaria apenas 1 século, devido ao genocídio indígena e negro. Essas projeções ilustram o real interesse de destruição social da população negra, orquestrado pela elite racista.

Verifica-se, dessa forma, que além da marca da escravidão, o/a negro/a teve contra si um arsenal ideológico montado pelas elites para justificar sua marginalização e também em promovê-la continuamente como forma de impedir a mobilidade social da população negra (MOURA, 2021).

[...] o preconceito de cor no Brasil é a ideologia através da qual se manifesta o racismo nas suas diversas gradações e cria a imagem do *mau cidadão* negro. É responsável pela distorção de julgamento que se faz sobre o comportamento dos grandes contingentes populacionais de cor e determina uma série de medidas restritivas que – embora não codificadas – funcionam e estabelecem uma constelação de barreiras e desajustes consequentes que dificultam ou frustram a ascensão das camadas negras e mestiças no atual sistema (MOURA, 2021, p. 63).

A importação de mão de obra europeia significou, dessa forma, a tentativa de branqueamento da sociedade, sobretudo no que se refere aos postos de trabalho, mas significou também a transformação do povo negro em elemento importante no processo de compressão do valor de salário. Nessa afirmação Moura (2021) utiliza os conhecimentos da crítica da economia política marxiana/marxista ao desvelar o significado do desemprego numa sociedade competitiva. A função da massa sobrando no capitalismo opera como mecanismo inibidor de melhoria salarial, entre os já empregados, pois esses passam a aceitar qualquer forma de exploração devido a existência de muitas pessoas desempregadas desejantes de espaço no mercado de trabalho.

Conforme Theodoro (2008) aponta, o desemprego no Brasil já inicia mediatizado pelo racismo. As pessoas negras foram marginalizadas tanto da agricultura, sobretudo lavouras de café quanto da indústria que se dinamizava⁶⁴. Aos poucos, a população negra ia se tornando o exército industrial de reserva e os imigrantes, trabalhadores e integrados. O que restava, portanto, aos/às negros/as era ser mão de obra barata e precarizada.

Essa condição de marginalidade social gerou entre a população negra mortes por doenças virais, suicídios, uso abusivo de drogas, moradia e trabalhos precários, mendicância, informalidade etc.

Porém, autor chama atenção para o fato de se analisar a marginalização do povo negro considerando as especificidades de cada região no Brasil para não cairmos em interpretações equivocadas. Do ponto de vista qualitativo, reconhece o autor, que em todas as regiões há a vigência do racismo. Mas a conformação desse racismo no Sudeste, onde a sociedade competitiva adquiriu maior maturidade, possui especificidade devido aos mecanismos de barragem social erguidos com maior rigidez, para que se impedisse efetivamente ascensão social do grupo negro. Já no Nordeste, devido o baixo grau de dinamização econômica, o/a negro/a pôde ocupar alguns espaços que se abria naquela economia em decadência.

[...] o negro na Bahia, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, por participar de uma economia de baixo padrão, pode ir-se integrando dentro do ritmo quase inexistente de desenvolvimento dessa economia regional rústica, conseguindo boa parcela incorporar-se à sociedade emergente como agregado, meeiro, posseiro, arrendatário, “morador de condição” e assalariado agrícola, produzindo para os banguês e engenhos que passaram a municiar de matéria-prima as usinas ou outras unidades produtivas, bem como nas fazendas de pecuária (Ibidem, p. 51-52).

Diante do contexto de barragem social, a visão que prevalece sobre a mulher negra, segundo Gonzales (1983), é a de empregada doméstica, continuidade da posição de mucama, e a prostituição, perpetuação da condição de objeto sexual inaugurada no período da vigência do escravismo. Aos homens negros sobra o desemprego, informalidade, e a prática de crime contra o patrimônio. Nesse sentido, Clóvis (2021), ressalta que a prática de crime pelo sujeito negro tem um significado social que reverbera no olhar do branco sobre o negro: a partir do delito, o branco passa a enxergar o negro como mau cidadão, pois assim ele contraria o estereótipo de mãe preta e pai João, ambos considerados pela branquitude como pretos “bons” e conformados à submissão. Ao contrário dessa passividade, Moura alerta que a nova geração se percebe nesse contexto de assimetria racial e confronta essa lógica. Como se quisessem

⁶⁴ Moura (2021) coloca que foi muito rápido o processo de incorporação de negros na economia cafeeira e logo depois sua dispensa, cerca de 38 anos.

mais do que podem ter, querem direitos que não lhe são atribuídos, considerados, portanto, como negros/as ousados/as e perigosos/as pelo poder branco.

[...] ele pratica o crime não apenas pelos resultados materiais, mas, também, por uma vingança simbólica de romper com os valores sagrados impostos pelos brancos. a agressividade apresenta-se, então, como a forma pela qual ele se superioriza e consegue restabelecer a unidade da sua personalidade ambivalente. por outro lado, essa agressividade serve para que, diante de alguns setores da comunidade negra, ele adquira status de prestígio capaz de projetá-lo ao nível de liderança (MOURA, 1994, p. 213).

Em busca de demonstrar o arsenal ideológico montado para prejudicar a visão global sobre o povo negro, Moura (2021) cita o estudo feito por Ianni (1972) realizado com estudantes em Florianópolis. Dos 552 estudantes participantes da pesquisa, nenhum atribuiu as características de feio, sujo, desconfiado, complexo de inferioridade, macumbeiro, malcheiroso à imagem do Branco. Mas a maioria atribuiu as características de ladrão, desordeiro, submisso, humilde, preguiçoso, malandro, brigão, cachaceiro, feio e anti-higiênico à imagem do negro e mulato⁶⁵.

Os/as negros/as diante dessa barragem ideológica e material passam a reagir de forma coletiva ou individual. Moura (2021) cita a existência de um comportamento ambíguo e agressivo do/a negro/a diante das barreiras impostas pelo poder branco, como se a pessoa racializada se sentisse sufocada diante do pouco espaço social que possui para se desenvolver e se afirmar.

Esta dupla forma de comportamento – a ambiguidade e agressão – forma uma unidade, pois decorre, basicamente, da pequena faixa de espaço social no qual o negro tem se acomodar, prensado pelas barreiras da sociedade competitiva que não lhe propicia uma abertura para que possa circular livremente, em pé de igualdade, com as demais etnias. Esta falta de espaço social atinge fundamentalmente a sua personalidade, fazendo-o reagir de forma deformada, na medida em que a sociedade é também deformada e o comprime socialmente de tal forma que ele não tem condições de se autoafirmar e realizar-se como cidadão (MOURA, 2021, p. 64).

A partir dessa ideia, percebe-se que o autor busca identificar os impactos do racismo no âmbito subjetivo da população negra. Muito embora na década de 1970, quando o livro é publicado a primeira vez, o autor ainda estava vinculado a dinâmica da militância partidária do PCB, onde vigorava uma certa desconfiança aos temas ligados a subjetividade dentro do marxismo⁶⁶ hegemônico (VASCONCELOS, 2018).

⁶⁵ Termo usado pelo autor.

⁶⁶ Essa ideia de que o pensamento de Marx recusa estudos sobre a subjetividade humana, pode ser encarado como um aspecto da dificuldade de aplicação da dialética marxiana à leitura da realidade promovida pelo período stalinista (KONDER, 2008).

Este debate sobre a subjetividade negra vem ganhando cada vez mais notoriedade nas redes sociais e no interior do movimento negro, tendo em vista a incidência de suicídio entre pessoas negras, sobretudo os jovens. Um estudo divulgado pelo Ministério da saúde (2018) informa que de cada 10 suicídios cometidos por jovens no Brasil, 6 (seis) são de jovens negros.

Ainda nessa primeira parte do livro, Clóvis Moura busca desenvolver melhor os argumentos que explicam o processo de barragem que o/a negro/a sofre numa sociedade formada por relações de competições. Coloca o autor que mesmo quando o sujeito negro consegue ultrapassar o nível de barreiras materiais, alcançando qualificação, ensino superior⁶⁷ e assim alcançando melhor inserção no mercado de trabalho, há outra barreira que ele deve enfrentar que opera no nível dos estereótipos.

[...] quando um branco e um negro procuram emprego idêntico, dentro do mesmo nível técnico e profissional, o processo seletivo montado faz com que ele seja – na maioria das vezes – preterido nesses locais de trabalho. Mesmo se ele tiver capacidade idêntica à do branco, é marginalizado pelo processo de peneiramento que a sociedade competitiva exerce (MOURA, 2021, p. 75-76).

Diante do exposto, fica evidente que é essencial o estudo sobre a reatualização do racismo promovido pelo capitalismo, como forma de repensar as nossas relações sociais inquestionavelmente injustas. Pois é nesse contexto de competitividade, divisão de classe e regime de propriedade privada dos meios de produção, que observamos a fertilização das hierarquias sociais tão necessárias para se garantir a permanência de uma sociedade configurada para que uns sejam os empregadores e outros os empregados; e como o acesso ao emprego não pode ser universal no capitalismo, entre os empregados há um peneiramento racial evidente, que deve ser racionalizado para a manutenção da coesão social. Essa desigualdade entre a classe trabalhadora e entre detentores e não detentores dos meios de produção é agravado na atual fase neoliberal da economia capitalista mundial.

Apesar de apenas um dos três livros do autor Clovis Moura, analisado pela nossa pesquisa, ter sido publicado durante a vigência do neoliberalismo⁶⁸, consideramos que a obra “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?” publicado pela primeira vez em 1977, especificamente em sua primeira parte, contém já elementos que subsidiam a discussão do

⁶⁷ Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, publicada em 2021, a média do preço da hora de trabalho de uma pessoa branca com ensino superior no Brasil é de R\$ 33,8 já da pessoa negra com o mesmo nível de qualificação é R\$ 23,4.

⁶⁸ Porém no livro “Dialética Radical do Brasil Negro” escrito em 1994, no início da implantação do neoliberalismo no Brasil, possui poucas formulações e apontamentos sobre essa fase e sua influência na dinâmica das relações raciais.

agravamento do racismo no contexto neoliberal, pois essa fase é marcada pela acentuação do desemprego e da espoliação dos mais oprimidos. Interpretamos como valiosas as formulações feitas pelo autor nessa parte do livro, pois demonstram que as discussões trazidas por Moura transcendem o período histórico do qual foram produzidas, constituindo também contribuições valiosas para reflexão do tempo presente.

Embora Moura não ter cunhado tanto o termo “neoliberalismo” em suas discussões nos três livros analisados, notamos que no artigo “O racismo como arma ideológica de dominação” (1994) o uso do termo “imperialismo” expressou, em grande medida, as reflexões necessárias para compreensão do neoliberalismo. Essa fase que, em nossa visão, se configura como a acentuação do próprio imperialismo.

Consideramos imprescindível que no debate sobre relações raciais no Brasil e no mundo hoje seja inserido as análises sobre essa nova fase do capitalismo global em que vivemos, pois é notável que as mudanças operacionalizadas na esfera econômica e política produzem impactos significativos para a população negra.

Contudo, não se pretende trazer aqui um acúmulo denso sobre esse tema, apenas apresentar de forma breve o quanto o neoliberalismo significou a acentuação e transformação do racismo nas diversas esferas sociais.

Segundo Virginia Fontes (2010), essa fase do capitalismo é marcada pela hegemonia do setor financeiro em toda a economia a partir dos bancos e outros atores operantes no mercado monetário. Ainda afirma a autora que o movimento do capital⁶⁹ se intensifica cada vez mais, buscando com isso reduzir o tempo de extração de mais valor. A extração de mais valor só ocorre a partir da extração ampliada da mais-valia, o que gera a acentuação da exploração do trabalhador, por meio da intensificação e precarização do trabalho, demissões, terceirizações etc.

Ao agigantar-se a massa de capitais sob forma monetária em busca de valorização, os bancos tornavam-se os intermediários entre os diferentes grandes proprietários de capital monetário e as diversas maneiras possíveis de fazê-lo valorizar-se através de seu direcionamento aos capitalistas funcionantes [...] (FONTES, 2010, p. 31).

O que podemos extrair dessa afirmação é que o poder do capital financeiro é sintoma do próprio movimento do capitalismo em produzir concentração de renda. Essa concentração de capitais nas mãos de bancos e demais setores financeiros, segundo Fontes (2010), cria proprietários específicos de *capital-dinheiro*, esses que passam a controlar o setor comandado

⁶⁹ O movimento básico do capital segundo Netto e Braz (2006) é D -> M -> D' ou seja, Dinheiro- Mercadoria- Dinheiro portador de mais-valia.

pelos donos do *dinheiro-mercadoria* (os industriais), criando assim uma relação de submissão, onde cada vez mais é cobrado aos devedores (capitalistas produtivos) que ampliem sua taxa de exploração para ampliar mais extração da mais valia, e assim retornar capital ao setor financeiro acrescido de mais valor.

Moura (1994) analisando o período colonial aponta já para submissão do trabalho voltado para o lucro privado quando afirmou que os altos custos e o grau de dependência de nossa economia brasileira levavam a graus elevados de exploração do trabalho para que houvesse lucro tanto para a colônia quanto para a metrópole. Escravidão, como já dissemos, era a única forma de haver sistema econômico lucrativo para a classe dominante. Isso é evidente ainda hoje em períodos de capitalismo neoliberal, onde a precarização e ultra exploração fazem parte do arsenal desenvolvido para se garantir lucros a classe dominante em tempos de crise do capital. Dessa forma, Silvio Almeida (2019) ressalta que devido ao racismo ser conectado com a dimensão econômica, as mudanças operadas nessa dimensão, promovem também transformações nas manifestações da desigualdade racial.

O neoliberalismo se apresenta como saída da crise econômica iniciada nos anos 1970, mas ao contrário de representar uma cura ao contexto de desemprego e recessão, ele acentua-o, gerando países de economia dependente, o agravamento do cenário de miséria, precarização do trabalho, informalidade e desemprego. Aqui então encontramos o panorama ideal para inflamar mais a ideologia racista que media as relações sociais no Brasil desde sua invasão inicial.

Encontramos em Moura (2021) a explicação da motivação do aguçamento do racismo - e da xenofobia - em momentos de “insegurança no emprego” e diante de relativa ascensão de grupos oprimidos. Essa leitura é de suma importância para se entender a ascensão do neofascismo no Brasil após os 13 anos de governos democrático-populares, momento em que, segundo Júnior, Daflon e Campos (2012), a população negra conseguiu mais acesso à universidade e dessa forma, as melhores posições no mercado de trabalho. A disputa por emprego, segundo Moura (2021), faz com que o grupo privilegiado se sinta ameaçado por perceber que outro grupo marginalizado agora passa a se tornar um concorrente.

[...] O negro passa, assim, a tentar deslocar de posições já conseguidas pessoas e grupos que se sentiam seguros e estabilizados no rango que haviam adquirido na sociedade tradicional. a chegada desses elementos negros e mestiços que pretendem deslocar-se dos estratos inferiores em que se encontram, procurando disputar, no mesmo mercado, em nível superior, os empregos e cargos que estavam sendo ocupados por outros elementos, cria expectativas de comportamento específico no segmento ameaçado (MOURA, 2021, p. 76-77).

Outro aspecto que Moura (2021) salienta diz respeito a questão salarial: o grupo predominante teme que aquele que vende sua mão de obra mais barata, por pertencer a um grupo socialmente desvalorizado, lhe retire sua posição no mercado de trabalho. Por isso há uma relação entre racismo e xenofobia, pois ambos representam o barateamento do salário pago ao povo negro e/ou imigrantes, e conseqüentemente, pelo processo de compressão salarial que já nos referimos, ao conjunto da classe trabalhadora.

[...] todas as vezes que grupos profissionais, populacionais ou minorias nacionais procuram vender sua força de trabalho por preço mais barato do que aquele pelo qual era comprado antes, cria-se (por parte daquelas pessoas ou grupos que a vendiam anteriormente por preço mais caro) um preconceito acentuado contra eles, preconceito que é consequência e não causa da disputa do mercado de trabalho (MOURA, 2021, p. 77-78).

Por isso, segundo Martins (2012) e Gonzáles (1979), o capitalismo produz desigualdade no geral, mas também produz desigualdade no âmbito da própria classe trabalhadora, e o racismo operante no processo de disputa por espaço no mercado de trabalho é a prova disso.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos (GONZÁLES, 1979, p. 2).

Acerca da xenofobia e racismo aguçados no neoliberalismo, Mbembe usa o termo *devir-negro* do mundo se referindo à esse período de generalização da coisificação e descartabilidade de várias pessoas que não necessariamente são negras. Reitera o autor que nas primeiras fases do capitalismo apenas os/as negros/as sofriam esse processo, agora existe uma ampliação dessa condição no neoliberalismo à diversos outros povos, tendo em vista que agora o desemprego é um mal que atinge todo o mundo, pois “Já não há trabalhadores propriamente ditos. Já só existem nômades do trabalho. Se, ontem, o drama do sujeito era ser explorado pelo capital, hoje, a tragédia da multidão é não poder já ser explorada de todo [...]” (Ibidem, p. 14).

Por isso Moura (1994b) afirma que o racismo opera em dois níveis para a manutenção do poder da classe dominante. No âmbito externo, a partir do imperialismo, onde as nações centrais exploram os países povoados por pessoas não-brancas, e usa o racismo como racionalização desse processo. E no âmbito interno o racismo se desenvolve a partir da

legitimação da exploração e marginalização das pessoas negras inseridas na base da pirâmide social, por uma minoria branca detentora dos meios de produção.

Analisando as transformações do final do século XX, Moura aponta o fenômeno da renovação do racismo científico, operacionalizada a partir do desenvolvimento de pesquisas de cunho socio biológico. Essas pesquisas, maioria realizadas nos EUA, buscam atribuir determinados comportamentos à composição biológica dos seres humanos. O autor alerta que o crescimento de pesquisas desse teor, realizadas sob o comando do imperialismo, pode significar futuramente um extermínio genético dos povos não-brancos.

[...] os detentores dessa sofisticada tecnologia podem programar, por exemplo, a cor da humanidade ou de alguns grupos ou populações (de acordo com os seus critérios de valor étnicos) considerados de “maus genes”. Se considerarmos a ideologia de quem monopoliza essa tecnologia, os negros e os não-brancos serão o objetivo desse projeto e tentarão projetar um mundo branco e de robôs (MOURA, 1994b, p. 13).

A situação de marginalização da população negra, a maioria nos extratos mais empobrecidos da sociedade, tende a aumentar no neoliberalismo não só pela questão do desemprego e da disputa decorrente disso no interior da própria classe trabalhadora, mas também, como aponta Behring (2018) e Salvador (2010), pela questão do saque ao fundo público e desfinanciamento das políticas sociais, o que Ramos (2019), considera como um processo racista do Estado, pois esse desfinanciamento atua como um fator impeditivo e limitador do acesso de pessoas negras a serviços sociais básicos.

Já na década de 1990, início da implantação do receituário neoliberal no Brasil, Luísa Bairos et. al. (1990) alerta para a necessidade de refletir como as transformações ocorridas no mundo do trabalho tem se apropriado das desigualdades raciais para se enraizar no Brasil. Se refere ainda que essas mudanças na esfera produtiva e na superestrutura influencia no cenário onde grupos entram ou saiam da população economicamente ativa de acordo com o pertencimento racial, mediado pelos interesses do empresariado.

Por isso, Lélia Gonzáles (1979) considera que a juventude negra está mais vulnerável ao desemprego e informalidade em um país de economia periférica e de racismo endêmico. Os dois fenômenos juntos fazem com que os jovens negros sejam os que mais abandonam a escola, trabalhem precocemente, ou são atraídos para a vida do “banditismo” como forma de ter recompensas materiais e imateriais, tornando assim os famosos “pivetes”, “trombadinhas” e etc.

Para agravar mais ainda o contexto de desemprego e miséria provocado pelo Neoliberalismo, surgiu no início do ano de 2020, em âmbito global, a Pandemia da Covid-19.

Elpídio (2020) afirma que o Estado, capitaneado pela extrema direita, agravou mais ainda o panorama de desigualdade racial referente aos números de mortos pela respectiva pandemia, pois o direito ao isolamento social, moradia digna e renda não foi garantida a maioria da população negra. Segundo estudo do IBGE (2021), analisando o ano de 2019 e 2020, as maiores vítimas do desemprego acentuado por essa pandemia são mulheres, jovens e população negra. O Estudo coloca ainda que a população negra forma maioria nos seguintes setores da economia: Agropecuária; Construção; comércio, reparação e serviços domésticos. Demonstrando assim a segregação racial que ainda impera no mercado de trabalho.

A comparação entre os anos 2019 e 2020 das ocupações por nível de instrução revelou como os efeitos deletérios da pandemia COVID-19 no mercado de trabalho afetaram relativamente mais os grupos populacionais mais vulneráveis e com menor escolaridade. Os contingentes de mulheres (9-10,9%) e de pretos e pardos (-10,5%) sofreram maiores reduções nas ocupações, acima da média geral, considerando todos os níveis de instrução [...] (IBGE, 2021, p. 25).

Como mostra Almeida (2019), além do desemprego, o que marca o neoliberalismo são os discursos de austeridade fiscal⁷⁰, usados para legitimar o desfinanciamento de direitos sociais; discursos de empreendedorismo, para maquiagem o processo de desemprego em massa, e a disseminação da ideia de inimigo social, aqui ocupado pelos jovens negros, para racionalizar o assassinato da juventude negra e periférica.

Ainda de acordo com o autor, a nova engrenagem do neoliberalismo não atua para promover integração pela via da produção e consumo, agora há o reconhecimento da incapacidade de produzir e consumir de alguns grupos, como os jovens negros, devido sua inserção precária na vida social; e que diante dessa incapacidade são lidos como inúteis e descartáveis, e por isso mesmo, vistos como inimigos sociais, passíveis de eliminação física pelas forças repressoras. Em resumo, estamos aqui falando do clima de militarização social estimulado sob a égide do neoliberalismo que tem como consequência o agravamento do genocídio da população negra.

Segundo Netto e Braz (2006) a questão bélica sofre no imperialismo o efeito da concentração de poder nos monopólios. A indústria militar passa a mobilizar grande quantidade de capitais e exercer poder de influência junto aos Estados, seus maiores consumidores. Por isso o clima de militarização social serve para garantir os lucros do monopólio do setor armamentista. A figura do “inimigo externo”, abordado pelos autores,

⁷⁰ A aprovação da EC 95, em dezembro de 2016, que prevê o congelamento dos gastos sociais por 20 anos foi amplamente defendida por parlamentares da direita e pelo então presidente Michel Temer, sob o argumento da austeridade fiscal.

passa a desempenhar a função de estímulo de crescimento de gastos públicos no que se refere a corrida armamentista. Porém, vemos em Mandel (1982) que essa análise serve mais para se refletir a situação bélica de países de economia central, que devido à alta concentração de capital, acaba expandindo-o para outras fronteiras, ameaçando dessa forma a soberania nacional de países periféricos e gerando a recolonização do mundo. Essa nova invasão promovida por impérios, demanda investimento em armamento e poder bélico do Estado para garantir a sua hegemonia imperial.

Já outro ponto que merece reflexão é que vivemos em contexto em que a alta concentração de renda em poder de pequeno grupo de pessoas coexiste com o crescimento dos índices de miséria e espoliação da maioria da população. Essa intensa desigualdade produz no interior do sistema capitalista a necessidade cada vez maior de se recorrer a mecanismos de controle social, de forma direta e indireta, para a perpetuação de uma organização social completamente desequilibrada.

[...] uma sociabilidade deste tipo conserva e amplifica as contradições características do capital, modificando-se a institucionalidade que o sustenta. Precisa multiplicar atividades de convencimento, em todas as direções, desde a propaganda, passando pelo gigantismo tentacular da mídia proprietária, até as atividades culturais e associativas populares, redirecionando-as. Ao mesmo tempo, aumenta as formas de repressão, através da coerção econômica e da violência (FONTES, 2010, p. 298).

A violência empregada pelo Estado para combater o inimigo social, lido como pessoas negras e “maus cidadãos”, se materializa em um processo de militarização social e é racionalizado pelo discurso de guerra às drogas. Nesse sentido, Ribeiro e Oliveira (2018) apontam o caráter racista da atual lei de drogas brasileira, pois o seu potencial socialmente danoso recai na maioria das vezes na população negra e periférica, deixando imune pessoas brancas e de bairros nobres que também usam e/ou comercializam substâncias ilícitas.

Os resultados desastrosos do combate ao crime organizado e tráfico de drogas criminalizam ainda relações sociais em territórios “periféricos” inteiros, onde as forças de segurança agem de maneira mais ostensiva, utilizando-se prioritariamente da violência, além do flagrante corrupção de seus agentes. Esse modelo de combate ignora completamente a existência em igual incidência quanto ao uso e à constituição de outras formas de organização do tráfico de drogas nas demais camadas sociais, com privilégios de mercado seguro para pessoas brancas e de classes altas neste circuito. Ainda, não leva em consideração que não existem extensões de terra nas favelas para o plantio de maconha ou folha de coca e nem fábricas de armas. Ou seja, não existe justificativa racional para a concentração de recursos e ações ostensivas nesses lugares, fosse o real objetivo o desmonte do comércio ilícito das substâncias determinadas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2018, p. 38/39).

Assim, verificamos que o capitalismo hoje em sua fase neoliberal acentua as expressões do racismo basicamente a partir de três formas, a primeira ao aprofundar o processo de desemprego entre a população negra, que como abordamos tem origem no início do capitalismo no Brasil a partir das estratégias do poder branco em colocar o/a negro/a na posição de marginalizado na nova sociedade de trabalho livre; a segunda forma se dá no processo de sucateamento dos serviços públicos e desfinanciamento nas políticas sociais, deixando a população negra desamparada no que se refere a proteção social; e como terceira forma apontamos o agravamento do massacre do povo negro a partir de estratégia de militarização social e de repressão aos lidos como descartáveis. O capitalismo neoliberal se constitui, portanto, como um período de intensa degradação da vida da população negra, tanto pela via privada, do mercado de trabalho, como pela via pública, por meio do Estado.

4 A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E POLÍTICA DE CLOVIS MOURA PARA A LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL

4.1 Superação do mito da democracia racial

No imaginário coletivo brasileiro, apesar de ter ocorrido mudanças nas últimas décadas, ainda é muito presente a noção de que as relações entre brancos/as e negros/as é regida pela harmonia, e não pelo conflito, racial. A alta aceitação dessa ideia em nossa sociedade se deve, em grande medida, aos estudos do pensador Gilberto Freyre, expresso em seu livro “Casa Grande e Senzala”, publicado pela primeira vez em 1933. O pensamento freyriano foi alvo constante de críticas formuladas por Moura, muitas delas presentes nas três obras analisadas em nossa pesquisa.

Grande parcela da população brasileira, ainda hoje, não sabe quem foi Gilberto Freyre e/ou nunca leu seus livros, entretanto, vemos que as formulações desse pensador rebatem significativamente, de forma particular, no comportamento dos dois grandes grupos raciais que conformam a maior parte da população brasileira: brancos e negros. A maioria das pessoas brancas se inspiram nesses estudos ao postularem que por terem sangue de negro/a e/ou contato pessoal com pessoas negras – família, amigos/as, ou parceiros/as sexuais- estão imunes da posição “sujeito racista”, os que produzem e reproduzem desigualdades raciais. Já a maioria da população negra manifesta em seu cotidiano o impacto das ideias freyrianas de duas formas complementares: através da dificuldade de se auto identificar enquanto grupo negro, usando outros termos para fugir desse pertencimento racial, como “moreno”, “pardo”, etc. e a busca incessante de se embranquecer a partir da aproximação, objetiva e subjetiva, com pessoas do grupo branco.

Abordaremos nessa parte do trabalho mais uma valiosa contribuição do pensamento mouriano para a reflexão da particularidade das relações raciais brasileira, visto que o autor piauiense foi um estudioso incansável na busca da superação do mito da democracia racial, e dessa forma, na construção de um novo paradigma de leitura sobre da dinâmica racial no Brasil que apontasse para o reconhecimento do racismo e a sua superação.

Moura refutou o argumento histórico do mito da democracia racial no livro “Rebeliões na Senzala” (1959) e na primeira parte do livro “Dialética Radical do Brasil Negro” (1994), afirmando nessas obras a preponderância da contradição entre negros/as e brancos/as e não a sua conciliação na época do escravismo colonial. O autor esclarece que a inserção da população negra no catolicismo, o contato sexual de negros/as com brancos/as e o despendido

de cuidados reprodutivos - da mulher negra- à família branca são fatos que não se converteram em total assimilação e rendição das pessoas negras a condição de escrava. Ao contrário, tratava-se de uma estratégia de sobrevivência das/os negras/os diante de uma imposição social, marcada pela hierarquia racial.

Moura também refuta os postulados da democracia racial defendida por Freyre no contexto de capitalismo, principalmente na obra “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?” (1977), ao afirmar que a sobrevivência da interação cultural e a existência de relações afetivas-sexuais entre negros/as e brancos/as não pode ser lida como símbolo de integração social do povo negro em um país ainda comandado pelas classes dominantes brancas. Portanto, Moura se empenha em confrontar o pensamento freyriano sobre as relações raciais do ponto de vista do passado e do presente do país, ou seja, durante a vigência do escravismo ao capitalismo dependente.

Buscaremos apresentar aqui também as razões teóricas e políticas da construção desse arsenal ideológico no Brasil, o qual atuou com eficiência no mascaramento das contradições raciais presentes em nossa formação social. Amparados no pensamento mouriano, mostraremos as críticas diretas e indiretas realizadas pelo nosso autor para combater esse mito, tão enraizado em praticamente todos os setores sociais, inclusive entre o qual Moura se vinculava, o da militância comunista/marxista.

Um ponto salutar antes de iniciar a discussão se trata da definição sobre o que é racismo. Pois a partir desse entendimento é possível analisar se as relações raciais no Brasil são mediadas pela harmonia racial ou pela predominância da desigualdade racial. Os defensores do mito da democracia racial normalmente partem da concepção individualista de racismo, que como apontado por Almeida (2019) se refere a ideia de que esse fenômeno se materializa apenas em atos de discriminação direta e pontual, não reconhecendo os aspectos conjunturais do problema. Porém, se levarmos em conta, de acordo com Almeida (2019), que o racismo é estrutural, e que molda a economia, política, cultura, direito e ciência, saberíamos que mesmo existindo grande número de convivência entre brancos/as e negros/as no mesmo espaço social, o racismo ainda prevalece como mediador geral de toda nossa organização social, pois é o grupo branco que detém a hegemonia dos meios de produção e das instituições que controlam as relações sociais.

Trazendo para o contexto político atual, vemos como há uma luta contra o enterro total dessa ideologia, a partir da propagação dos discursos que denominam como “mimimi” a denúncia empenhada pela população negra sobre os casos de racismo ocorridos em diversos espaços. Essa mesma população negra que hoje, a partir do seu ingresso nas universidades - e

consequente possibilidade de produzir ciência advinda dessa inserção -, consegue identificar e criticar as contradições presentes em nossa formação social e passam, com isso, a reivindicar mais direitos e espaços de poder em um país que explorou gratuitamente mão de obra negra por séculos. Esse movimento bem captado por Gonzáles (1984):

[...] E culminando, pinta este orgulho besta de dizer que a gente é uma democracia racial. Só que quando a negrada diz que não é, caem de pau em cima da gente, xingando a gente de racista. Contraditório, né? Na verdade, para além de outras razões, reagem dessa forma justamente porque a gente pôs o dedo na ferida deles, a gente diz que o rei tá pelado. E o corpo do rei é preto e o rei é Escravo (Ibidem, p. 239).

O cenário político hoje do Brasil, marcado pela polaridade do que se entende de esquerda e direita, reverbera também na formação de outro tipo de polaridade: entre os que defendem a existência da harmonia racial e os que denunciam a existência do racismo. Porém, não podemos esquecer que há outro grupo que não prega a existência da harmonia racial nem como presente e nem como futuro, ao contrário disso, pregam explicitamente a eliminação da raça negra. Esse grupo, no atual contexto de criminalização formal do racismo, não consegue incidir publicamente nos debates formais sobre as relações raciais, mas por meio da internet e redes sociais, alcançam grandes plateias e adeptos. Tal grupo tem crescido nos últimos períodos, após a vitória da extrema-direita ao poder, colocando o Brasil como o país que possui 334 células nazistas, concentradas na região sul e sudeste (PICHONELLI, 2021).

O núcleo da sustentação argumentativa do mito da democracia racial repousa basicamente em duas ideias. A primeira se refere ao intercâmbio cultural entre cultura africana e lusa, que no Brasil, segundo Freyre, se deu de forma horizontal e massiva. A segunda ideia se baseia na visão da romantização da miscigenação racial, fruto da relação sexual entre pessoas negras e brancas. Portanto, na visão freyriana, como resultado da mistura cultural e biológica entre as duas raças, temos no Brasil o desenvolvimento de relações raciais harmoniosas e democráticas.

A princípio Moura considera que não há como falar em democracia racial onde sequer existe democracia social, no sentido mais amplo do termo, de participação política e econômica de toda a classe trabalhadora. Com essa afirmação o autor intenciona mostrar que em países de economia dependente, onde impera a submissão ao capital externo e a superexploração da mão de obra, não há condições objetivas para que se desenvolva qualquer tipo de democracia. Pois a própria produção e reprodução da vida é condicionada por desigualdades estruturais. Nesse sentido, o autor transmite uma mensagem tanto para o movimento negro, da importância em conduzir a luta antirracista também numa direção

anticapitalista, quanto também para os pensadores freyrianos, em apontar que uma visão de democracia com ênfase apenas na dimensão interpessoal se constitui um equívoco analítico.

No livro “O negro: de bom escravo a mau cidadão?” (2021), vemos como Moura apresenta sua análise sobre as relações inter-raciais no âmbito privado, tirando essa discussão do lugar de invisibilidade e ocultamento, passando a explicitar as manifestações do racismo até mesmo nas relações afetivas: o ponto essencial na justificativa freyriana de equilíbrio inter-racial. Nesse livro, o autor coloca também que a ideia de “democracia racial” se desenvolve através da premissa da existência do “bom senhor” no escravismo, aquele que compartilhou seus costumes e vida privada com o cativo. Nessa visão, não cabe dizer que no Brasil há racismo justo porque a própria escravidão, incubadora da discriminação racial no país, foi branda tomando em comparação a escravidão desenvolvida nos EUA. Na concepção de Moura (2021), essa analogia é equivocada e não leva em consideração dois pontos cruciais sobre o assunto: a de que no Brasil existiram melhores condições de reposição da mão de obra escrava, visto que nosso país tinha uma posição privilegiada na rota do tráfico negreiro mundial; e a de que nos EUA houve a abolição do tráfico de escravos bem antes – já em 1808- da realizada no Brasil; sabendo disso, veremos que o emprego de castigos físicos e regimes de alta exploração do trabalho foram bem significativos no Brasil devido as condições objetivas acima citadas.

O escritor de Almirante/PI confronta esta ideia de benevolência da classe senhorial, afirmando que os portugueses, assim como todos os colonizadores foram extremamente violentos em suas invasões e explorações coloniais. Portanto, a noção de que os lusos eram mais tolerantes com outros povos, defendida por Freyre, é falsa e alimenta uma pretensa romantização das relações escravistas. No relato a seguir de Freyre fica latente essa leitura de glorificação de um período que na verdade deveria ser lido como sendo de martírio e degradação humana.

[...] trazemos quase sempre todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi nosso primeiro companheiro de brinquedo (FREYRE, 2003, p. 367).

Interessante notar que Freyre traz o relato da convivência inter-racial no escravismo sob o seu próprio ponto de vista, não só como escritor, mas enquanto indivíduo homem-branco, aquele que é cuidado e servido por pessoas negras, essas últimas em condição de

serviçais e submissas a um poder externo. Notavelmente o autor não se dedicou em relatar o panorama dessas relações sob o ponto de vista das pessoas negras, essas que ocupavam o lugar de objeto sexual e de geração de lucro no escravismo. Provavelmente se o livro “Casa Grande e Senzala” tivesse sido escrito por uma mulher negra, veríamos outras análises sobre o lugar das mulheres escravizadas no contexto de trabalho servil, essas que muitas vezes deixavam de amamentar seus próprios filhos para fazê-lo pelo filho da senhora, e/ou que era obrigada, direta e indiretamente, a praticar sexo com o seu senhor. Diante dessa reflexão, cabe então as seguintes perguntas: esse livro teria chegado à publicação? E se sim, seria bem aceito e tornado hegemônico nos círculos acadêmicos em plena década de 30/40/50? Queremos com essas interrogações demonstrar que a elaboração e propagação do mito da democracia racial possui íntima conexão com a hegemonia que a branquitude exerce no controle da cultura e da ciência.

Por isso, é válido afirmar, com base em Moura, que de fato o mito da democracia racial é uma visão branca sobre a questão do racismo, foi um branco, a partir da sua posição de prestígio social, decidindo o que era racismo ou não.

Constatamos então que se essa tese tecida por Freyre, de que aproximação cultural e sexual elimina a existência de desigualdade entre os envolvidos, fosse mesmo verdadeira teríamos então que reconhecer que o machismo não existe, pois os homens foram amamentados e tiveram seus cuidados primários feitos por mulheres, sua vida sexual e/ou afetiva (mãe, irmãs, amigas etc.) também é mantida com mulheres. Porém, o que vemos na realidade são os altos índices de feminicídio, estupros e demais tipos de violência de gênero. Por isso percebe-se que muitas vezes, a luta contra o machismo e racismo, no bojo das lutas sociais, são vistas como secundária e em constante disputa em torno do que é ou não manifestação da opressão de raça e gênero. Já que como a contradição entre trabalhador e patrão, rico e pobre, é mais visível e formal, na maioria das vezes sem laços de afeto envolvido, inferimos que por isso essa reivindicação se coloca em um lugar de maior consenso entre a sociedade geral.

A ideologia do mito da democracia racial exerceu papel importante em abafar os conflitos raciais no Brasil em dois aspectos. O primeiro foi o de legitimar as desigualdades a partir da defesa da meritocracia, insinuando que o povo negro ocupava as piores posições por uma questão de incompetência singular, eximindo assim o branco de assumir seu papel de opressor e de reconhecer a existência de uma estrutura racista que lhe concede privilégios; e o segundo ponto foi o de neutralizar a rebeldia negra e dificultar sua auto-organização, pois se não há racismo não há por que lutar. O propósito da miscigenação como projeto de

dominação é ilustrado nessa citação trazida por Skindimore (1976) sobre uma conversa entre um membro da elite dos EUA e da brasileira.

[...] Vocês nos Estados Unidos conservam os negros como um elemento inteiramente separado, e tratam-nos de maneira a influir neles o respeito de si mesmos. Permanecerão como ameaça à sua civilização, ameaça permanente e talvez, depois de mais algum tempo, crescente. Entre nós, a questão tende a desaparecer porque os próprios negros tendem a desaparecer e ser absorvidos ... O negro puro diminui de número constantemente. Poderá desaparecer em duas ou três gerações, no que se refere aos traços físicos, morais e mentais. Quando tiver desaparecido, estará seu sangue, como elemento apreciável, mas de nenhum modo dominante, em cerca de um terço do nosso povo; os dois terços restantes serão brancos puros. Admitindo que a presença de elemento racial negro represente um leve enfraquecimento de um terço da população, os dois outros terços terão, ao contrário, força integral. **E o problema negro terá desaparecido.** No seu país foi toda a população branca que guardou a força racial de origem, mas o negro ficou, e aumenta de número, com o sentimento cada vez mais amargo e mais vivo do seu isolamento, de modo que a ameaça que representa será mais grave no futuro. Não tenho por perfeita a nossa solução, mas julgo-a melhor que a sua. Fazemos face, vocês e nós, a alternativas diferentes, cada qual com as suas desvantagens. Penso que a nossa, a longo prazo e do ponto de vista nacional, **é menos prejudicial e perigosa que a outra**, que vocês nos Estados Unidos, escolheram ([grifos nossos] ROOSEVELT apud SKINDMORE, 1976, p. 92-93).

O fenômeno da miscigenação, tão cultuado por freyrianos, é apontado por Moura (2021) como um processo essencialmente violento, que elegeu como maior vítima a mulher negra. Essa que para o autor sofre duplamente por ser mulher e por ser negra.

[...] a miscigenação, dentro dos quadros da sociedade escravista, tão louvada por esses estudiosos, nada mais foi do que a mais desbragada exploração sexual da mulher escrava, no nosso caso particular da negra. Esse intercurso sexual que muitos sociólogos apresentam como virtude do colonizador, que, desta forma, se teria mostrado democrata e compreensivo é outro mito que precisa ser desmontado nas suas diversas partes e desmistificado[...]" (MOURA, 2021, p. 83-84).

Ao contrário de ressaltar o teor violento dessa relação sexual entre homem branco e mulher negra, ganhou eco a visão da “preta quase rainha”, apresentada por Gilberto Freyre, ao se referir as negras como pessoas beneficiadas pela posição de amante de portugueses. Ganhou destaque também a ênfase na preferência sexual do branco colonizador pelo contato sexual com mulheres negras, inferindo o autor, que isso constituía uma qualidade do branco brasileiro/português.

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar no Brasil [...] do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil – talvez expliquem por si sós, aquela predileção. Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra. De rapaz de importante família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe o casamento com primas ou outras moças

brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas [...] (FREYRE, 2003, p. 368).

Nota-se que no decorrer da obra, apesar do autor reconhecer que o ambiente da escravidão ter sido propício para o desenvolvimento de práticas sexuais pautadas na relação de poder entre senhor-escrava, há uma ênfase culturalista que se empenha mais em apresentar os aspectos psicológicos e antropológicos de tais relações, dando a impressão de que ocorreram de forma voluntária e genuína.

Salienta o nosso autor marxista, que diante das sucessivas práticas sexuais entre brancos e negras na colônia, os jesuítas interferiram não solicitando que houvesse o casamento entre ambas as partes - para que o sexo seja praticado fora da lógica do pecado cristão- e sim para que a metrópole enviasse maior quantidade de mulheres brancas para o Brasil. Moura (2021) usa essa decisão da igreja diante do contexto colonial para mostrar que o racismo atravessava todo o comportamento religioso e senhorial da época, pois o casamento era visto por esses setores como uma união possível apenas entre indivíduos brancos, mesmo tendo conhecimento das práticas sexuais ocorridas fora dessa norma. Mas o autor também usa esse fato para dizer que a prática sexual recorrente entre homem branco e mulheres não-brancas, não se dava por uma preferência do colonizador por mulheres negras e indígenas, como defendia Freyre, mas também por uma questão objetiva de ausência de mulheres brancas.

Nessa discussão sobre a miscigenação racial produzida no Brasil escravista é de suma importância a análise mouriana sobre o papel desempenhado pela mulher negra nesse tipo de sociedade. Apesar de Moura nas três obras analisadas abordar pouco⁷¹ sobre essa particularidade, foi possível extrair alguns pontos para o debate. De modo geral, Clóvis reconhece que a posição da mulher negra, enquanto escrava estava em situação de dupla objetificação, pois ela era lida como um meio de geração de lucro e de satisfação sexual.

A mulher negra era o instrumento, o objeto de uso do macho branco e quando se diz *trabalhar* inclui-se ir para a cama com o seu senhor. Assim como o escravo do eito era visto como coisa, a negra na cama era vista pelo senhor da mesma forma: objeto de uso. Daí surgiu o estereótipo da lubricidade, falta de pudor e vergonha, da luxúria e sensualidade exagerada da mulher negra que, por isto, servia apenas para o ato sexual ([grifos do autor] MOURA, 2021, p. 86).

Podemos notar que ainda hoje no capitalismo ocorre a perpetuação dessas relações no âmbito do trabalho doméstico remunerado, esse que é executado em sua maioria por mulheres

⁷¹ Tendência oposta se verifica atualmente, onde o debate sobre a realidade da mulher negra tem assumido cada vez mais importância nas discussões sobre as relações raciais no Brasil.

negras. Por se situarem na base da pirâmide social, essas mulheres se veem na posição de ter que vender suas forças de trabalho para uma família, geralmente branca, executando afazeres domésticos em troca de uma renda. Nessa circunstância, acabam também passando, segundo Corossacz (2020), por situação de assédio sexual por parte do marido e/ou filhos de suas empregadoras. Trata-se de um assédio tão naturalizado, segundo a autora, que ao invés de denunciar, muitas preferem apenas abandonar o emprego, temendo a reação da patroa.

Moura não considera que a relação sexual e/ou afetiva entre negros/as e brancos/as pode ser tomada como sinônimo de igualdade racial nem quando ocorriam nos marcos do escravismo⁷², tampouco na vigência da sociabilidade capitalista. Isto porque, na visão do autor, mesmo nos casamentos entre brancos/as e negros/as, no pós abolição, há a incidência de conflitos e tensões relacionados à partilha de propriedade familiar, *status quo* e dos aspectos fenotípicos do fruto de tais uniões (os filhos). Esses três pontos: a riqueza, o status e a aparência; representam o núcleo central da rejeição, por parte do grupo branco, e o empenho pelo grupo negro, à união inter-racial.

[...] no plano da pequena burguesia, onde o casamento interétnico existe, embora seu número seja muito menos frequente do supõem os defensores da nossa 'democracia racial', o negro ainda é a presença de padrões de comportamento indesejáveis, desarticulador, por isto, do rotineiro e estabelecido, criando áreas de tensão com a classe superior a ela e *sujando o sangue* da família em relação ao julgamento das classes dominantes. É, de qualquer forma, a penetração daquele elemento do qual se deseja fugir – especialmente se a família for mulata – para conseguir branquear-se definitivamente. Um elemento negro que penetra, através do casamento, nesses grupos familiares, representa a volta ao passado que deve ser reprimido da memória, a estigmatização e a regressão. O negro penetra, assim, como *nódoa do passado escravista* que deseja esquecer ([grifos do autor] MOURA, 2021, p. 87).

Nessa citação estão expressas duas manifestações do racismo no âmbito do matrimônio entre negros/as e brancos/as. A primeira se refere à rejeição desse tipo de união pela família branca, que vê nessa associação a perda e/ou diminuição de capital físico e simbólico. E a segunda se refere à rejeição praticada pelos/as próprios/as negros/as aos casamentos inter-racial, pois passam a ver a associação com o grupo branco a possibilidade de ascensão social e de distanciamento de características físicas lidas como inferiores.

Para dar mais base a sua afirmação da reprodução do racismo mesmo em relações privadas e afetivas, Moura (2021) aponta que os sentidos do casamento em uma sociedade capitalista estão para além de fatores genuinamente afetivos, circunscreve também motivações econômicas e materiais, pois a união de duas pessoas, é também a união de duas famílias e de

⁷² Até mesmo porque os filhos dessa relação permaneciam na condição de escravo (MOURA, 2021), como exemplo, Munanga (1999) cita o caso de Luís Gama, jurista negro importante que era filho de mulher escravizada e homem branco, sendo vendido por seu próprio pai como escravo para outro dono.

seus respectivos acúmulos materiais e imateriais. Por isso, infere o autor, que o casamento de uma pessoa branca com uma negra significa um movimento desfavorável⁷³ aos ganhos secundários envolvidos na união de duas famílias. Ao mesmo tempo que, segundo Azevedo (1975), essa rejeição ao elemento negro no matrimônio pode ser atenuada, caso ele possua mais riqueza material que a/o companheira/o branca/o.

Por isso, segundo Moura (2021), quando se presencia a união de uma mulher branca com um homem negro, logo há a pressuposição de que esse homem detém muita riqueza e que essa mulher branca é pobre⁷⁴, mãe solteira e/ou alguma outra situação que lhe coloque em lugar de inferioridade social a esse homem. Isto é: ou esse homem negro possui algum atributo econômico muito significativo capaz de lhe colocar em situação de vantagem à uma mulher branca, ou essa mulher branca se encontra em uma posição de maior pobreza e/ou de discriminação social capaz de lhe fazer sujeitar à uma associação com um sujeito negro.

Diante dessa ideologia racista que operou na rejeição de casamentos inter-racial, Moura (2021) nesse ponto faz uma reflexão da realidade brasileira em relação aos EUA - país onde de fato houve leis que proibiam esse tipo de união - dizendo que “[...] No Brasil, o nível de barragem não chega à segregação, mas funciona através de mecanismos de peneiramento menos visíveis, mas, nem por isto, menos atuantes” (Ibidem, p. 97).

Moura (2021) exprime, portanto, que essa tese de que os casamentos inter-raciais possibilitaram uma democracia racial é enganosa e infundada, pois neles próprios são verificados o atravessamento do racismo de diversas formas. Como também essas relações ficaram restritas ao âmbito das classes médias e baixas, permanecendo as famílias mais ricas e tradicionais, sobretudo de São Paulo, totalmente brancas.

Desse modo, o autor extrai duas lições sobre a presença dialética do racismo nas relações formais e informais. A primeira se refere ao fato de que o sistema de barragem social construído contra o povo negro no pós-abolição atuou não só como um obstáculo na ascensão interclasse, mas também interfamiliares. E a segunda é de que a premissa da harmonia racial, ancorada na ideia de convivência pacata entre relações amorosas-sexuais de negros/as e brancos/as, é ilusória, uma vez que o próprio casamento, enquanto tal se situa como uma união permeada de interesses econômicos, o que gera uma abertura para a aplicação da

⁷³ Moura faz um alerta importante a respeito desse tema, afirmando que a questão da rejeição ao casamento Inter étnico não gravita em torno de um ideal estético, do negro ser feio ou bonito, o ponto principal está na questão econômica e de *status quo* gerada nesse processo.

⁷⁴ Moura (2021) acrescenta ainda, que quando não se verifica esse abismo econômico e moral entre as duas partes da união inter-racial, já se atribuem o motivo ao desequilíbrio mental da parte branca ou de feitiçaria e desempenho sexual da parte negra.

ideologia da inferioridade negra, elaborada principalmente para marginalizar o negro do mercado de trabalho.

A premissa de que o casamento, no geral, pode se constituir como um polo de ascensão social para os/as negros/as e de regressão social para os/as brancos/as nos remete a discussão trazida por Oracy Nogueira (1998) no livro o “*Preconceito de Marca,*” onde ele trata da especificidade do racismo no Brasil diante do que é praticado nos EUA. Nesse país o pertencimento racial está mais voltado aos parâmetros de cunho biológico, impedindo assim a fuga racial através do casamento. Já no Brasil o pertencimento racial está mais ligado as marcas físicas, culturais e sociais de um indivíduo, gerando assim uma maior possibilidade de camuflagem racial do grupo negro/a, despertando nesse o desejo permanente de realizar um distanciamento da condição de pessoa negra nessa sociedade racista a partir de sua aproximação e aliança com o grupo branco.

Por isso, percebemos que o racismo, como sistema ideológico, atua de duas formas: a maneira como branco age com o/a negro/a; e a maneira como negro/a age consigo e com suas aspirações.

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o "passing" que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indistigáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto os mulatos quanto os chamados negros "puros" caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos os acessos abrindo mão da formação de sua identidade de "excluídos" (MUNANGA, 1999, p. 88).

Uma das expressões do racismo brasileiro identificada por Nogueira (1998) se localiza no plano discursivo, e se dá através da defesa de um igualitarismo entre as raças: a ideia de que todos são iguais, não importando o pertencimento racial dos indivíduos⁷⁵ nas relações pessoais. Já outra expressão desse racismo se ancora no plano material, onde desde a colonização existia, por diversas razões, o entrelaçamento sexual entre brancos/as e negros/as. Por isso, para o autor:

[...] a ideologia brasileira de relações raciais é ostensivamente miscigenacionista e igualitária, ao mesmo tempo que encobre, sob a forma de incentivo ao

⁷⁵ Há a disseminação de falas que defendem a valorização de qualidades pessoais de um indivíduo, independente de seu pertencimento racial, muito embora todos sujeitos negros conseguem perceber, em seu cotidiano e em sua vida, expressões severas de preterimento racial devido sua marca social enquanto pessoa negra (NOGUEIRA, 1998).

branqueamento e de escalonamento de indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-reptício de preconceito (NOGUEIRA, 1998, p. 196).

Devido a essa abertura oferecida pelo racismo brasileiro, do embranquecimento a partir da miscigenação, temos como consequência uma maior dificuldade de organização do povo negro para lutar contra o racismo e de construir de sua identidade racial, diferentemente dos EUA, onde o racismo aberto estimulou a autoidentificação e luta coletiva da população negra para reivindicação de sua cidadania. Por isso, para Nogueira (1998) o preconceito de marca, vigente no Brasil, tem como diferencial ao preconceito de origem a questão de sua dinamicidade e diferenciação na execução da discriminação racial, que é regida de acordo com as características negroides que determinado sujeito carrega. Ou seja, é um preconceito que pode ser atenuado ou agravado a depender das características sociais e físicas que uma pessoa acumula e que são lidas socialmente como específicas do grupo negro. Esse processo delegou consequências para como se pauta o fim do racismo nos dois países: nos EUA de forma mais grupal, e no Brasil, no pós-abolição, se deu também⁷⁶ de forma individual, pois basta o sujeito se branquear para alcançar maior êxito social. Mas aponta Neusa Santos Sousa (1983), que essa corrida da pessoa negra por ascensão social, como forma de se livrar do racismo, acarreta sentimentos e situações perturbadores no processo de identificação e pertencimento racial.

Ainda de acordo com Nogueira (1998) essa concepção do racismo brasileiro nos permite entender que ele é guiado substancialmente por critérios de marca e aparência; por isso mesmo, ele é formado como uma espécie de linha com dois polos, onde de um lado há a figura do/a branco/a como superior, e de outro lado, o/a negro/a retinto/a como o mais inferior, e ao meio da linha se situa grupos intermediários, isto é, as pessoas negras de pele mais clara. Moura (1994) dialogando com essa ideia afirma que desde o período colonial, os/as negros/as mais claros/as – pardos/as livres -, se organizavam para reivindicar tratamento igual aos do branco, e não para libertar todo povo negro do julgo da escravidão. Dessa forma a miscigenação pode atuar como forma de repelir a organização do conjunto da população negra- desde os mais claros até os mais escuros- fortalecendo assim o próprio racismo.

Esse seccionamento ideológico da população não-branca, que setoriza as suas reivindicações, que desde o estímulo às diferenças tribais aproveitadas e estimuladas pelos colonizadores, até à rejeição ou indiferença dos mulatos livres de se incorporarem à luta pela abolição, defendendo nos seus jornais somente reivindicações específicas do seu segmento étnico é também reflexo de uma tática da classe senhorial e dos seus aparelhos de dominação ideológica no sentido de

⁷⁶ Pois consideramos que também existiram, e ainda existem, formas coletivas de luta antirracista no Brasil, algo ocorrido não apenas nos EUA.

dividir e neutralizar a unidade de toda essa população não-branca, nas suas diversas gradações de miscigenação e de hierarquização social. Essa visão competitiva dentro dos diversos segmentos não-brancos é uma manipulação antiga que vem desde o conde dos arcos em relação aos batuques (MOURA, 1994, p. 153).

Constatando o impacto da ideologia da miscigenação, esse componente essencial do mito da democracia racial, Moura (2021) afirma o seguinte: “[...] a ideologia mitológica da ‘democracia racial’ é um complemento à do branqueamento progressivo pela miscigenação...” (ibidem, p. 105). Por isso mesmo, Moura (1994) reflete que essa miscigenação não reverberou em aceitação das diversas raças e etnias de seus traços físicos e culturais, ao contrário, a miscigenação por se dá sob o incentivo do branqueamento promoveu, como já dito, uma deformação na identidade racial dos/as negros/as e a busca incessante por parte deles/as de se igualar ao branco.

[...] os segmentos não-brancos através de um processo alienador interiorizavam os valores brancos das classes dominantes que os colocaram como sendo inferiores, num trabalho subliminar cujo resultado foi conseguir que essas populações queiram fugir do seu ser, da sua concretude étnica, refugiando-se numa identidade simbólica e deformada. [...] a miscigenação não democratizou a sociedade brasileira nem aceitou os padrões culturais e étnicos não brancos como iguais. Criou em cima dessa população miscigenada uma escala de valores discriminatória da qual ela procura neuroticamente fugir (MOURA, 1994, p. 157).

Por isso, afirma Almeida (2015) que embora o projeto das elites brasileiras em embranquecer demograficamente⁷⁷ a população não tenha tido total sucesso, o embranquecimento no campo cultural e psicológico até hoje possui êxito e é verificável em dois aspectos: na busca latente da população negra em se aproximar do ideal branco e no controle quase que exclusivo dos aparelhos de dominação social exercido pelos brancos. Ou seja, ainda que tenham ocorrido processos massivos de miscigenação, o investimento ideológico racista protagonizado pelas elites, foi profundamente eficaz, na medida em que conseguiu manter o poder social nas mãos de uma minoria branca, mesmo a grande massa da população sendo negra. E mesmo quando esses setores dominados ocupam espaços relevantes na estrutura de poder, a ideologia do branqueamento inibe as tentativas de transformação substanciais.

Munanga (1999) afirma que a tentativa de se criar uma identidade mestiça no Brasil, por meio da miscigenação, gerou um processo de apagamento étnico da população negra. Esse apagamento trouxe como consequência para o movimento negro contemporâneo, uma

⁷⁷ Moura (2021) constatando em 1977 a diminuição da população negra expresso nos censos populacionais, afirmou que o branqueamento do Brasil não se deu tanto pelo casamento inter-racial, mas pela própria eliminação física dos negros, jogados na marginalidade e miséria e sem condições de sobrevivência.

dificuldade de organização e mobilização da comunidade negra em busca de transformações sociais efetivas. A visão que diz que o/a negro/a não é negro/a, e sim moreno/a ou pardo/a dificultou, como já dissemos, a autoidentificação e auto-organização do conjunto da população negra, assim como hoje há a dificuldade de organização e aglutinação de interesses em comum de muitos trabalhadores informais - trabalhadores de aplicativo e ambulantes – devido o discurso que colocam esses trabalhadores como empreendedores, empresários de si próprios, e não como sujeitos explorados.

Ainda segundo Munanga (1999), o debate da mestiçagem foi substancial no processo de fundação da nação brasileira no pós 1888. Havia nesse período, uma busca política em construir uma identidade nacional pautada na influência do racismo desenvolvido pelas elites brancas contra a presença do/a negro/a e de sua respectiva cultura no país. Viram, assim, como saída a implantação da mestiçagem⁷⁸ como forma de diluir a participação da população negra do novo ideal de nação defendido. Por isso o autor assegura que o discurso que alimenta a ideia de uma raça em comum universal para se referir a nação brasileira, visa na verdade o aniquilamento do que é considerado inferior, a raça negra. E por isso, a miscigenação é racista, pois infere que o outro – o/a negro/a- tem que se clarear pra ser aceito e incluído na formatação de nação elaborado pelos poderosos.

Considerando o contexto político e econômico de consolidação da teoria do mito da democracia racial, devemos situar a importância da construção e desenvolvimento dessa ideologia para o período de industrialização promovido na era Vargas, no governo JK e regime militar; esses períodos políticos se valeram dessa corrente de pensamento para sustentar o modelo de Estado e de economia almejado e conduzido pelas elites brancas do país. Almeida (2019) afirma que não é coincidência o fato de que justamente no período de 1930, o de expansão da industrialização do Sul e Sudeste do Brasil, é também o momento que nasce a ideologia da democracia racial como forma de buscar uma unificação e integração nacional em torno do projeto desenvolvimentista do país.

A partir de 1930, a necessidade de unificação nacional e a formação de um mercado interno, em virtude do processo de industrialização, dão origem a toda uma dinâmica institucional para a produção do discurso da democracia racial, em que a desigualdade racial – que se reflete no plano econômico – é transformada em diversidade cultural e, portanto, tomada parte da paisagem nacional (ALMEIDA, 2019, p. 66).

⁷⁸ Porém, havia pensadores como Nina Simone que era totalmente contrários à mestiçagem, afirmando que a mistura de raças provocaria maior degeneração na população brasileira (MUNANGA, 1999).

Thula Pires (2018) assegura que o mito da democracia racial cumpriu funções próprias também nas décadas de 1960 e 1970. No período da ditadura militar havia uma repressão aos movimentos negros e seus militantes, taxando-os como difusores do “racismo negro”⁷⁹, pois a valorização da identidade negra, na visão dos defensores do regime, se configurava como algo que impedia a unidade nacional e vulnerabilizava mais ainda o país às investidas comunistas feitas pela União Soviética. Lembremos, pois, que a própria instalação da ditadura militar estava circunscrita nesse cenário político da guerra fria: a busca do imperialismo estadunidense em assegurar sua hegemonia junto a América-Latina, diante da expansão ideológica do socialismo russo em diversas partes do mundo. Dessa forma, a ideia de democracia racial foi salutar para a manutenção do regime, pois só assim seria possível mascarar as contradições raciais explícitas na sociedade brasileira, considerado solo fértil para processos de ebulição social que poderiam se aliar ao “perigo comunista”.

[...] houve no período da ditadura uma repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra. Não por se tratar de uma mobilização política como outra qualquer, mas por colocar em xeque externamente a imagem que o Estado pretendia cultivar – de paraíso racial – e internamente por ser capaz de aglutinar um contingente significativo de pessoas predispostas a desafiar os processos políticos, sociais, econômicos e culturais de opressão e subalternização do negro na sociedade brasileira (PIRES, 2018, p. 1052).

Para Domingues (2005), a ideia de democracia racial no Brasil está presente em nossa história desde o período colonial, bem antes das formulações de Freyre. Diversos escritos e registros de viajantes vindos ao país na era colonial e imperial remontam essa ideia de que no Brasil era comum as relações sexuais-afetivas entre negros/as e brancos/as, trazendo endosso a visão que prega a existência da convivência harmoniosa entre as duas raças. Apesar de antiga, segundo o autor, o mito da democracia racial só passa a ganhar mais espaço após a abolição da escravidão, bem expresso nas palavras de Joaquim Nabuco quando ele diz que:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contacto entre ellas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de côr achou todas as avenidas abertas deanti de si (NABUCO, 1938 apud DOMINGUES, 2005, p. 120).

Vemos, desse modo, que a empreitada da elite brasileira em apagar toda a violência perpetrada por brancos contra o povo negro e de obscurecer o sistema de hierarquia racial tem

⁷⁹ Pires (2018) afirma que em registros documentais há a citação de Abdias do Nascimento como terrorista devido sua militância na causa antirracista na época.

existência de longa data; o que faz Domingues (2005) concluir que o autor de “Casa Grande e Senzala” apenas racionalizou e sistematizou essa concepção antiga de pseudo harmonia racial.

Essa ideologia foi tão poderosa no meio intelectual que exerceu influências até mesmo nos setores mais progressistas, como denuncia Lélia Gonzáles. Esta influência é verificada na medida em que muitos militantes anticapitalistas não relacionaram sua luta à antirracista, incorrendo, paradoxalmente, no fortalecimento dessa estrutura capitalista que buscavam combater, uma vez que ela própria é sustentada pela hierarquia racial.

[...] é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente a reprodução/perpetuação daquelas. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não evitariam assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? Nesse sentido, seu discurso difere muito pouco daquele das correntes conservadoras que, por razões óbvias, desejam manter seus privilégios intocáveis. Em outros termos, o paternalismo-liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário”, na luta contra o monopólio do capital, revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate. Também ele reage negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido (GONZALES, 2021, p. 119-120).

Esse erro político e analítico do movimento comunista brasileiro naquela época também foi constatado por Domingues (2005) a partir do seu contato com determinada correspondência de um dirigente comunista estrangeiro direcionada aos militantes brasileiros. A carta se referia as suspeitas do dirigente internacional sobre a existência da desigualdade racial no Brasil, mesmo diante de relatos de brasileiros que dizia o contrário.

Ainda que não existam preconceitos de raça no Brasil, segundo as informações de nossos camaradas, uma certa coisa chama logo a atenção e se precisa se for confirmar a cada passo, a cada minuto passado neste solo. Os coolies brasileiros, os trabalhadores da estiva, os homens de trabalho pesado, são todos homes de cor, enquanto que os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena e os funcionários, as mulheres bem vestidas etc. são todos brancos [...] (DROZ, 1929 apud DOMINGUES, 2005, p. 123).

Mas cabe analisar que apesar do setor hegemônico do movimento comunista no Brasil ter endossado o mito da democracia racial elaborado pelas elites nacionais, existiram outros militantes do mesmo movimento que foram cruciais para a derrubada teórica e política dessa falácia, como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Guerreiro Ramos etc. É essa relação entre comunismo e antirracismo, materializadas nas obras mourianas, que iremos abordar posteriormente.

4.2 A cultura negra como arma de resistência

A raiz do pensamento de Gilberto Freyre sobre democracia racial está profundamente inscrita na visão culturalista da realidade, isso que Clóvis entendeu como uma visão que define a cultura como fundamento do conjunto das relações sociais: o início, meio e fim para se entender os diversos comportamentos humanos.

Por isso, na sua empreitada intelectual para dissipar o poder político do mito da democracia racial, Moura se empenhou em apresentar uma nova leitura sobre a cultura negra, feita através de um viés materialista histórico-dialético da realidade, de tal modo que a cultura ganhou, no pensamento mouriano, um lugar de destaque no conjunto da reflexão sobre a luta política da população negra. Por isso, o autor em suas análises sobre as manifestações culturais presentes nas comunidades negras leva em consideração a posição de marginalidade que essas comunidades estavam submetidas para então compreender como essas manifestações surgem, desenvolvem e se dissipam. Assim, Moura critica a visão que enxerga os hábitos e costumes do povo negro apenas como um aspecto de comportamento isolados e descolado da realidade global, afirmando que pensar a cultura negra dessa forma abriria espaço para o processo de folclorização.

Segundo Araujo (2006) a folclorização da cultura negra tem relação próxima com o processo de aculturação iniciado no período da escravidão, através da repressão às manifestações culturais vindas do continente africano. O autor informa também que esse processo de aculturação gerou uma particular alienação cultural do grupo negro, uma vez que muito de sua contribuição social passa a ser vista como cultura nacional, no sentido geral, sem pertencimento étnico exclusivo. Nesse sentido, o autor afirma que a folclorização consiste:

[...] em transformar as manifestações culturais dos negros em algo irrelevante ou em recheios ideais para se montarem esquemas de entretenimento para vastas camadas da população, em especial para aquelas que, independente da cor, podem usufruir, de forma mais plena, certo tipo de lazer produzido pela sociedade brasileira. Como tal, esta cultura não é levada a sério; é, ao mesmo tempo, uma cultura de puerilidade e do pitoresco (Ibidem, 2006, p. 4).

Para Leite (1999) a folclorização da cultura negra tem gerado rebatimento também na deturpação do significado social do quilombo e do quilombola, uma vez que esses territórios e sujeitos têm sido alvos de investidas de agentes externos para fins lucrativos, normalmente de empresários brancos ligados ao ramo do turismo. Isso demonstra que “ao invés de uma identidade política, a folclorização dá lugar ao surgimento de uma demanda turística e de

consumo” (Ibidem, p. 125), prejudicando dessa forma a visão da sociedade geral sobre a objetivo da existência desses espaços, no passado e no presente.

Se tratando da cultura negra no período do escravismo, Moura (2020) afirma que o pensamento culturalista enxerga as revoltas promovidas pelos escravizados nesse período⁸⁰ como uma expressão *antiaculturativa*: simples rejeição ao elemento cultural do dominador. Assim, deixa-se em plano secundário o teor político da luta dos/as negros/as e da própria análise da estrutura social permeada pela contradição entre senhores e escravizados/as.

Desta forma, o comportamento do escravo era determinado pura e exclusivamente pelas diferenças que existiam entre as culturas africanas e a civilização ocidental. Com isto a dinâmica social praticamente desaparecia na sua concretude para dar lugar a uma explicação cômoda, na qual tudo se ajustaria, não fossem essas diferenças culturais. Transferia-se, assim, para o plano cultural, através dos conceitos de *acomodação*, *adaptação*, *aculturação*, *assimilação* e outros, os diversos níveis de consciência social do escravo negro e sua consequente rebeldia. O conflito social era substituído pelos choques culturais. e com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava [...] (MOURA, 2020, p. 31).

Na visão de Clóvis (1994), a empreitada colonial significou um amplo processo de estrangulamento cultural através de morte, tortura e demais violências, expresso na catequização forçada, na imposição linguística e de hábitos considerados ocidentais, e por isso, civilizatórios. Mas diante das contradições raciais operadas no Brasil, vemos que em muitas circunstâncias os/as negros/as buscaram estratégias para manter e/ou formular novas manifestações culturais próprias, carregadas de significados políticos e econômicos que fossem capazes de lhe resgatar a humanidade aviltada pelo trabalho forçado.

Na terceira e na quarta parte do livro “Dialética Radical do Negro” (1994), depois de um excuro histórico sobre o modo de produção escravista, Moura traz elementos preciosos de sua leitura politizada sobre as manifestações culturais da população negra, algo que ele realiza também na terceira parte do livro “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?” (2021).

Moura (1994) critica os estudos clássicos e hegemônicos sobre o tema da cultura negra no Brasil, afirmando que esses se atentam mais às descrições de manifestação culturais de diversas etnias africanas presentes no país do que em analisar essas manifestações relacionadas ao contexto de sociabilidade racista. Assim, diferente desses autores conceituados nesse tema, Moura buscou enfatizar que muito da cultura do povo negro, após o atravessamento do atlântico, adquiriu contornos de resistência política para a sobrevivência desses seres racializados diante dos sucessivos ataques a sua existência.

⁸⁰ Como exemplo, o autor informe que esses pensadores percebem a revolução baiana como simples conflito religioso entre negros/as mulçumanos/as e brancos/as cristãos/ãs.

Durante a escravidão, Moura (1994) situa a religião e a linguagem como os principais elementos culturais que ganharam contornos políticos no contexto de oposição entre escravizados e classe senhorial.

No que se refere a religião, Moura (1994) aponta que ela foi usada como um instrumento importante de legitimação da escravidão, isto porque a partir da explicação católica, a escravidão ao povo negro passa a ser vista como algo benéfico, pois significava a salvação espiritual desse povo, visto que se tivessem continuado na África, em seus modos de vida natural, se manteriam no pecado e na escuridão.

Diferente dos culturalistas, que viam na religião um objeto contundente de sincretismo cultural: o resultado da união entre catolicismo oficial e religiões africanas, bases do denominado catolicismo brasileiro; Moura via nesse sincretismo religioso não uma unidade harmônica entre os dois povos, mas a violência física e simbólica perpetrada pelo catolicismo para dominar o povo do continente africano. O autor chega a afirmar que até mesmo a presença de elementos de religiões africanas no catolicismo brasileiro só se penetrou na medida em que não representasse perigo aos fundamentos teológicos cristãos. E por parte do povo negro, essa introdução de seus componentes religiosos à religião oficial não se dava por um sentimento de adesão voluntária, e sim como estratégia de manter vivo algum aspecto de sua espiritualidade nativa em contexto de dominação (MOURA, 1992).

[...] para nós, a criação de uma língua em comum, o *idioma das senzalas* e a preservação das suas religiões através de nichos de resistência, usando muitas vezes uma tática ambivalente que era confundida como cristianização, foram os dois fatores culturais mais relevantes dentro do contexto da escravidão e que possibilitaram a resistência social do negro escravo e do livre até os nossos dias. O primeiro partiu de uma *mudança* no seu falar, evoluindo do fragmentado das diversas línguas para o geral, o *dialeto das senzalas*. O segundo foi um movimento *conservador* (de conservação cultural), isto é, através de táticas de acomodação procurou conservar a sua identidade étnica via mundo religioso ([grifos do autor] MOURA, 1994, p. 180).

Dessa forma, muito dessas táticas de acomodação desenvolvidas por negros em contexto de luta de classe, surgem a princípio como resistência cultural e depois se transformam em resistência social, assim “[...] passaram à função de instrumento de autodefesa dos oprimidos social étnica e economicamente [...]” (MOURA, 1994, p. 182).

Como o oprimido não pode atacar diretamente seus algozes, o sincretismo se apresenta como saída nessa busca ambígua, no âmbito da cultura, de burlar o poder do opressor. Os negros, assim, camuflaram seus deuses através da adesão de alguns preceitos da religião dominante, para então garantir a sua existência em contexto racista (MOURA, 1992).

No que se refere a linguagem o autor aponta que no processo de importação de negros ao Brasil foi presente também a busca por parte dos escravagistas em desarticular a unidade cultural de várias etnias africanas a partir da alocação desses trabalhadores de forma dispersa: não era lido como positivo a agrupação de muitos negros da mesma etnia convivendo no mesmo espaço de trabalho, pois isso facilitaria a organização política para fins de fuga e também dificultaria a imposição cultural do grupo dominante. Moura (1994) coloca que diante da diversidade linguística presente nas várias etnias que aqui desembarcaram e que ocupavam a mesma senzala, engenho e campos, os negros escravizados buscaram criar um dialeto comum que possibilitasse a comunicação geral entre eles. Por isso a linguagem dos negros foi um rico objeto de estudo de Moura, por entender que essa articulação linguística indicava um ato político.

O *idioma da senzala*, como se refere Moura (1994), exerceu um papel importante na comunicação e reagrupação racial de negros vindos de diferentes regiões, e pertencentes a várias nações africanas, onde cada uma possuía sua própria língua e costumes culturais. Essa necessidade específica de comunicação entre os/as negros/as, delegou também influências notáveis para o português brasileiro como um todo (TAVARES, 2019)

Como vimos no capítulo 1, Moura também atuou como literato no Nordeste e em São Paulo, e essa sua inserção possibilitou que ele tecesse contribuições importantes sobre literatura e escrita para compreensão das desigualdades raciais no Brasil. A princípio, o autor apresenta sua concepção sobre linguagem, entendendo-a como um mecanismo importante de transmissão de conhecimento e percepções entre diferentes pessoas, grupos e lugares. Por isso, para o Moura (1994) é importante ressaltar que a linguagem inserida em uma determinada organização social, sofre também o impacto das relações sociais produzidas no interior dela. Ou seja, em uma sociedade escravista e racista, o negro empregava uma linguagem muitas vezes *mutilada*, devido à violência simbólica que também era empregada na relação entre senhor e escravizado.

[...] o escravo, no modo de produção escravista, é obrigado a ter, no diálogo com o seu senhor, uma linguagem passiva, de concordância absoluta com ele. Tem de selecionar os vocabulários, modular a entonação, medir o tempo da resposta e o seu conteúdo (MOURA, 1994, p. 197).

Por isso, Moura (1994) indica os impactos psicológicos de uma comunicação mutilada, pois o negro não experimentava a liberdade entre o trânsito do pensamento e o da verbalização, fazendo com que sua fala fosse regulada e controlada, direcionada para atender os interesses do poder branco, e não para uma interação horizontal e de expressão de seu

pensamento próprio. Contudo, quando se trata da comunicação entre os/as escravizados/as, Barbosa (2017) informa que nessas relações o modo de comunicação era diferente em conteúdo e forma (retirar nota de rodapé que tinha aqui).

Moura assevera que o diálogo do negro com o branco era marcado pela ansiedade, a constante vigilância do negro em se comunicar seguindo os padrões impostos, para assim fugir do castigo.

[...] a hierarquia escravista exigia do escravo uma contenção verbal compulsória que, certamente, deveria criar bloqueios psicológicos e ansiedade permanentes pois o esquecimento de um preceito qualquer ou de norma de comportamento a qual estava submetido o seu falar com o senhor, ou seu preposto, podia causar-lhe diversos tipos de punição. Como esquecer de tomar a benção em voz alta? ou de não erguer a voz acima do permitido? ou não dar o tratamento adequado a cada um que com ele interlocutava, como a esposa do senhor, filhos, filhas, o feitor ou o vigário do engenho ou fazenda? (MOURA, 1994, p. 197).

Moura (1994) faz uma articulação entre o emprego da violência física por negros e a sua submissão a uma *verbalização mutilada*, constatando que justo essa inibição psicológica para confrontar uma ordem ou toda a opressão a partir da fala, fez com que o ser escravizado, a partir do acúmulo de revoltas não verbalizadas, explodisse sua ira ao ponto do uso súbito da violência física.

Muitos escravos usaram a violência contra os seus senhores e familiares sem motivos aparentemente justificável de acordo com os valores da sociedade escravista. No entanto, esses atos eram a conclusão de um longo período de mutilação interior de seu pensamento que protestava, mesmo intuitivamente, contra a situação na qual se encontrava (MOURA, 1994, p. 199).

Para comprovar esse argumento, Moura (1994) usa a descrição de alguns casos de violência praticada por escravizados após o constante emprego de violência física e simbólica de seus senhores contra eles. O autor acessou o relato de Schlichthorst, alguém que serviu ao exército imperial, para mostrar o caso de um senhor de escravos que em toda noite obrigava seus escravizados a escolher entre levar 25 açoites ou beijar o seu bastão apelidado de “velho” e ser agredido no rosto ao ponto de sair sangue. Em uma ocasião, durante uma viagem, esse senhor de escravos estava com sua esposa numa embarcação, ambos conduzidos só por negros. Essa situação possibilitou que os escravizados aproveitassem a circunstância que lhes conferia mais poder e assim lançaram o seu dono na água e estupraram a sua esposa. Vemos com isso que houve o emprego da violência de forma inesperada, mas que foi alimentada durante os sucessivos momentos de humilhação em esses negros não podiam queixar sua indignação. Essa circunstância nos remete, conforme aponta Araújo (2017) a ideia utilizada

pelo jurista Luiz Gama, no século XIX, nas defesas de escravizados que matavam seus senhores, expressa na seguinte frase “o escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa”.

No campo da literatura, Moura (1994) constata que o racismo se manifesta tanto pela composição do quadro de escritores renomados da literatura brasileira, formada majoritariamente por brancos e eugenistas, - as poucas pessoas negras inseridas nesse universo tinham que se embranquecer para serem aceitas -, quanto pela reprodução da visão racista nas principais obras literárias, onde mesmo depois da escravidão o povo negro passou a ser retratado em personagens caricatos e boçais, e nunca como heróis e heroínas.

O autor usa a desigualdade racial presente na literatura brasileira para mostrar o quanto nosso país está longe de viver uma democracia racial⁸¹ pois a contribuição de pessoas negras no âmbito da imprensa e literatura são lidas como subliteratura, sem importância cultural para o conjunto da literatura geral. A própria forma de escrever do povo negro é lida como “chula” pelo setor que hegemoniza esse espaço, pois para ser considerado algum escrito como relevante, ele deve seguir os padrões linguísticos do colonizador. Sobre esse aspecto da forma particular da linguagem negra em se expressar, Moura (1994) relata o seguinte:

[...] a própria desarticulação da linguagem, comparada aos escritos de linguagem tradicional, não é estudada como parte de um *ethos* novo, através do qual os negros se manifestam, e que não merece ser analisado gramaticalmente, mas como elemento de uma linguagem ajustada a toda uma vivência social, histórica e étnica do negro. Essa desarticulação significa, como o próprio Lima Barreto dizia, falando do seu estilo, a necessidade de se criar uma nova linguagem para expressar uma nova realidade. Isto é, um novo código, diferente daquele imposto como obrigatório para quem desejar vencer na república das letras (MOURA, 1994, p. 185-186).

Mas em oposição a aceitação da forma específica de linguagem desenvolvida por pessoas negras, autor cita a aceitação do estilo linguístico de base italiana, do escritor Juó Bananere, que mesmo usando características estrangeiras, suas obras foram consideradas como literatura brasileira. Esse caso mostra que não se trata de uma mera fidelidade ao português tradicional, mas de uma aversão a forma particular de se comunicar empregada pelos lidos como indesejáveis.

Segundo Lucchessi (2009) há uma polarização sociolinguística no Brasil, expresso na diferenciação que se faz entre a norma popular, praticada pela maioria da população pobre e negra, e a norma culta, praticada pela classe que dispõe de recursos e alta escolarização.

⁸¹ O autor afirma que nos EUA, onde havia segregação racial institucionalizada, a participação negra na literatura era bem maior que no Brasil.

Dessa forma, o autor aponta que a cultura, tão usada como símbolo da democracia racial brasileira, também é permeada pelo racismo, pois o monopólio do saber e o da cultura seguem em aliança com o monopólio da economia e política. Por isso, as reflexões mourianas apontam para a necessidade de haver democratização também do meio cultural: reconhecer as contribuições da população negra e seus escritos, e que essa valorização não fique restrita apenas às pessoas negras da camada média e urbana. O espaço literário precisa deixar de ser visto como um privilégio, e acomodar também as expressões das camadas mais populares.

Muitos dos autores/as negros/as que estiveram no campo da literatura, pela força do embranquecimento se distanciaram de certa forma de sua identidade étnica, sobretudo os negros de pele mais clara, como o autor Machado de Assis (LUCCHETTI, 2009). Assim, Moura (1994) é enfático ao dizer que no Brasil não tivemos literatura negra, o que significa que não temos “[...] uma produção feita por negros com uma temática de e para os negros” (Ibidem, 1994, p. 189-190).

O isolamento que muitos negros/as na literatura foram submetidos/as contribuiu para uma contínua fuga desses sujeitos de referenciais que remetessem à cultura afro-brasileira. Moura (1994) reitera que a interiorização de valores brancos e a consciência de que sua obra será julgada a partir de critério brancos, contribuem para que seja diluída, ou que se dê de forma ambígua, o direcionamento antirracista que muitos intelectuais negros/as possam desenvolver em sua escrita.

[...] o intelectual negro tem assim um painel de dinamismo individual muito contraditório, pois, tem de se expressar na linguagem erudita, com uma temática quase sempre escolhida da problemática que não é afro-brasileira, e, ao mesmo tempo, tem de submeter a sua obra ao julgamento de leitores e críticos que a consideram apenas através dos seus valores estéticos convencionais, vale dizer, dos padrões brancos que dominam a cultura brasileira (MOURA, 1994, p. 190-192).

Clóvis Moura (1994) cita o caso da escritora Maria Carolina de Jesus como demonstração da invisibilidade e isolamento que negros/as passam no campo da literatura. Silva (2019) assegura que essa autora teve como particularidade em seus escritos a forma de relatar e denunciar as violências que sofriam devido a sua condição de mulher negra periférica. O livro “O Quarto de Despejo” é a única obra negra que de fato empregou “um código de linguagem específico à sua condição de favelada e que não teve continuadores” (MOURA, p. 1992). Ainda hoje a escrita da Maria de Jesus é considerada como uma produção exótica, semimarginalizada devido a sua autenticidade linguística que fugia dos padrões eruditos impostos pela literatura oficial, fazendo que por muito tempo, e para muitas pessoas, Maria sequer tenha sido considerada uma escritora. Nessa discussão, consideramos

importante trazer o conceito de *pretuguês* levantado por Lélia Gonzáles (1983) ao se referir ao modo próprio de pessoas negras em se comunicarem.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Ibidem, p. 238).

Tomamos essa análise mouriana sobre a reflexão do povo negro na literatura⁸² para pensarmos também na experiência de pessoas negras em demais espaços intelectuais, como na escrita científica, realizada por meio de pesquisas acadêmicas. O ser negro/o na pós-graduação, escrever e pesquisar para a causa antirracista é um desafio muito grande, tendo em vista que a universidade e seus critérios de julgamento ainda estão fortemente vinculados ao poder branco. A/o intelectual negro/a, disputando espaço e reconhecimento na academia tende encarar a incessante influência de cooptação que branquitude exerce através do controle do conhecimento. E por isso mesmo esse sujeito negro precisa constantemente reavaliar sua práxis intelectual, buscando identificar até que ponto ela manifesta os interesses do poder branco ou a luta dos/as negros/as contra esse poder. Queremos com essa reflexão colocar a seguinte interrogação: é possível hoje ser negro/a e pesquisador/a sem ceder, ao menor nível que seja, ao poder branco? É possível manter uma autenticidade de uma linguística não-branca no âmbito da escrita científica sem sofrer críticas e retaliação do projeto convencional de universidade e produção de conhecimento? O espaço acadêmico hoje está preparado para receber sujeitos não-brancos não apenas de forma objetiva, mas também subjetiva, reconhecendo e validando novas formas singulares de expressão? Nessa direção, Clóvis argumenta:

[...] critérios valorativos muitas vezes racistas da cultura brasileira, cultura que condiciona, no nível de produção dos negros, o seu nível de aceitação ou rejeição. Daí termos de reconhecer e procurar entender as causas que condicionam a postura do negro intelectual quando ele se situa como produtor de cultura. Para conseguir *status* dentro dos padrões estéticos e culturais das instituições produtoras, prestígio e privilégio, o autor afro-brasileiro ou aceita código formal, semântico e gramatical dominante ou é rejeitado (MOURA, 1994, p. 192).

⁸² Ainda no campo da escrita, Moura (1994) aponta o papel que a imprensa negra (1915-1963) desempenhou um papel importante de luta contra o racismo, já que essa modalidade de comunicação possuía mais abertura para a inserção de outros grupos. Destaca os jornais “voz da raça” e “O clarim da Alvorada”.

Retornando ao debate religioso, mas em seu sentido mais contemporâneo, Clóvis também faz a análise do papel das religiões de matriz africana na conservação da humanidade e na organização do povo negro. Como já citamos a própria religião católica oficial sofreu mutações promovidas pelo grupo negro.

Moura (2021) entende a existência dos núcleos de religiões de matriz africana como expressão da condição da população negra como *grupo específico* numa sociedade globalizada. Para o autor, em toda sociedade marcada pela divisão de classe, há a diferenciação grupal entre os humanos, como forma mesmo de subsidiar o funcionamento da competitividade. Dessa forma, há a existência de dois grupos lidos como diferentes, do ponto de vista negativo ou positivo, no interior da sociedade global: os diferenciados e os específicos. Grupos diferenciados são aqueles definidos por um grupo externo como pessoas portadoras de uma marca que lhe atribui rejeição social⁸³. Esse grupo *diferenciado* só passa a ser considerado *específico* quando toma consciência de seu lugar social enquanto tal e a partir disso busca remodelar a visão que a sociedade global possui sobre sua marca. Procuram criar e/ou revalorizar elementos culturais próprios para alcançarem a positivação de suas existências.

[...] enquanto ele é simples *grupo diferenciado* – através de critérios de julgamento exteriores – é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade no seu todo, funcionando como parte passiva do contexto social. Mas, quando passa a sentir-se diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma marca diferenciadora e, por isto mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação, ele adquire consciência dessa diferença, passa a encarar a sua *marca* como valor positivo e sente-se *um grupo específico* (MOURA, 2021, p. 276).

Moura (2021) traz essa análise para defender sua tese de que a população negra, de várias formas, se constitui não só como grupo diferenciado, mas também como específico, e se coloca dessa maneira por meio da marca da religião, da música, da linguagem e da estética. Esse processo existe desde a escravidão, quando Moura (1988) cita a existência de confrarias, quilombos, caixas de alforrias, grupos de capoeira etc. como forma particular das pessoas negras se autodefenderem da opressão. E acrescenta o autor, que esses aspectos da cultura africana só sobrevivem até hoje devido ao processo de marginalização imposto pelo capitalismo, iniciado no processo de abolição da escravidão.

[...] tudo ou quase tudo que o negro escravo fez no Brasil, usando elementos das suas culturas matrizes, objetivava a um fim social: preservar o escravo e

⁸³ Como estamos nos referindo a realidade da população negra, usamos o termo “rejeição”, mas Moura (2021) informe que essa marca pode ser também de aceitação.

posteriormente o ex-escravo do conjunto de forças opressivas existentes contra eles. Isto se realizava através da criação de valores sociais de sobrevivência ou autoafirmação capazes de municiá-lo de elementos ideológicos aptos a se contraporem aos das classes dominantes (MOURA, 2021, p. 314).

Moura (2021) ressalta esse aspecto político, porque em sua visão, a função cultural está intimamente ligada aos interesses materiais de sobrevivência, física e simbólica de determinado povo. A cultura, portanto, para o povo negro, inserido numa sociedade racista, serve como elemento de autopreservação social.

Por isso Moura (2021) enfatiza que é a existência, ou não, de uma visão depreciativa sobre o/a negro/a que decide a manutenção ou eliminação da herança africana entre a população negra. O autor reitera isso, buscando mostrar que as pesquisas a respeito do que restou ou não da herança africana na cultura brasileira, devem ser tratadas pelo prisma das relações sociais concretas, e não como faziam os sociólogos tradicionais, pelo viés da dissecação do/a negro/a e seus costumes por pura descrição artificial.

O candomblé e umbanda, além de serem marca cultural particular formulada pelo povo negro, são religiões também, conforme Moura (1988), que exercem um papel social importante no interior da comunidade negra. Considerando o acesso precário aos serviços de saúde das camadas mais empobrecidas, os terreiros, na visão do autor, se constituíram como uma espécie de hospital, onde, a partir das rezas e raízes, realizava-se processos de curas físicas e emocionais da população negra. Essa função social dos terreiros constitui:

[...] um dos elementos adaptativos dessas religiões à situação social concreta do Brasil e cria as bases para que elas exerçam uma função social nos setores marginalizados e pauperizados, capaz de neutralizar as forças de desintegração social que atuam contra eles. Essas religiões vão transformando-se paulatinamente e, de simples sentimento de adoração contemplativa ao sobrenatural, passam a modificar empiricamente a realidade (MOURA, 2021, p. 291).

Como comprovação do surgimento ou diluição de elementos culturais a partir de sua função no contexto social da comunidade negra numa sociedade racista, Moura (2021) cita o exemplo do despertar da figura de Exu entre algumas religiões e/ou terreiros de matriz africana no Brasil. Exu na forma tradicional exercia papel secundário na Guiné, era visto apenas como um elo de mediação entre humanos e orixás. Mas em contexto de perseguição e racismo religioso, Exu desempenha um papel de entidade poderosa capaz de proteger seus adeptos e seus espaços sagrados.

[...] as camadas proletarizadas, ou marginalizadas, que precisam “fechar o corpo” ante a agressão e a violência da sociedade competitiva, precisam de um protetor

também violento, capaz de imunizá-las das agressões exteriores e permiti-lhes a vitória sobre os seus poderosos inimigos. Exu surge, para eles como essa divindade protetora [...] uma entidade independente, superior, todo-poderosa e invencível, com poderes ilimitados e sem reservas no uso desses poderes, contanto que os seus protegidos sejam alvos (MOURA, 2021, p. 306).

Porém, mesmo reconhecendo a função social que as religiões de matriz africana desempenham junto às comunidades negras, Moura (1988), não deixa de sinalizar que as organizações religiosas representam uma limitação por si só no desenvolvimento de uma consciência mais ampla sobre a solução de problemas estruturais. São importantes para a organização negra e o suprimento de algumas necessidades sociais, mas não conseguem alavancar um processo dinâmico mais radical de superação das desigualdades raciais.

Moura (2021) coloca também que a função desses grupos específicos para a comunidade negra também estava circunscrita ao aspecto da construção da autoestima, como no caso da mulher negra, que na sociedade global ocupa as posições mais subalternas, mas que nos terreiros de umbanda e candomblé, a partir da posição de mãe de santa e outros, passa a ser vista em posição de destaque.

Importante citar o debate que Moura (2021) faz sobre apropriação cultural – apesar de o autor não usar esse termo -, ao se referir ao processo de esvaziamento de sentido político de resistência social que muitas manifestações culturais, elaborada por grupo específicos de negros/as em seu processo de autoaceitação e autodefesa, passam a sofrer na sociedade geral. Cita como caso emblemático a experiência das escolas de samba, que no início nasceram com uma proposta de auto-organização das comunidades periféricas, na busca em se apresentarem como detentores de valores e características positivas ao conjunto da sociedade. Por isso, o autor ressalta que havia o envolvimento de toda comunidade na costura das fantasias, criação de músicas, instrumentos e na elaboração de demais partes do desfile de carnaval. O desfile também se situava como a tentativa da respectiva comunidade de sair de seu reduto particular e assim ser vista e admirada pela sociedade branca.

Era o morro, a marginalidade periférica e não vista pelo centro durante o ano, que vinha ocupar a área branca decisória e a dominava. Todos aqueles que olhavam o negro no morro como desordeiro, viam-no organizado; os que o tinham como analfabeto e ignorante ouviam e aceitavam os seus sambas de enredo. Finalmente ele, através da organização que lhe custara sacrifício, dinheiro, tempo e paciência, dominava a metrópole. [...] a polícia que o prendia, abria alas para que a escola desfilasse (MOURA 2021, p. 322-323).

Nesse sentido, as escolas de samba desempenhavam não só uma finalidade de lazer, mas também, a partir da década de 1920, de autoafirmação e de orgulho étnico da comunidade

negra (MOURA, 1988). Por isso, no carnaval quem era o centro da festa era o/a negro/a, o/a branco/a era apenas telespectador/a passivo/a. “O negro, dessa forma, não via o carnaval apenas como uma festa, como o branco a vê. Era o momento mais importante da sua vida, do ponto de vista de autoafirmação social” (MOURA, 2021, p. 323).

Contudo, Clóvis (1988) aponta que as escolas de samba perderam aos poucos esse sentido de orgulho étnico da comunidade negra conforme os brancos iniciaram suas investidas nesse espaço, por perceberem seu potencial lucrativo a partir da indústria do lazer e turismo. O resultado desse desvirtuamento cultural é que hoje, a maioria dos/as negros/as e/ou favelados/as sequer conseguem assistir os desfiles ou mesmo protagonizar as posições de destaque desse momento cultural.

[...] desaparecido o conteúdo que lhes deu vitalidade, elas passaram por um processo de *branqueamento social*, não apenas na sua apresentação que descambou no colossalismo quantitativo, mas também nas próprias normas de conduta, no objetivos dos seus organizadores, de grande número de seus participantes e na sua própria subideologia [...] (MOURA, 2021, p. 324).

Em nossa avaliação, a discussão que o pensamento mouriano faz sobre apropriação cultural está fortemente atrelada ao avanço do poder do capital as diversas esferas da vida social. O branco esvazia o sentido de resistência cultural de determinado costume a partir da mercantilização, ao transformarem certa manifestação cultural em um mero produto a ser comercializado na sociedade global. Dessa forma, os/as negros/as que ocupavam o centro do carnaval passam a ser “[...] transformados, novamente, em objetos para divertimento do branco.” (MOURA, 2021, p. 325). Importante também destacar que esse esvaziamento político das organizações negras se dá também sob o pretexto da existência da democracia racial, pois assegura Moura que:

[...] há uma penetração sutil e corruptora neutralizando ou procurando neutralizar através de uma abertura (via créditos e facilidades monetárias) que consegue, muitas vezes usar essas instituições em proveito próprio. Em cima de um discurso de que há no Brasil uma democracia racial, e, ao mesmo tempo, usando um sistema classificatório que ao invés de democratizar hierarquiza os brasileiros pela cor, eles conseguem que os negros continuem na posição de quem espera benesses da casa-grande, embora esse número de negros, principalmente nas grandes cidades está sendo cada vez menor (MOURA, 1994, p. 188).

Por isso considerados genial o excuro teórico que Moura produziu sobre a cultura negra no Brasil, tratando – a como resultado da posição social que o/a negro/a ocupa - no sentido de suprir necessidades materiais e de resistir ao racismo estrutural -, e apontando as mudanças operadas no interior dessas manifestações culturais, surgidas e dinamizadas através

do conflito, e não da harmonia, racial. Como resultado desse conflito, o autor assegura a existência de uma constante rearticulação do grupo negro em reelaborar suas estratégias para se manter enquanto grupo específico, não apenas como grupo diferenciado, quando ocorre o sucesso de apropriação cultural executado pelo poder branco.

Outro ponto da discussão mouriana sobre cultura e que transcendeu o seu tempo de formulação está o debate sobre racismo reverso. Para o autor, diante do potencial reivindicativo e organizativo que muitos grupos específicos de negros/as desempenharam na cultura e na política, há como reação do grupo dominante o ataque a essas organizações, acusando os seus adeptos e líderes de serem racistas reversos.

[...] quando grupos específicos negros procuram influir no processo de anular os sistemas de barragens que lhe são impostos, os elementos dos estratos superiores, e muitas vezes, as estruturas de poder passam a ver esses grupos como fatores negativos no processo de interação social, chegando, muitas vezes, numa transferência da própria ideologia para os grupos negros, ao afirmar que eles é que são racistas. Como os negros não tem acesso a fonte de comunicação afim de expor por que se organizaram, muitos setores que desconhecem ou conhecem de modo insatisfatório o problema, chegam a aceitar o argumento (MOURA, 2021, p. 281).

Esse tipo de reação só comprova o quanto o racismo no Brasil é singular, pois só quando o povo negro ousa ultrapassar a linha da miséria e da submissão, que surgem as tentativas de lhe fazer recuar em seu orgulho étnico.

[...] o pensamento conservador, em resposta aos novos avanços conquistados pelo movimento negro, retoma a ideia do “racismo reverso”, do “somos todos humanos”, de que não existe racismo e que “isso está na sua cabeça”. O mito da democracia racial apesar de já ter sido denunciando há décadas ainda permanece atuando nas relações raciais, e ajuda a manter o privilégio branco, o racismo e as desigualdades raciais (MOTTA, 2021, p. 368).

A estratégia da branquitude em acusar a militância negra de racista, foi recentemente expressa na publicação do artigo “Racismo de negros contra brancos ganha força com o identitarismo” escrito pelo colunista Antônio Risério e divulgado no jornal Folha de São Paulo no dia 15 de janeiro de 2022. O artigo ganhou grande repercussão nas redes sociais com as postagens daqueles que discordam da afirmação (CATRACA LIVRE, 2022), e demonstra que conforme cresce as discussões sobre o reconhecimento do racismo estrutural no Brasil, há uma reação da classe dominante em retomar sua hegemonia intelectual, e para isso, reatualizam ideias trazidas por Freyre no mito da democracia racial: usam de situações singulares, onde um/a negro/a ofendeu um branco; relativizam a violência da escravidão etc.

É a partir, na maioria das vezes, das manifestações culturais de matriz africanas, que as pessoas negras passam a se colocar como grupos que se organizam e buscam alterar a

estrutura de poder. Por isso, para Clóvis Moura, há nesse processo não apenas uma dimensão cultural, do simples reviver de comportamentos ancestrais trazidos da África, mas há também um sentido político, sobretudo após as experiências africanas, nos anos de 1970, de luta por independência. E é exatamente por carregar esse sentido político, que as organizações e figuras racistas, dedicam esforços para buscar sufocar o potencial antirracista expresso na ideologia dos grupos específicos de negros/as.

O potencial revolucionário das lutas da população negra é verificado pelo pensamento de Moura tanto no processo de transição do trabalho escravo quanto da pretensa transição da sociabilidade capitalista para uma organização sem classe. Por isso, consideramos que o esforço político e teórico de Moura em destacar as lutas negras não se deu por acaso, e sim porque o autor entendia que realização de uma efetiva superação do racismo e capitalismo só seria viável a partir da unificação das duas lutas: comunista e antirracista.

4.3 O antirracismo revolucionário de Clóvis Moura

Como já abordado, Moura foi um estudioso comunista e antirracista que exerceu papel importante no debate sobre as relações raciais no Brasil durante a segunda metade do século XX. O autor confrontou a visão hegemônica do mito da democracia racial não só buscando reconhecimento acadêmico, ou para ser considerado um estudioso autêntico e inovador. Moura desenvolveu seus estudos sempre apontando para uma direção ideológica nítida: a construção da unidade da práxis antirracista e comunista. A particularidade de o autor ter se integrado no movimento negro e no comunista, possibilitou a ele notar as limitações que ambos os movimentos encaravam na articulação dessas duas dimensões da luta revolucionária no Brasil.

Não podemos ver, por isto, como certos marxistas de cátedra, o problema do negro brasileiro como simples problema de classe, embora esteja embutido nele e dele faça parte integral. É simplificar – dentro de categorias muito gerais – um problema bastante complexo. Partindo esses cientistas sociais da ideia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de *imaginação sociológica* ao tratarem do problema do negro ([grifos do autor] MOURA, 1983, p. 29).

Florestan Fernandes (1972) argumenta que a questão racial não pode se resumir apenas na dicotomia dos que possuem meios de produção x os despossuídos, pois a manutenção da subalternidade de negros/as e privilégio de branco é tanto uma questão de exclusividade do controle do poder econômico, como também de todo o arsenal e meios

possíveis para experiências de mobilidade social, como educação, inserção do serviço público, meios de comunicação e etc. por isso o povo negro não só é classe dominada, como também é dominado entre os mais dominados.

Como parte da luta pela unificação do antirracismo ao comunismo, no âmbito internacional, exerceu um notável papel o militante e estudioso Cyril Lionel Robert James, nascido em Trindad-Caribe no ano de 1901. Ele dedicou sua militância em torno da construção de um internacionalismo negro que apontasse para o anticolonialismo e construção do comunismo. Escreveu em 1938 o livro “Os Jacobinos Negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos” que segundo Mata e Domingues (2021) “representa um ponto de encontro entre o marxismo e o internacionalismo negro radical” (ibidem, p. 221). James ajudou também a construir a 4ª internacional dos partidos comunistas e foi fundamental no movimento panafricanista, buscando demonstrar que o capitalismo-imperialista hoje se desenvolve e é desenvolvido por meio da ideologia racial: a opressão sistemática de nações brancas na África, Caribe e demais regiões periféricas. Segundo Mata e Domingues (2021) James lutou, enquanto vivo, para colocar o povo negro em posição de protagonismo, e não de massa de manobra, dentro do movimento comunista internacional:

[...] Para James, entretanto, havia a necessidade do reconhecimento não só da importância da questão racial na luta da classe trabalhadora, como também da sua radicalidade e potencial revolucionário. O intelectual de Trinidad é enfático em afirmar que os negros “eram ou são tão revolucionários quanto qualquer outro grupo social oprimido”. Por isso caberia aos marxistas enxergarem o protagonismo desempenhado por esse segmento populacional na transformação da sociedade ocidental, ou seja, do feudalismo ao capitalismo. Somente assim, ponderava, “seremos capazes de valorizar (e nos preparar para) o papel ainda maior que necessariamente desempenharão na transformação do capitalismo em socialismo [...] (MATA; DOMINGUES, 2021, p. 217).

Dentro desse raciocínio, compreendemos que o pensamento mouriano buscou destacar o mesmo, afirmando lugar central do povo negro na transição do escravismo ao capitalismo para com isso apontar também a centralidade da população negra para a transição ao socialismo. Dessa forma, não se trata apenas do reconhecimento conjunto do movimento comunista sobre a importância da superação do racismo em articulação com a eliminação das classes sociais, mas se trata também de reconhecer o lugar do *protesto negro* nos processos revolucionários, e da capacidade objetiva e subjetiva que esses sujeitos possuem para liderar uma revolução social.

Percebemos que nas obras de Moura, sobretudo em “Rebeliões da Senzala”, o autor demonstrou que na história do país ocorreram sucessivas lutas pela independência do Brasil

que se pretendiam revolucionárias, mas sem pautar o fim do escravismo, usando o povo negro apenas como força de combate, e, portanto, foram apenas revoluções parciais. Com isso, entendemos a permanência dessa postura, manifestada em muitas lutas contemporâneas, naquelas que pregam mudanças, mas sem pautar a desigualdade racial, e que por isso mesmo não almejam revoluções verdadeiras, pois não alcançam as demandas da população negra, intensamente a mais expropriada.

No processo de inserção de alguns estudiosos marxistas ao debate racial, Barbosa (2021) afirma que foi importante a influência internacional sobre esse despertar antirracista no comunismo brasileiro, incluindo nisso o pensamento de Moura:

[...] No período 1920-1960, os principais lutadores da causa negra não eram marxistas. Muitos nem conheciam o marxismo. Édison Carneiro (1912-1972), Solano Trindade (1908-1974) e, logo, **Clóvis Moura** (1925-2003), foram os primeiros marxistas negros que se interessaram pelo aprofundamento analítico do estudo do negro, do racismo e da escravidão. Digo, pois, de um ponto de vista marxista. Eles estavam estudando teóricos marxistas caribenhos, como Aimé Fernand Césaire (1913-2008) e Franz Omar Fanon (1925-1961) ([grifos nossos] BARBOSA, 2021, p. 464).

Ainda segundo Barbosa (2021), vivemos hoje uma realidade de semicolônia disfarçada, tendo em vista a opressão econômica e política que países periféricos vivem, onde a luta de pessoas negras deve se tornar o centro da luta da classe trabalhadora, pois as expressões da luta de classe cada vez mais assumem um caráter racista, como exemplo vê-se a criminalização dos bairros de hábitos de negros/as.

Daí a importância da participação consciente dos intelectuais negros, que devem se tornar capazes de inventar e multiplicar procedimentos de atuação que não venham a ser arrastados para o pântano da repressão. Os negros podem construir ações para deixar de ser vítimas, podem politicamente aprender a barrar as ações das autoridades repressivas. Elas só buscam meios de criminalizar até mesmo festas, com a finalidade de matá-los. É necessário um debate extenso e permanente com toda a sociedade para afastar a criminalização com base na etnicidade (BARBOSA, 2021, p. 473).

Em síntese, todo o percurso teórico do Moura se verifica a permanente dialética que o autor desenvolve entre opressão racial e de classe. Essa sua teoria, para nós, tem um valor crucial em nortear ações e projetos colocados pela esquerda brasileira. Não se vê nos escritos de Moura a ideia de que o racismo poderá ser superado a partir da conscientização das pessoas, e sim através de uma revolução radical, pois para ele estava claro que enquanto houver capitalismo, haverá formas de desigualdade racial.

Estamos convencidos de que na época de Clóvis o seu maior desafio era confrontar a visão de mito da democracia racial e da passividade do grupo negro, hoje, apesar da constatação parcial da existência do racismo, o desafio maior se situa em demonstrar que o racismo não apenas existe como condiciona toda a estrutura social brasileira. Assim é possível colocar no centro da luta o papel do Estado, partidos de esquerda e movimento social a necessidade do compromisso com a superação do racismo. O Estado no âmbito das políticas públicas; e os partidos de esquerda e movimento social no âmbito da construção de uma revolução anticapitalista e antirracista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo negro foi sequestrado de seus territórios, no continente africano, e trazido ao Brasil para exercer, durante todo o escravismo colonial, o papel de produtor de riqueza de forma servil e gratuita. Essa forma de trabalho forçado foi o que alimentou os bolsos da elite local e internacional, mas também foi o que dinamizou a luta de classes em nosso país por séculos. A rebeldia dos/as negros/as, de forma auto-organizada, executada através da formação de quilombos, destruição de propriedades e assaltos nas estradas, foi o motor que impulsionou o declínio da escravidão e o advento do capitalismo. Por isso, na análise mouriana o papel do povo negro era central tanto para o sucesso quanto para a eliminação do modo de produção escravista. A difusão do mito da democracia surge exatamente a partir da constatação dessa centralidade da luta antirracista na derrubada de toda sociedade dividida por classes. A particularidade brasileira das relações raciais se ilustra bem nesse processo: não há como resolver o conflito racial sem colocar em risco toda estrutura social comandada pelo capital, e por isso, a solução que as elites encontraram se situa apenas no âmbito discursivo, o de omissão do racismo a partir da pseudo harmonia racial presente em nossas relações sociais.

A divisão racial do trabalho consolidada no Brasil desde os tempos coloniais não foi superada após a abolição da escravidão, já no fim do século XIX. O que houve foi um rearranjo político das camadas dominantes em preservar o poder econômico e cultural em suas mãos, alijando assim as possibilidades da população negra de adquirir o mínimo de condições materiais para se inserirem na sociedade de trabalho assalariado. O percurso do povo negro como escravo para ex escravo mobilizou largos empenhos ideológicos da classe dominante para a elaboração de sólidos mecanismos de barragem social. O que faz com que mesmo negros/as que alcançaram relativa ascensão social, tenham com lidar com a barragem simbólica de rejeição aos costumes e fenótipos de matriz africana.

Para compreendermos essa manutenção do racismo em dias atuais, o conceito de “liberalismo escravista” apontado por Moura é rico de reflexões. Pois assim como o Brasil não tinha acúmulo suficiente para promover uma profunda independência econômica e política no início do século XIX, esse mesmo acúmulo não foi notável no processo de inauguração da república. Hoje temos em vigor um liberalismo racista, pois a gritante desigualdade racial convive com os discursos que pregam a igualdade formal entre os humanos e com as falas que defender a existência de uma harmonia racial.

Ademais, o estudo do escravismo - pleno e tardio-, da quilombagem e do mito da democracia racial foram pontos importantes da análise mouriana sobre as relações raciais no

Brasil, e nos permite entender que racismo possui sua base material de sustentação, e que por isso o comportamento dos/as negros/as e brancos/as diante desse problema se complexificam no bojo das mudanças sociais ocorridas ao longo da história do país.

Durante o escravismo pleno foi recorrente o movimento de quilombagem protagonizado por negros/as. Foi período também de consolidação da classe senhorial como classe dominante interna, responsável direta pela exploração e controle de corpos negros, que apesar de ser sufocada economicamente pela metrópole, mantinha sua posição rígida no que se refere a proteção dos interesses de Portugal, desse contexto resulta um intenso processo de conflito social entre escravizados/as e seus senhores. Como resposta a esse conflito, é erguido um Estado escravista com a função de reprimir a rebeldia negra, em suas diversas manifestações, e garantir a vigência dos privilégios raciais. Já no escravismo tardio as mudanças operam tanto no aspecto econômico, como o fim do ciclo da cana-de-açúcar para o do café e a invasão de capitais ingleses, como também no aspecto político, com a reorganização do poder visando manter o monopólio da terra, o branqueamento da população e perpetuação do poder branco.

Dessa forma, o escravismo - pleno e tardio - se situa como o período de conformação do racismo, e o mito da democracia racial como a reconfiguração desse racismo sob a égide de uma sociedade dita livre, regida pela competitividade e meritocracia. Já a quilombagem é lida como a luta política, cultural e econômica formulada e protagonizada pelo povo negro contra o escravismo e contra todo o sistema de hierarquia racial. Tal luta se colocou como principal adversidade que a classe senhorial encarava para a manutenção de seu sistema escravagista. Em suma, também pode-se compreender que a formulação do mito da democracia racial expressa a reação dos brancos diante do racismo, e a quilombagem constitui a reação das pessoas negras à essa violência. Esses achados mourianos de apreensão da particularidade brasileira são, de certa forma, influenciados pela trajetória do autor, marcada pela sua origem nordestina, pertencente a uma família inter-racial e pela sua vinculação ao marxismo como norte teórico e político de análise e intervenção na luta de classes.

A partir de pesquisa bibliográfica substanciada por livros importantes de Moura, constatamos que a contribuição do pensamento do autor, do ponto de vista teórico e político, foi e é importante para o desvelamento das contradições presentes nas relações sociais no Brasil. Por muito tempo, o poder branco-dominante buscou mascarar essas contradições, gerando a invisibilidade da contribuição política do povo negro nas transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil. Todo esse processo desencadeou também o apagamento da identidade étnica desses sujeitos. Por isso, analisar o passado e o presente do

Brasil sob a lente do antirracismo radical de Moura, nos possibilita trazer à tona o caráter rebelde das organizações negras durante o escravismo e a importância das lutas do povo, mesmo após o fim do trabalho escravo. Esse resgate analítico é importante, pois se constitui uma forma de reparação social, em passar a limpo a história dos/as negros/as, colocando-os/as como sujeitos dinâmicos/as e ativos/as e não como meros/as agentes passivos/as da exploração colonial.

O Brasil possui uma dívida histórica com a população negra e com os intelectuais que se aliaram a esse grupo racial e denunciaram o racismo no país. Por essa escolha política de confrontar o saber dominante e de lutar contra o racismo, Clóvis Moura sofreu um processo de preterição e marginalização no meio das Ciências Sociais, e até mesmo entre os setores mais progressistas do qual ele se vinculada. Consideramos, portanto, que a valorização e reconhecimento de intelectuais como Moura, necessita alcançar demais espaços para além da academia. A tese de que negros/as não foram submissos/as à escravidão, e de que esse modelo econômico forjou grandes lideranças negras, bem como a de que o Brasil não é um paraíso racial precisa chegar em todas as esferas de ensino, pois confrontar o isabelismo⁸⁴ é essencial para termos uma sociedade realmente comprometida com a superação do racismo.

Por isso, essa pesquisa representa um passo significativo dentro do movimento político de resgate dos pensadores críticos da história de nosso país, para que a produção de conhecimento, no âmbito das ciências sociais aplicada especificamente, sirva de fato aos anseios dos mais oprimidos. Isto é, que o conhecimento científico seja desenvolvido através de uma direção política que busque a resolução dos grandes problemas enfrentados pela humanidade nesse século, como é o caso do racismo que prejudica toda população não-branca do mundo.

Captamos também que a contribuição de Moura é profundamente política e propositiva, pois seu pensamento buscou demonstrar que o fim do racismo não se dará apenas com conscientização e integração de negros/as em espaços no mercado de trabalho etc., mas com uma verdadeira revolução que extirpe todas as formas de submissão e desigualdade. Dessa forma, entendemos que o pensamento mouriano se inscreve no bojo dos investimentos teóricos que visam afastar as investidas liberais, culturalistas e pós-modernas das lutas antirracistas, pois ambas se tratam de uma tentativa do opressor em sufocar o potencial transformador presente nas reivindicações das/os negras/os. Esse problema se apresenta como uma questão que precisa ser mais bem investigada em pesquisas futuras. O autor possibilita

⁸⁴ A ideia de que o fim da escravidão se deu pela benevolência da princesa Isabel.

esse entendimento a partir de seus estudos que revelam a relação do racismo com o capitalismo dependente e da força material presente na organização dos/as negros/as no processo de superação de um determinado modo de produção. Por isso, o pensamento de Clóvis nos ajuda entender que o povo negro atuou na formação do Brasil não apenas pela via cultural e econômica, mas também pela via política a partir de suas lutas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. (coleção feminismos plurais). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Disponível em https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf Acesso em 10/03/2020
- ALMEIDA, Sheila dias. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **revista temporalis**. Brasília, ABEPSS, v. 15, nº 29, p. 311-333, 2015. Disponível em file:///C:/Users/Naiara/Downloads/diego_tabosa,+artigo+14.pdf Acesso em 06/11/2018
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Quilombo e política**. in MOURA, Clóvis (orgs) os **quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.
- ANDRADE, José Maria Vieira de. **Sem candura nas palavras: Clóvis Moura e os dilemas intelectuais do antirracismo no Brasil (1959-1995)**. 2019. 248f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2019. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/44404?mode=full> Acesso em 10/11/21
- ARAÚJO, Zezito de. **Folclorização e Significado Cultural do Negro**, 2006. Disponível em https://www.academia.edu/40329998/Folcloriza%C3%A7%C3%A3o_e_Significado_Cultural_do_Negro_Zezito_de_Ara%C3%BAjo Acesso em 14/02/2022
- ARAÚJO, Felipe. **187 anos do nascimento de Luiz Gama, um dos principais expoentes da luta pela abolição. Esquerda Marxista**, 2017. Disponível em <https://www.marxismo.org.br/187-anos-do-nascimento-de-luiz-gama-um-dos-principais-expoentes-da-luta-pela-abolicao/> acesso em 30/01/2022
- AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BAIROS, Luisa. CASTRO, Nadya Araujo. BARRETO, Vanda Sá. **Vivendo em sobressalto: composição étnica e dinâmica conjuntural do mercado de trabalho**. In **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, vol. 2, 1990, p. 21-29. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/519/499> Acesso em 30/07/2021
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. O marxismo dos intelectuais negros na luta contra o racismo. in MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (orgs). **racismo, etnia e luta de classes no debate marxista** [ebook]. - (Coleção marxismo21). Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1cqtIV-2ZmRgTahexQ2WYbv-cavLZwT1J/view> Acesso em 10/02/2022
- BARBOSA, Marivalda Carlos. Modos de comunicação e práticas de leitura dos escravos do século XIX. **Revista Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 14, n. 39, p. 152-171, jan/abr. 2017. Disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/0000-0001-8875-7128> acesso em 20/01/2022

BEHRING, E. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E.; LIMA, R. L (orgs). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BERNARDES, Denis de Mendonça. **Notas Sobre a Formação Social do Nordeste**. Revista Lua Nova, São Paulo, nº 71. p. 41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNqvzr4frCnKnC/?lang=pt> Acesso em 15/11/21

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf?fbclid=IwAR1JvKQIuNZNIT6s_XKYE6OiAUWfWH1toENITr1xUB1TjV_wIWCEAlIBIM Acesso em 27/01/2022

CAMARGO, Maria Rosa Martins de. **Cartas e escritas**. 2000, p. 142, Tese de doutorado. Faculdade de educação. Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2000. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296831996.pdf> Acesso em: 25/11/2021

CARVALHO, José Murilo de. Registros da Liberdade: Imagens mostram que abolição da escravidão teve apoio e foi motivo de festas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. nº 68. Maio, 2011. Disponível em <https://web.archive.org/web/20160419001152/http://rhbn.com.br/secao/perspectiva/registros-da-liberdade> Acesso em 25/11/2021

CARVALHO, Igor. **Quilombolas que foram alvo de Bolsonaro criticam arquivamento de processo de racismo**. **Brasil de Fato**. São Paulo, 07 de Junho de 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/07/quilombolas-que-foram-alvo-de-bolsonaro-criticam-arquivamento-de-processo-de-racismo> acesso em 10/02/2022

TEXTO SOBRE 'RACISMO REVERSO' DA FOLHA GERA ENXURRADA DE CRÍTICAS NA WEB **artigo defende tese de que existe um "neoracismo identitário" no Brasil**. **Catraca Livre**, da redação. 16 de jan. de 2022. disponível em <https://catracalivre.com.br/cidadania/racismo-reverso-folha/> Acesso em 22/02/22

COELHO, Henrique. **Moise foi morto após cobrar R\$ 200 de diárias de trabalho não pagas, diz comissão da Alerj**. Portal **G1**. 1 de jan. de 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/01/moise-foi-morto-apos-cobrar-diaras-de-trabalho-nao-pagas-diz-comissao-da-alerj.ghtml> acesso em 15/03/2022

COUTINHO, Carlos Nelson. **A cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/08/Cultura-e-sociedade-no-Brasil_.pdf Acesso em 23/09/2020

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Assédio Sexual no Emprego Doméstico. **revista Z Cultural**, nº 02, p.11. 2020. Disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/assedio-sexual-no-emprego-domestico/> Acesso em 17/02/2020

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e da mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Revista diálogos Latinoamericanos**. Universidade de Aarhus, nº 01, pgs 116-131, 2005. disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf> Acesso em 08/02/2022

ELPÍDIO, Maria Helena. O lugar da negritude nas políticas do Estado brasileiro: faces persistentes de uma presente ausência. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 22, n. Especial, p. 834-850, 2020. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15837/13106> acesso em 08/05/2022

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1972. Disponível em <https://eraju2013.files.wordpress.com/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf> Acesso em 10/02/2022

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. Coleção polêmicas do nosso tempo. V.33. São Paulo: Cortez, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: editora globo, 2006. Disponível em https://interpretacoesdobrasil.files.wordpress.com/2016/08/fernandes_a-revoluc3a7c3a3o-burguesa-no-brasil-ed-globo.pdf Acesso em: 14/01/2021

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital –Imperialismo**: Teoria E História. 2ª edição, Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. São Paulo: Global, 2003. Disponível em https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande__senzala.pdf Acesso em 02/02/2022

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em 25/11/21

GONZALES, Lélia. **A Juventude Negra Brasileira e a Questão Do Desemprego**. Resumo apresentado na Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation – Pittsburgh, 1979. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf> Acesso em 06/07/2021

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. in MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (orgs). **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista** [ebook]. - (Coleção marxismo21) Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1cqtIV-2ZmRgTahexQ2WYbv-cavLZwT1J/view> Acesso em 10/02/2022

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. 6ª edição. São Paulo: Expressão Popular-Fundação Perseu Abramo, 2016a.

GORENDER, Jacob. **A escravidão Reabilitada**. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016b. Disponível em <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-escravidao-reabilitada/> Acesso em 18/11/21.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do ‘branco’ brasileiro”. In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama município Amarante-PI**. 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/amarante/panorama> Acesso em 15/11/21

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em <https://static.poder360.com.br/2021/12/Sintese-de-Indicadores-Sociais-Uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populacao-brasileira-2021.pdf> Acesso em 27/01/2022

JUNIOR, João Feres. DAFLON, Verônica Toste. CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2012. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/05/1134.pdf> acesso em 10/01/2022

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. (Coleção Primeiros Passos: 23) São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em <http://afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Konder,%20Leandro/O%20que%20e%20dialetica.pdf> Acesso em 25/08/2019

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/344155/mod_resource/content/1/Trabalho%20e%20vadiagem.pdf Acesso em 19/01/2022

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização? **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 123-149, maio, 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 10/02/2022

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2º edição. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LUCCHETTI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. in LUCCHETTI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza.(orgs) **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf> acesso em 30/12/2021

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão**. in ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. (orgs) **Caminhos da liberdade** :

histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil– Niterói : PPGHistória- UFF, 2011.
Disponível em
https://www.historia.uff.br/stricto/files/public_ppgh/hol_2011_CaminhosLiberdade.pdf
Acesso em 04/02/2022

MACIEL, Marina de Souza; et al. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. **Rev Bras Clin Med**. São Paulo, nº 10 p.226-230, 2012. Disponível em:
<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n3/a2886.pdf> Acesso em 10/12/2021

MARCA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER. Documento analítico e Declaração. Brasília: 2015. Disponível em <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf> Acesso em 10/02/2022

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set.: 2012.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução Edmilson Costa. 3ª edição. [série clássicos edipro]. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Livro 1 digital: Boitempo, 2013. Disponível em
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf Acesso em 21/01/2022.

MATA, Iracy Maia. DOMINGUES, Petrônio. **Tradição negra radical e marxismo**: C.L.R James e a Revolução de São Domingos.- in MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (orgs). **racismo, etnia e luta de classes no debate marxista** [ebook]. - (Coleção marxismo21). Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. Disponível em
<https://drive.google.com/file/d/1cqtIV-2ZmRgTahexQ2WYbv-cavLZwT1J/view> Acesso em 10/02/2022

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Trad. LANÇA, Marta. Lisboa: Antígona, 2014. Disponível em <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/MBEMBE-Achille.-Cr%C3%ADtica-da-raz%C3%A3o-negra1.pdf> Acesso em 07/06/2021.

MESQUITA, Erika. Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro. Ano 25, nº 3, p. 557-577, 2003. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/ea/a/SVRWYBFytgBsYB8Z7JZzjGD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05/04/2020

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura**: uma visão crítica da história social brasileira.2002. p. 204. Dissertação (mestrado em sociologia) - Universidade Estadual de Campinas. IFCH/UNICAMP: Campinas, 2002. Disponível em
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_ac18f7e7289dfe7542d47a59ac8c2f82 acesso em 04/04/2020 Acesso em 10/04/2020

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical** in MOURA, Clóvis (orgs) os **quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, Clóvis. **Brasil: Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Editora Global, 1983.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista princípios**. São Paulo, nº 34, p. 28-38, 1994. Disponível em https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura-1.pdf Acesso em 14/03/2022.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2º ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2º ed. São Paulo: Editora Ática, 1992

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Florestan Fernandes e a sociedade de classes por uma perspectiva racializada. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. (orgs). **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista** [ebook]. - (Coleção marxismo21) Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1cqtIV-2ZmRgTahexQ2WYbv-cavLZwT1J/view> acesso em 10/02/2022. Acesso em 06/02/2022

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis-RJ: Editora vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro- RJ: Editora Paz e terra, 1978.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- Sao Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAULO NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. (biblioteca básica de serviço social v. 1) São Paulo, Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**. As relações raciais em Itapetininga. Apresentação e edição de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a sociologia da práxis negra**. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, UFF, Niterói: 2009.

OLIVEIRA, Nathália. RIBEIRO, Eduardo. O Massacre Negro Brasileiro na Guerra às Drogas. **Revista SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v.15 n.28 p.

35-43,2018. Disponível em <https://sur.conectas.org/o-massacre-negro-brasileiro-na-guerra-as-drogas/> Acesso em 27/01/2022.

PEREIRA, Joao Baptista Borges. O último Legado de Clóvis Moura. **Revista estudos avançados**, São Paulo, volume 18, nº 50, p. 311-312, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/mXS7VbtWLFfPsRPzKQkbCKt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10/06/2020.

PIRES, Thula. A. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, p. 1054-1079, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DWf3hXwfgJdxQY3CJ8gCgvj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 17/04/2021.

PIRES, Thula. B Racializando O Debate Sobre Direitos Humanos. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, v.15 n.28 p. 65-75, 2018 Disponível em <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-thula-pires.pdf> Acesso em 30/05/2021

PICHONELLI, Matheus. Pesquisadora identifica 530 células neonazistas no Brasil. **Yahoo Notícias**, 29 de jul. de 2021. Disponível em <https://br.noticias.yahoo.com/pesquisadora-identifica-530-celulas-neonazistas-no-brasil-143054834.html> Acesso em 10/02/2022.

PROCOPIO, Ana Paula. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. 2017, p. 293. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro/RJ: 2017. Disponível em [file:///C:/Users/Naiara/Downloads/Tese%20Ana%20Paula%20Procopio_O%20contrario%20de%20casa%20grande%20nao%20e%20senzala.%20E%20quilombo-%20A%20categoria%20praxis%20negra%20em%20Clovis%20Moura%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Naiara/Downloads/Tese%20Ana%20Paula%20Procopio_O%20contrario%20de%20casa%20grande%20nao%20e%20senzala.%20E%20quilombo-%20A%20categoria%20praxis%20negra%20em%20Clovis%20Moura%20(1).pdf) Acesso em 11/10/21.

RACIONAIS. **Biografia**. disponível em <https://www.racionaisoficial.com.br/> Acesso em 23/02/2022.

RAMOS, Debora Oliveira. **Estado Brasileiro, Dispositivo de Colonialidade e Seguridade Social:** entre fazer e deixar morrer a população negra. 2020, p. 137. Dissertação (Mestrado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RIBEIRO. Carlos Antonio Costa. Desigualdade de Oportunidades e Resultados Educacionais no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 41-87, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/dados/a/r3ML8HXcMh3V5FT5HDxsnYp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23/11/21

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/RODRIGUES_Os_africanos_no_Brasil-1.pdf Acesso em 25/01/2022

RUY, Jose Carlos. Introdução ao artigo População e Miscigenação no Brasil de Clóvis Moura. **Revista princípios**. São Paulo. Edição 80, p. 38-41, ago/set, 2005. Disponível em: <https://grabois.org.br/principios/colecao-principios/151047-44579/2005-08-01/populacao-e-miscigenacao-no-brasil> Acesso em 15/11/21.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista Serviço Social e sociedade**. São Paulo, nº 104. p. 605-631, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/?lang=pt> Acesso em 04/05/2020.

SANTANA, Nara M. C. SANTOS, Ricardo Augusto dos. Projetos de modernidade: autoritarismo, eugenia e racismo no Brasil do século XX. **rev. estudos sociais**. Colômbia, nº. 58, p. 28-38 out/dez, 2016. <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n58/n58a03.pdf> Acesso em 23/11/2021.

SÃO PAULO. **Lei nº 28** de 1884. Assembleia Legislativa de São Paulo. Departamento de documentação e informação. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1884/lei-28-29.03.1884.html> Acesso em 19/01/2022

SILVA, Eliane da Conceição. Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero. **Revista século XXI**. Santa Maria-RS, v.9, no 1, p.21-52, jan./jun. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi> acesso em 18/08/2022

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, nº 46 v. 18, p. 52-67, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52007/34462> acesso em 02/02/2022

SOUZA, Gustavo Orsolon de. **“Rebeliões da Senzala”**: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro. 2013, 143f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

TAVARES, Gabriela Pache. Noções de Línguas Africanas na Composição do Léxico Brasileiro: Um Panorama Histórico. **Revista Ave Palavra**, Mato grosso, nº28, 2019. Disponível em <https://revista.unemat.br/avepalavra/EDICOES/28/artigos/tavares.pdf> acesso em 05/01/2022

TEIXEIRA, Rubenilson B. O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos. Aproximações e distanciamentos. **Confins- revista franco brasileira de geografia**. São Francisco, nº23 Dossiê, 2015. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/10114#tocto1n4> Acesso em 16/11/21.

THEODORO, M. **A Formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial No Brasil** – In: THEODORO, Mario (ORG). **Desigualdades Raciais No Brasil: 120 Anos Após a Abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org). **Saúde mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2018.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Nayfed, Carlos (tradução). Rio de Janeiro: Americana, 1975. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4585138/mod_resource/content/1/11%20-%20WILLIAMS%2C%20Eric%20-%20Capitalismo%20e%20Escravid%C3%A3o_compressed.pdf Acesso em 22/01/2022.